

**A FORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS DE
ESPORTE E LAZER : A EXPERIÊNCIA DO
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

VOLUME II

**ORGANIZADORAS:
Pamela Siqueira Joras
Mayara Cristina Mendes Maya**





**A formação de agentes sociais de esporte e lazer: A
experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade**

Volume II

Organizadoras:

Pamela Siqueira Joras

Mayara Cristina Mendes Maia

Coleção GRECCO

2018



Apresentação da Coleção

A coleção GRECCO é um projeto editorial do Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História, vinculado ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Visa a publicação de livros eletrônicos privilegiando obras clássicas e contemporâneas no campo da Educação Física em interface com as Ciências Sociais e Humanas. História, Memória, Gênero, Sexualidade e Mídia são temas de maior interesse.

Coordenadora da Coleção:

Silvana Vilodre Goellner

Conselho Editorial:

André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE)

Angelita Alice Jaeger (UFSM)

Ivone Job (UFRGS)

Livia Tenório Brasileiro (UPE)

Ludmila Mourão (UJF)

Meily Assbú Linhales (UFMG)

Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Copyright © 2018 Centro de Memória do Esporte

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Jane Fraga Tutikian

Pró-reitora de Extensão: Sandra de Deus

Vice-pró-reitora de Extensão: Claudia Porcellis Aristimunha

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança - ESEFID

Diretor: Ricardo Demétrio de Souza Petersen

Vice-diretora: Luciana Laureano Paiva

Centro de Memória do Esporte - CEME

Coordenadora: Silvana Vilodre Goellner

Revisão: Naila Touguinha Lomando

Projeto Gráfico (Capa): Pamela Siqueira Joras

Projeto Gráfico e diagramação (Miolo): Pamela Siqueira Joras

Qualquer parte ou o todo desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada corretamente a fonte.

A formação de agentes sociais de esporte e lazer: A experiência do
Programa Esporte e Lazer da Cidade – Volume II

Organização: Pamela Siqueira Joras e Mayara Cristina
Mendes Maia

Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte da Escola de
Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, 2018.

156 p.: il. (Coleção Grecco)

ISBN: 978-85-9489-080-1

1. Programa Esporte e Lazer da Cidade. 2. Esporte. 3. Lazer.
I. Joras, Pamela Siqueira; Maia, Mayara C. M. organizadoras.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da ESEFID/UFRGS

Sumário

Apresentação.....	05
Keni Tatiana Vassoler Areias.....	06
Khellen Cristina Pires Correa Soares.....	17
Liana Abrão Romera.....	27
Luis Carlos Lira.....	44
Marie Luce Tavares.....	56
Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo.....	79
Rodrigo Barbosa Terra.....	99
Sheylazart Presciliana Ribeiro.....	117
Silvana Regina Echer.....	131

Apresentação

O Projeto Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável é uma das ações desenvolvidas pelo Centro de Memória do Esporte (CEME) em parceria com o Ministério do Esporte através da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). O projeto atua diretamente na preservação e divulgação da memória do PELC como uma política pública de inclusão social. As informações das mais variadas fontes como fotografias, documentos, vídeos e depoimentos são disponibilizadas digitalmente para toda a comunidade tendo em vista a adesão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ao movimento de livre acesso à informação.

Em virtude desse movimento o segundo volume do livro “*A formação de agentes sociais de esporte e lazer: A experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade*” resgata a narrativa dos formadoras e formadores do PELC/Vida Saudável com o objetivo de reconstruir a memória do programa e das formações realizadas com os agentes sociais de esporte e lazer nos diversos municípios brasileiros onde atuaram. Dado o volume de página depois de realizados todos os procedimentos metodológicos de tratamento das entrevistas (transcrição, copidesque, pesquisa e revisão), optamos por dividir o material em duas publicações. Na primeira delas incluímos os formadores e formadoras cujo nome iniciais com a letra A até J, somando onze entrevistas. Dando prosseguimento ao trabalho, este volume reúne as últimas nove entrevistas realizadas com o grupo responsável por viajar por esse país formando pessoas para atuarem nos projetos sociais de esporte e lazer. Boa leitura!

Pamela Siqueira Joras
Mayara Cristina Mendes Maia

Depoimento de Keni Tatiana Vassoler Areias

Entrevistado: Keni Tatiana Vassoler Areias

Entrevistadora: Jamile Mezzomo Klanovicz

Data da entrevista: 20 de novembro de 2015

J.K. – Boa Tarde! Eu queria agradecer primeiramente a tua participação em ceder a entrevista e eu gostaria que tu iniciasse falando um pouco da tua formação?

K.A. – Boa Tarde! É um prazer poder falar compartilhar um pouco, eu fui uma das últimas formadoras a entrar no convênio, então, é muito bom poder passar um pouco também de informações a respeito de alguém que chegou bem depois. A minha formação inicial, que você me perguntou: eu sou formada em Educação Física, na época em Educação Física em Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Espírito Santo. Nessa mesma Universidade eu tive a oportunidade de fazer mestrado, eu estudei Políticas Públicas de Lazer no mestrado, aliás, na época da graduação ainda a minha monografia foi sobre o PELC¹ em 2008 e após ter feito o mestrado eu tive oportunidade de atuar na Universidade, mas aí já é a formação profissional, então, minha formação inicial foi em Educação Física com mestrado também em Educação Física.

J.K. – Certo, e como a temática do lazer apareceu na tua trajetória?

¹ Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

K.A. – Ela apareceu, em especial, no final da graduação. Eu estava escolhendo o tema que eu iria trabalhar na monografia e eu trabalhava com uma Política Pública não diretamente de Lazer, mas de turismo, de desenvolvimento econômico na cidade em que eu morava e apareceu a oportunidade de eu me inserir em um Grupo de Pesquisas de Políticas Públicas. Então foi uma grande oportunidade de associar um pouco a prática do que eu já tinha feito com uma teoria e a partir daí, inserida em um grupo de pesquisas eu tive oportunidade de focar mais no lazer, então, eu comecei com Políticas Públicas e depois eu fui para o lazer, então, é desde o fim da minha graduação que eu comecei a me inserir.

J. K. – E como que tu chegou a conhecer o PELC?

K.A. – Foi nessa mesma época. O professor Carlos Nazareno², que é formador do Programa, ele estava desenvolvendo nesse grupo de pesquisa... Aproveitando essa relação que ele tinha com o PELC, ele estava desenvolvendo algumas pesquisas sobre o PELC e uma dessas pesquisas se referia ao PELC lá do município que eu residia, que é Vitória. Então ele fez uma proposta de tema que eu abracei e aí que eu fiquei conhecendo... Nessa mesma ocasião eu tive a oportunidade de participar do 2º Encontro Nacional de Coordenadores e Gestores e Formadores do PELC em Brasília em 2007. E aí eu tive contato, conheci muitos formadores, conheci mais profundamente a proposta do Programa, então, desde essa época que eu tenho conhecimento e me relaciono de alguma forma. Foi tema da minha monografia.

J.K. – Sim, e para tu chegar a se tornar uma formadora como que ocorreu essa tua preparação?

² Carlos Nazareno Ferreira Borges.

K.A. – É, o curioso assim, é que pelo fato de eu ter uma referência de um dos formadores ser meu orientador na faculdade, eu achava que era algo bem distante da minha realidade ser formadora; eu achava que era algo que eu nunca ia conseguir chegar ao nível de uma formadora, então, era algo que eu nem pensava em prestar concurso para ir aos processos seletivos. Até que surgiu um processo seletivo para consultor que tinha um *perfil* pelo edital um pouco mais de acompanhamento gerencial do Programa, devido a minha experiência anterior com política pública eu pensei que seria uma oportunidade ideal de unir a minha experiência profissional com a qual eu estudava e com o PELC, que era algo que eu já tinha afinidade que eu fiquei conhecendo por meio do formador no caso o Nazareno e outros que eu já tinha conhecido. Eu fiz o processo seletivo para entrar como consultora, daí como consultora eu conheci mais profundamente o PELC e teve uma reorganização dentro do Programa que a função de consultor passou pra outra função e eu fui convidada a uma função que eles reconheceram como próxima também na minha capacidade e eu achei que realmente tinha muito mais a ver comigo, que é de formadora do que necessariamente, como articuladora que eram atribuições bem diferentes das previstas inicialmente, então foi assim que eu entrei como formadora.

J.K. – E hoje tu atua tanto no PELC Todas as Idades quanto no PELC Povos e Comunidades Tradicionais e o Vida Saudável?

K.A. – Eu não tive a oportunidade ainda de fazer formações com os outros dois Programas, com o outro Programa que é o Vida Saudável, nem com outra modalidade. Eu entrei como formadora tem... Eu estou atuando como formadora tem um ano e alguns meses, nesse período todos os meus convênios foram o PELC Todas as Idades, então, eu ainda não tive oportunidade.

J.K. – Certo! E qual seria a diferença ou se tu vê diferença no planejamento e na formação de cada um desses projetos?

K.A. – Ê, mesmo não tendo feito a formação é bem visível. Eu tive uma sorte também dentro do Programa, porque quando eu atuei como consultora eu tive a oportunidade de acompanhar o trabalho de alguns formadores, então, eu considero que isso foi uma grande, uma *grande contribuição* para o meu trabalho e eu pude acompanhar também formações com o Vida Saudável e, realmente, é diferente a lógica do Programa apesar das diretrizes e princípios se manterem. Isso fica muito claro mas a abordagem é bem diferente da metodologia as atividades que são passadas, então, eu tenho essa consciência apesar de não ter ido para a prática. Povos e Comunidades Tradicionais eu nunca tive oportunidade, mas eu ouvi relato de formadores e dá para perceber que é uma diferença bastante grande tanto na lógica de preparação da formação como na execução também, mas quem sabe um dia eu vou ter oportunidade. [riso]

J.K. – Claro! E como que tu faz para planejar e organizar as atividades de formação do programa?

K.A. – Cada convênio a gente tem dois movimentos: o primeiro movimento é de seguir as diretrizes, então, tem conteúdos que precisam a parecer na programação e a gente fica muito ligado nisso e tem também... Até o auxílio, hoje, dos articuladores que nos ajudam a não deixar passar a importância de cada tema, então, assim, o primeiro fator é a gente perceber que tem uma demanda das diretrizes e dos conteúdos; o segundo é o contato que a gente faz com a entidade para saber se existe alguma especificidade, algum tema...Ê claro que no *primeiro módulo* de formação é mais complicado, porque a gente

ainda não tem uma relação muito próxima com o convênio, então, a gente pega dados gerais, a gente observa localidade para ver: é uma região litorânea, uma região de interior, então, tudo isso também... Talvez isso não apareça tanto na programação, mas na forma como a gente aborda o conteúdo é bastante diferente de uma formação para outra, mas é nesse contato com a entidade mais as diretrizes.

J.K. – E além dos temas obrigatórios que tem dentro das diretrizes tu busca inserir outros temas para a formação?

K.A. – Sempre aparecem outros temas, principalmente, diante de duas questões: uma da nossa experiência profissional, então, tem temas que, por exemplo, eu estudei sobre políticas públicas, isso está posto de alguma forma nas diretrizes mas não explicitamente, em alguns casos dependendo do modo, então, a relação das políticas públicas de lazer e tudo... É um tema que eu abordo com frequência, até pela necessidade por ser uma política pública; outros temas aparecem durante a formação muitas vezes, senão no módulo introdutório não aparece antes, mas aparece durante e na avaliação 1 e na avaliação 2. Os próprios agentes demandam isso para a gente, então, a gente tem uma avaliação do módulo que tem lá o item que eles colocam quais temas que podem ser abordados e a gente procura levar isso em consideração. É claro que eles demandam muitas atividades práticas, que a gente de alguma forma tem que mediar, mas aparecem de alguma maneira e muito vinculada à necessidade que eles apresentam para a gente.

J.K. – E quais as estratégias metodológicas que tu costuma utilizar?

K.A. – A gente utiliza em todas as atividades, em todos os módulos, a gente sempre utiliza dinâmicas de interação no primeiro momento, a

gente utiliza... São muitas estratégias, a gente utiliza vídeos, a gente utiliza em *alguns momentos*, não muito, mas filmes dependendo do tema, textos, a gente não utiliza textos muito longos; eu não utilizo textos muito longos, mas assim, a gente sempre procura introduzir algum texto, atividades físicas e esportivas que vão orientar as oficinas esportivas e a gente acha... *Eu* falo “a gente” porque os formadores pensam parecido, mas eu considero essencial porque a gente discute muito nas formações o esporte recreativo, o esporte não competitivo. Mas os agentes têm dificuldade de ver como isso funciona na prática, então, oficinas práticas são essenciais também; a gente busca a experiência dos agentes também para eles ministrarem alguma atividade, dividir um pouco essa responsabilidade para eles também se mobilizarem. Então são muitas as estratégias utilizadas e em cada formação... Por exemplo, como esse encontro, nós aprendemos novas metodologias, eu pelo menos aqui já aprendi duas metodologias diferentes que eu vou passar a utilizar nas minhas formações, que são os eventos dentro da formação e que são as dos seminários de distribuição de textos para os próprios agentes que eu não utilizava ainda, mas que eu vou passar a utilizar.

J.K. – E tu consegues observar algum resultado nos agentes e no núcleo ao longo das formações que são realizadas?

K.A. – Com certeza, é claro que não é 100% dos casos que a gente observa uma evolução como a gente gostaria. Eu tenho experiências nos núcleos que eu acompanhei de ver mudanças bastante significativas, tem convênios em que você chega... A exemplo de um convênio, que os agentes não tinham nem experiência profissional, nem formação acadêmica e eles *conseguiram* executar o Programa, então, você vê que eles estão muito mais prontos hoje para trabalhar com isso do que eles estavam antes. Infelizmente alguns convênios têm

muitas trocas de agentes, então, nesses casos é difícil a gente acompanhar do início ao fim porque vai mudando. Mas em grande parte eu percebo uma mudança significativa a partir da intervenção, na qualidade das oficinas nos convênios que eu acompanho; eu tenho resultados bem positivos, não é como a gente gostaria muitas vezes, não é o ideal, muitas vezes a gente reforça uma informação e eles não traduzem isso para a prática, mas outras muitas nós somos surpreendidos pela qualidade do trabalho, então, hoje eu percebo o saldo como muito positivo e um salto de qualidade sim, pelo menos na grande maioria dos convênios que eu acompanho.

J.K. – E em relação às visitas aos núcleos, como são realizadas as visitas técnicas e as visitas pedagógicas?

K.A. – É no caso dessa nomenclatura de visita técnica se refere ao primeiro módulo de capacitação, ela é uma estratégia metodológica que eu considero essencial de acontecer no primeiro módulo porque é muito complicado. Você pensa a realidade local, pensa em quais atividades a comunidade vai realizar, sem pensar nos espaços que vão receber isso, então, eu considero essencial e, principalmente, importante que seja orientada. Eu busco sempre orientá-los para pensar nas lideranças que estão envolvidas, no entorno, na qualificação dos espaços... Hoje a gente tem uma realidade no Brasil bem heterogênea, de locais em que você tem muitos espaços excelentes mas não tem utilização desses espaços; outros em que não têm espaço mas as pessoas conseguem ressignificar os existentes, então, essa visita técnica é fundamental e que aconteça logo no primeiro contato com o núcleo. É uma visão muito positiva que eu tenho sobre ela. A respeito da visita técnica foi uma demanda que nós encontramos dentro do Programa ainda quando eu atuava como consultora; eu ajudei também nesse movimento de pensar como seria

a relação dos formadores com os núcleos e a gente percebeu que tinha uma lacuna entre Módulo Introdutório e Módulo de Avaliação. Os formadores também tinham percebido isso já na época e nós pensamos que uma visita intermediária seria fundamental, porém, depois o Módulo de Formação foi modificado para quatro, Módulo Introdutório I e II, então, essa lacuna de tempo acabou sendo solucionada. Mas nós percebemos que também não dava tempo dos formadores realizarem a formação ao mesmo tempo em que observavam o funcionamento dos núcleos, então, hoje ela funciona como um instrumento excelente para a gente, não apenas ajuda na fiscalização mas também para gente verificar exatamente o que você me pergunta: “Você percebe um salto qualitativo?”. Como que a gente vai perceber isso se a gente não visitar o núcleo na hora que ele está funcionando? Então eu considero que... Eu já fiz umas quatro visitas pedagógicas e fui surpreendida positivamente na maioria delas porque quando a gente vai lá e encontra os agentes na formação... A gente não tem ideia de como eles realizam o trabalho e *vê-los* realizando, um esforço de fazer aquilo que nós orientamos e uma qualificação do trabalho deles é muito importante, então, não apenas para ajudar o Ministério³ mas também para nós auxiliar nessa tarefa de auxiliar o nosso trabalho como formador.

J.K. – E existe algum acompanhamento dos núcleos após o fim dos convênios?

K.A. – Até o momento eu só tenho um convênio que se finalizou. Finalizou, mas ainda está com atividades porque eles estão utilizando o recurso de rendimentos, então, eu ainda não tive oportunidade de pegar esse pós-convênio, mas eu não sei como que funciona isso para os outros formadores.

³ Ministério do Esporte.

J.K. – E tu percebes que os núcleos têm obtido algum tipo de êxito no processo de municipalização?

K.A. – Eu percebo uma dificuldade tremenda na questão orçamentária por um lado, mas não apenas isso; eu percebo que muitos mesmo.... A gente falando *bem* no início, desde o primeiro contato sobre essa necessidade, existe uma posição um pouco passiva ainda; aquela história da hierarquização, das prioridades municipais mas eu percebo também assim, que nos municípios em que tem um setor de esportes e lazer, as próprias políticas já existentes começam a considerar uma nova forma de fazer, mesmo que não seja exatamente nas características do PELC. Mas um jeito novo de fazer, mas para continuar com o PELC existe uma barreira orçamentária e de prioridades ainda muito forte.

J.K. – Teria algum ponto que te identifica que poderia ser melhorado no Programa?

K.A. – Olha, eu acredito que tudo pode ser melhorado e esse é nosso debate constante, não apenas no âmbito da gestão, como no âmbito dos formadores existe sempre uma tentativa de aprimoramento. Como formadora eu acho que... Existe uma parte que me cabe de continuar me formando, de continuar melhorando e ampliando meu conhecimento para fazer um trabalho cada vez melhor; na parte da gestão existe um esforço muito grande e que precisa continuar, que é a história do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento que a gente ainda tem uma certa dificuldade, algumas questões precisam ser resolvidas, mas algo muito importante no PELC e que facilita tudo isso, é o diálogo, desde o diálogo que nós temos com a equipe do

Ministério, com a equipe da UFMG⁴ e com a abertura que você tem com os municípios. Os municípios têm total acesso de falar, tanto com os formadores, técnicos, equipe e resolver qualquer conflito, então, os problemas de gestão e funcionamento eles existem, acho que vão sempre existir, mas a facilidade que se tem de contato para resolver eu acho que é o grande ponto positivo do Programa.

J.K. – Teria alguma coisa que eu não te perguntei, que não ficou colocado aqui na entrevista e que tu gostaria de compartilhar, de comentar?

K.A. – Eu falo um pouco demais quando me dão espaço [riso].

J.K. – Mas, pode falar à vontade!

K.A. – A única questão que eu coloco, é assim: por eu ter começado, por eu ter conhecido o PELC em uma situação, uma circunstância diferente, como estudante, de eu ter uma visão à respeito das políticas públicas como espaço de contradição, é reforçar o que o PELC significa isso tudo. Que é uma tentativa, é um esforço de operacionalizar o conceito de transformação social por meio do lazer; isso a gente nunca pode perder de vista mesmo sabendo a dificuldade que é. O PELC para mim ele representa muito, ele representa a grande contradição da política pública que a gente sempre coloca como um espaço permeado por lutas políticas e que tem uma intencionalidade muitas vezes que é a manutenção do “status quo”. Mas é dentro desse espaço de estado, de políticas públicas a gente tem uma política que *mexe* nessas estruturas e a gente tem pessoas trabalhando exatamente para provocar na população uma noção de consciência, de transformação

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais.

social, então para mim o PELC ele tem um significado muito forte e por isso eu me identifico tanto com ele.

J.K. – Então, eu agradeço em nome do Centro de Memória do Esporte.

K.A. – Eu que agradeço.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Khellen Cristina Pires Correa Soares

Entrevistada: Khellen Cristina Pires Correa Soares

Entrevistadoras: Jamile Mezzomo Klanovicz

Data da entrevista: 20 de novembro de 2015

J.K. – Bom dia Kellen, eu agradeço a tua disposição em nos ceder a entrevista e eu queria que tu iniciasse falando um pouco da tua formação.

K.S. – Então, eu sou formada em Educação Física pela Escola Estadual de Educação Física de Goiás - ESEFGO, fiz Mestrado em Educação, mestrado uma parceria entre duas instituições: a Universidade Estadual de Goiás e a Universidade de Havana, então, o mestrado foi em Educação e depois fiz uma Especialização em Gestão Pública que é uma área que eu me interesse e estou fazendo agora... Eu sou doutoranda em Estudos do Lazer aqui na UFMG⁵.

J.K. – Certo! E como que a temática do lazer apareceu na tua trajetória?

K.S. – Na verdade o lazer ele está inserido desde a infância assim, nos saberes que são construídos no meu cotidiano porque eu tenho uma história um pouco diferente das meninas do grupo de formadores, porque eu cresci em uma zona rural. Eu morava em uma fazenda, assim, no antigo norte de Goiás, Estado de Goiás e, então, a minha infância foi muito ligada à natureza, ao mato, ao banho de rio, a subir em árvore, a brincar de... A manga é o cavalinho, o meu imaginário era com... O meu imaginário girava entorno do que eu tinha ao meu redor,

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais.

então, aos seis anos eu voltei para morar em Goiânia, eu nasci em Goiânia fui para lá e aos seis anos eu voltei para morar em Goiânia, daí eu tive esse contato já com o brincar na rua, onde eu morava as pessoas tinham muito hábito a valorização da rua, então, na nossa rua a gente tinha... A gente fechava para brincar, a *gente mesmo* as crianças pintavam amarelinha, pintavam caracol, garrafão, muitas vezes eu me lembro de a gente fazendo isso, então jogava queimada, voleibol. Aí vai crescendo vai mudando, mas assim muito de brincar na rua, apropriação da rua mesmo, então salve latinha era uma coisa que a gente adorava, elástico, então essas brincadeiras, depois o voleibol, depois vai crescendo a gente fazia quadrilhas, a gente fechava a rua também, então, passavam meses ensaiando fazia uma festa de quadrilha. Essa apropriação da rua do espaço da rua e da coletividade, sempre construindo com o coletivo que está ali da comunidade, isso também era muito legal, porque tudo o que... Porque a gente se organizava para fazer, então, quando ia pintar, como que a gente conseguia a tinta, então a gente ia atrás da tinta, para fazer a festa junina, como que a gente se organizava, tinha toda essa parada. E depois a gente vai crescendo também ficando mais velho, na verdade, e vai mudando um pouco essa história do lazer e das experiências de lazer... Depois, já na Universidade, eu já estava no campo de cá, do fazer, do ajudar a construir o processo educativo mesmo, então, eu trabalhei em Colônia de Férias sempre; trabalhava em Colônia de Férias, tinha um grupo de recreação que trabalhava em festas infantis, prestava serviços de recreação para várias empresas e assim bem nessa *vibe* e também de forma acadêmica a gente se aproximou muito, porque eu fazia parte do Movimento Estudantil e ao fazer parte do Movimento Estudantil, a gente também teve contato com o lazer porque alguns dos estudiosos estavam conosco nesse momento do movimento e isso também veio já com esse olhar mais acadêmico, do estudo do lazer. E isso também foi muito interessante, posteriormente,

aí quando eu já me formo, vou para o mercado de trabalho eu tive possibilidade de trabalhar em projetos sociais, projetos que me davam essa vivência e espaços e, inclusive, com comunidades hoje que eu desenvolvo trabalhos, são comunidades indígenas, quilombolas, com grupos específicos como os idosos.

J.K. – E como tu chegou a conhecer o PELC⁶?

K.S. – O PELC eu trabalhava na gestão da Secretaria de Esportes no Estado de Tocantins, onde eu moro hoje e, ao trabalhar na gestão, a gente chegou a organizar as Conferências de Esporte, veio uma técnica do Ministério⁷ e ela... A gente conversando ela falou do programa, falou que ia ter um processo seletivo se eu me interessava em participar, e aí eu me interessei, então em 2007 eu entrei para trabalhar como formadora do PELC.

J.K. – E como tu iniciou o teu envolvimento com o PELC?

K.S. – Então, em 2007, porque depois que ela me falou da possibilidade, ela disse de uma formação que iria ter, se eu me interessava em participar para conhecer. E foi isso que eu fiz em 2007: eu participei dessa formação de formadores e a partir daí comecei a trabalhar como formadora.

J.K. – E como que ocorreu a tua preparação para ser formadora?

K.S. – O que acontece já nesse momento dessa formação: a gente teve contato com as diretrizes, com os objetivos, qual era a proposta de trabalho e nesse momento para além dessa discussão das diretrizes do

⁶ Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

⁷ Ministério do Esporte.

Programa, como se dava o trabalho. A gente teve muitos relatos de experiências, então, o grupo de Belém era um grupo grande na época, eles já vinham fazendo trabalhos diferenciados e eles trouxeram as experiências deles, então, a gente pode conhecer como se dava mesmo a formação e também o pessoal do Sul que eles trouxeram também as experiências, também era um grupo grande. Eles trouxeram as experiências e foi a partir daí que eu comecei a entender a proposta e solidificar porque lá a gente discutia mesmo, como se dava a proposta de formação, como se dava execução dessa proposta.

J.K. – Sim, e tu já chegou a atuar no PELC Todas as Idades e no PELC para Povos e Comunidades Tradicionais?

K.S. – Sim, no PELC Todas as Idades, Vida Saudável e Povos e Comunidades também.

J.K. – Dos três!

K.S. - Dos Três!

J.K. – E há alguma diferença nesse planejamento e na formação para cada um deles?

K.S. – Na verdade todo o conveniamento é uma especificidade diferente, mesmo que seja PELC Todas as Idades, em municípios diferentes a gente sempre tem que analisar a especificidade, então, a gente faz contato com a instituição, vê quais são as características locais o tamanho do município, a cultura local, a gente faz uma pesquisa. Por exemplo, eu tenho o hábito de ir na internet buscar imagens do município, imagens do que é de cultura daquele município, ver se tem produção de artesanato. Porque tudo isso eu

utilizo de material durante a formação, que eu já entendo que ali já tem alguma coisa e também já... E também fazendo um “link” com eles e assim também quando vou para uma Comunidade de Povos Indígenas, eu vou estudar sobre aqueles indígenas, quem são, onde vivem, como vivem, então, eu faço essa busca geralmente na internet, às vezes em referenciais bibliográficos quando eu tenho mesmo em casa algumas coisas e trazendo as especificidades daquele grupo, tanto faz se é povos e comunidades, se é de alguma cidade ou se é Vida Saudável, tem que ter o estudo da realidade e da especificidade do grupo.

J.K. – E como tu organizas as atividades de formação do Programa?

K.S. – Como assim?

J.K. – Como tu planeja elas, organiza as atividades?

K.S. – Como que eu organizo?

J.K. – Isso!

K.S. – Então, a proposta de formação ela é feita primeiro respeitando primeiro o que é proposto enquanto diretriz e objetivo, então, quais são as diretrizes, quais são os objetivos e a partir daí quais são os conteúdos a serem trabalhados em cada módulo. A partir daí estabelece, eu vou pensando as atividades, geralmente eu gosto muito de fazer de forma dinâmica, então, eu não fico só focada em “slides”, eu tento trazer possibilidades que eles experimentem ou por uma sensibilidade maior ou passando pelo corpo enfim. Eu exploro muito assim, faço desde danças circulares à desenhos, pinturas, elaboração de cordel de música e visitas técnicas. Então, para que eles possam

identificar a realidade deles, primeiro... Geralmente eu faço assim: um diagnóstico do que eles já sabem com atividade de recorte, de pintura... E o que eles já sabem? A partir do que eles já sabem a gente vai traçando esse caminhar da proposta de formação.

J.K. – E tu comentou sobre as visitas aos núcleos, como são realizadas essas visitas técnicas e as visitas pedagógicas?

K.S. – As visitas técnicas a gente vai com o intuito de conhecer o local, verificar desde o espaço, ter um diálogo por vezes com a comunidade e geralmente a gente prepara os agentes antes, com uma guia que a gente tem que a gente utiliza, então, dizendo da intencionalidade daquele movimento: nós temos uma intenção ao ir visitar, não é só chegar lá: “Tudo bem, oi núcleo, beijo e tchau”. Não. Qual é a intenção de ir visitar? E aí a gente tem uma guiazinha com perguntas que eles vão ter que estabelecer um olhar, para depois a gente voltar e discutir, então assim, para além do olhar é... Superficial a gente busca que eles estabeleçam um olhar diferenciado e, principalmente, se a gente estiver oportunidade conversar com a comunidade local ali, para verificar se eles estão sabendo que ali vai chegar um programa, o que eles desejam desse programa, para trazer elementos para discutir com os meninos.

J.K. – Então tu insere outros temas nas formações do grupo que tu atua?

K.S. – Como?

J.K. – Tem alguns temas que se tornam obrigatórios, e também são inseridos outros temas além desses?

K.S. – A partir da necessidade deles, por exemplo, têm comunidades... Por exemplo, a gente veio de uma agora, que eles gostariam muito de saber mais sobre pessoa com deficiência, e aí a gente tenta dentro das nossas possibilidades discutir mais sobre isso e até lançar para eles desafios de estar buscando também profissionais do município que lidem com pessoas, com grupos diferenciados, pra trazer essa formação e também, por exemplo, tem municípios que lidam muito com a violência, então, estratégias para lidar com a violência ou com a diversidade mesmo, com minorias raciais. De repente têm alguns temas que a gente vai lançando de acordo com a realidade que vem apresentar, isso talvez não está nem na proposta de formação porque surge a partir de uma demanda ali durante a formação.

J.K. – E que resultados tu consegue observar dos agentes e no núcleo ao longo das formações que são realizadas?

K.S. – Olha, tem uma coisa que eu acho que é assim, é muito... São vários fatores, quando a gente vai para uma formação a gente sempre está na expectativa que os agentes se envolvam, então, nossa expectativa e nosso comprometimento é de que aquilo ali vai dar certo. Mas a gente precisa do retorno, então, a primeira coisa é esse envolvimento do grupo com a proposta; eu sempre procuro nesses primeiros momentos provocar o encantamento pelo Programa, até mostrando que nós estamos enquanto formadores envolvidos com o Programa, não à toa porque, justamente, a gente entende e acredita que seja um programa diferenciado, com uma proposta diferenciada. Eu tento provocar esse encantamento para que esse encantamento perdure durante todo o convênio. Mas, a gente vai entendendo também que esse desenvolvimento, assim, um bom desempenho, um bom desenvolvimento, depende muito da organização deles. Por exemplo: o coordenador é uma figura muito importante, tem um papel

muito importante, porque ele vai estar ali motivando o grupo todo o momento, sendo responsável pela formação em serviço, então, os núcleos que fazem a formação em serviço certinho que tem um momento de planejamento. A gente vê que é um grupo diferenciado, que eles conseguem sim ter sucesso nas atividades, que eles conseguem ter um diálogo efetivo no grupo, que eles conseguem se mobilizar, então assim, a organização do coordenador junto com os seus agentes nesse momento de estar realmente fazendo planejamento e a formação em serviço, eu considero como pontos fortes. E o segundo ponto que eu acredito que traga muito sucesso é o planejamento participativo junto com a comunidade, trazer a comunidade para discussão... Se eles conseguem mobilizar a comunidade, também é uma questão que eu acho muito importante.

J.K. – E ocorre algum tipo de acompanhamento dos núcleos após o fim do convênio?

K.S. – Após o *fim* do convênio?

J.K. – Isso!

K.S. – O que acontece... Eu *particularmente*, eu acho que eu só tenho acompanhado, assim contato, acompanhar, acompanhar vai ser todo o mês, durante o convênio a gente faz o acompanhamento via “e-mail”, às vezes por telefone. Agora eu tenho um município que é no interior de Goiás que, na verdade, ele não terminou o convênio, eles conseguem... Vão conseguindo renovar, eles conseguiram já renovar, mas é um município que eu vi uma mudança muito grande, a gente estreitou laços e sempre tem o contato, tem outro que é da UNIRG⁸,

⁸ Centro Universitário de Gurupi.

mas geralmente a gente depois de terminar o convênio são poucos que a gente estreita laços para continuar depois o conveniamento.

J.K. – E tu consegue perceber que os núcleos têm obtido algum êxito, assim, no processo de municipalização?

K.S. – Sim. Alguns sim. Esses grupos, como eu disse algum tempo atrás aí, os grupos que conseguiram se organizar com planejamento, formação em serviço e, principalmente, organização da comunidade, eles conseguem provocar essa sensibilidade dos gestores, dos representantes políticos para continuidade. Eu também venho de um município semana passada que eles já fizeram concurso público garantindo profissionais que deem continuidade no trabalho e eles só vão encerrar em *outubro*, mas eles se prepararam. Então a gente tenta já falar de municipalização no primeiro encontro, hoje não. A gente já fala no primeiro encontro, pois eles têm que entender que tem um final e que a continuidade vai depender da organização do município.

J.K. – Certo! E que pontos tu identifica que devem ser melhorados no Programa, se tem algum ponto que tu acredita?

K.S. – Sim! Na verdade eu acho que sempre a formação em serviço é um gargalo porque depende muito, como eu disse, do coordenador pedagógico, dessa motivação dele, dessa vontade dele de fazer dar certo, então, a formação em serviço eu acredito que seja um ponto a ser melhorado. Um outro processo que eu acho que deva ser melhorado é o envolvimento da comunidade de forma efetiva mesmo, envolvida no planejamento, nas decisões, então essa organização da comunidade acho importante e um terceiro movimento, é a compreensão desse processo dessa possibilidade de municipalização, isso ainda é uma prática recente a gente já faz isso, mas nesse sentido

de estudar desde o princípio desde o primeiro módulo ainda isso é recente, então, eu acho que merece amadurecimento nosso do grupo todo, como um todo.

J.K. – Certo! Teria alguma coisa que tu gostarias de compartilhar que eu não te perguntei?

K.S. – Acho que talvez, dizer mais das formas de conveniamento que eu acredito que seja interessante ser destacado que, para gente atingir os Povos e Comunidades Tradicionais, há necessidade de um olhar diferenciado nas formas de conveniamento, porquê da forma como vem sendo feita é difícil alcançar-se o pleito... Terminar e efetivar essa parte de fechar o convênio mesmo, assim, para o início da execução e sempre entendendo que não é só conseguir garantir o recurso, mas o acompanhamento é diferenciado na forma de prestação de contas, de orientação, então assim, a gente fala dessas possibilidades de atender a diversidade, mas realmente nós temos que nós preparar para atender, porque todo o processo é em cima da diversidade, entendeu?

J.K. – Sim!

K.S. – Então acho que é isso!

J.K. – Então, eu agradeço em nome do Centro de Memória do Esporte, muito obrigada!

K.S. – Obrigada!

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Liana Abrão Romera

Entrevistada: Liana Abrão Romera

Entrevistadora: Luiza Aguiar dos Anjos

Data da entrevista: 27 de abril de 2017

L.A. – Bom, primeiramente Liana, muito obrigada por esse tempo aqui, estar nosso tempinho de descanso para conversarmos um pouco sobre sua experiência no PELC⁹. Eu gostaria de começar perguntando sobre a sua trajetória, a sua formação.

L.R. – Bom Luiza, primeiro é um prazer estar aqui conversando com você, e cumprimentar por esse trabalho de memória que vocês estão fazendo. Bonito e importante para registrar a história do Programa, contribuir com as políticas públicas e com a Educação Física em geral. Eu começo minha trajetória, como jogadora de basquete, lá no interior de São Paulo. Primeiramente como jogadora de basquete e como uma criança envolvida em várias atividades extracurricular. Eu acho que desde lá, há uma formação no sentido lato, participação em banda marcial da escola, participação em um modelo de escola denominada pluricurricular. Era uma escola que atentava para formação em manualidades, em artes, um modelo que já não existe, mas que dava uma formação mais ampliada. Pratiquei do basquete por mais de seis anos, e depois, fiz o curso de Educação Física...Tive um tempo afastada por conta de casamento muito cedo, filhos e familiares, mas

⁹ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

depois, em 1993, eu me aproximei da UNICAMP¹⁰; eu morava muito longe de Campinas, fiz uma seleção para uma especialização em Estudos do Lazer e posteriormente com o grupo do Professor Dr. Nelson Marcellino¹¹, iniciado na Unicamp como Lazer e Educação e posteriormente na UNIMEP¹² como GPL (Grupo de Pesquisa em Lazer). Essa possibilidade dos estudos, desse aprofundamento que até então eu não tinha, a percepção de que tudo isso existia, me fez tomar contato, não só com pessoas estudiosas da área, mas com a possibilidade de um universo todo que vinha se apresentando pra mim. Paralelo a esse estudo da especialização, eu já era professora da rede estadual de educação de São Paulo... Trabalhar, estudar e cuidar da família exigiu muito de mim. Eu trabalhava uma jornada extensa, um tempo na prefeitura, um tempo na escola estadual, e viajava para cursar a especialização em Campinas: trezentos quilômetros de distância, então, saía domingo à noite, tinha aula às terças, retornava e acumulava todas as aulas, até o sábado, para poder dar conta de estudar, mas foi um período bastante intenso e rico.

L.A. – E como é que você conheceu o PELC?

L.R. – Aí vou ter que fazer um salto no tempo... Conheci o PELC, em 2009, eu tinha terminado o doutorado e dava aula na UNIMEP de Piracicaba¹³, junto com o professor Marcellino e a Rejane Penna Rodrigues era aluna do programa de pós graduação. Ela estava fazendo mestrado na UNIMEP sob orientação do Marcellino e cursou uma disciplina que eu dava sobre juventude e lazer e, em meio a algumas discussões, ela me convidou para uma fala em Brasília para o

¹⁰ Universidade Estadual de Campinas.

¹¹ Nelson Carvalho Marcellino.

¹² Universidade Metodista de Piracicaba.

¹³ Cidade do interior do estado de São Paulo.

um programa de esporte e lazer voltado para a juventude. Ela me explicou o que era esse programa e lá eu fui conversar com os formadores do PELC. Naquele momento não tinha essa configuração que tem agora, na época havia uma modalidade de PELC denominado PELC PRONASCI¹⁴, que numa parceria com o Ministério da Justiça direcionada as ações do programa de modo especial à juventude em situação de vulnerabilidade. Como meus estudos versavam sobre juventude, lazer e drogas, aceitei o desafio e ali conheci toda amplitude do Programa. Nesse encontro de Brasília havia uma série de autores das principais obras da Educação Física e do Lazer, proposta era uma conversa com autores das obras e palestras para um grupo de formadores, parece que era um grupo de setenta formadores, pessoas muito bem engajadas, muito bem formadas, que estavam ali para debater com os autores das obras o fazer da Educação Física e do Lazer.

L.A. – Você me falou que deu esse salto do conhecimento do PELC, na verdade da sua especialização para o conhecimento do PELC. Você poderia me falar um pouco de como o lazer se envolveu, você se envolveu com lazer nesse tempo que você saltou, inclusive na sua pesquisa de mestrado e doutorado?

L.R. – Eu terminei em 1993 a especialização, voltei para o meu trabalho na escola e na prefeitura, no ano seguinte, 1994, entrei no mestrado, e no mestrado me aproximei da pesquisa em lazer. Desculpa, da pesquisa não, eu fiz a pesquisa na área da Educação Física escolar, mas no programa de lazer, aí em 1998 um governo popular ganhou as eleições na minha cidade e eu fui chamada junto com outro colega para fazer o papel do assessor técnico de esporte e lazer da prefeitura. Foi onde pudemos desenvolver um pouco daquele

¹⁴ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

conhecimento tratado na UNICAMP, junto a uma secretária municipal de esportes e lazer. Foi um momento bastante rico e produtivo. Depois disso eu segui com as aulas na escola, também tentando desenvolver muito do que tinha sido discutido na UNICAMP em termos de lazer, principalmente na escola e no ensino médio e para faculdades particulares, além de ministrar cursos de especialização e fui aprovada no doutorado, também na UNICAMP. Em 2008 concluí o doutorado e ao terminar ingressei na UNIMEP, já era 2009. Claro, que muitas outras coisas vão acontecendo nesse meio tempo, mas o salto em breves palavras, eu acho que vão nesse sentido.

L.A. – Em qual era o município você atuou?

L.R. - Meu município é Catanduva, interior de São Paulo... Eu não digo a primeira, mas uma das primeiras cidades assim, quando o... Posso falar?

L.A – Pode. [RISO]

L.R. – O PT¹⁵ começa a ganhar as prefeituras, de um modo geral, quando o mapa do Brasil deu uma avermelhada boa no mapa do país, Catanduva era uma dessas prefeituras, e que na primeira gestão fez um bom trabalho. Tivemos oportunidade de fazer ali programas, principalmente programas com crianças em situação de vulnerabilidade social ou com crianças em situação de rua, programas de ginástica pra mulheres, programas pra campos de várzea, enfim, revitalização de campos de futebol, coisas assim, que não estavam relacionados ao entretenimento, mas sim a essa proposta de lazer e cotidiano para pessoas com menor possibilidade de acesso ao lazer, esquecidas pelas política. Pudemos fazer essa política mais voltada as

¹⁵ Partido dos Trabalhadores.

minorias mas não ainda dessa maneira tão organizada quanto é a política do PELC.

L.A. – E como você veio a se tornar formadora do PELC?

L.R. - No ano de 2009 fui aprovada em concurso da Universidade Federal do Espírito Santo e fui pra lá e logo nos primeiros meses houve um edital de seleção de formadores. Nesse momento eu já estava mais envolvida, entendendo a importância dessa política social, e principalmente pensando alcançar essa juventude vulnerável. Fui aprovada na seleção e desde então me juntei ao grupo e vim crescendo junto com eles. É um programa importante, ele é de crescimento de todos os envolvidos. A cada vez que um formador sai pra dar uma formação ele vai se qualificando... Luiza, é um lugar privilegiado, no qual você vê o que os agentes estão fazendo lá na ponta, chega ser difícil de acreditar, a gente tem registrado mesmo, porque você fala, não é possível que pessoas que não tiveram oportunidade de formação estejam conseguindo fazer coisas de qualidade e com recursos tão poucos. Eu retornei de um afastamento agora em agosto e em setembro já fui fazer uma formação, de avaliação em Ipatinga¹⁶. Eu vi ali um *agente social muito jovem*, relatando o que ele estava fazendo, e ele de emoção chora, aquilo é pra mim maravilhoso de ver como é que um jovem de vinte e poucos anos chora ao contar do trabalho dele junto a crianças com necessidades especiais e com idosos, o que tem de especial nessas pessoas que estão trabalhando nessa política, o que essa política tem de transformadora nessa sociedade, o que é que envolve essas pessoas com tamanho comprometimento e com salário tão baixo. [RISO]

¹⁶ Cidade no interior de Minas Gerais.

L.A. – E como é que você descreveria sua preparação para exercer essa função de formadora, desde antes de você saber propriamente o que era esse trabalho, até hoje em dia, em que você já tá há algum tempo.

L.R. – Eu descrevo como desafiadora, porque ela é constante. Esses momentos que a gente tem que são semestrais de formação do grupo contribuem muito, mas não para aqui. Cada formação que a gente faz em parceria com outro formador transforma-se num aprendizado muito grande e sempre tem uma rotatividade, você nunca faz formação com o mesmo formador. Se eu vou trabalhar com o Gilmar¹⁷ eu aprendo muito com ele e ele comigo e o mesmo se dá em todas as composições de formadores. Para além disso, a necessidade de uma busca constante de material de inovação, um material de leitura. Eu costumo usar muito, documentários, curtas, pequenos textos, vídeos pequenininhos, aquele segundo vídeo que o palestrante usou, do joguinho de xadrez, é um vídeo que eu já usava, porque são esses materiais assim pequenininhos que ilustram e fazem as pessoas entenderem aquilo que você quer dizer de uma maneira muito simplificada. Então é assim: há uma busca por material que consiga dialogar com as pessoas de uma maneira diferente do que é sala de aula, porque tem que ser dinâmico, tem que ser de outro jeito. É uma busca constante por diferentes metodologias, por diferentes materiais e uma troca com os agentes sociais de cada local; tudo se torna motivo para um aprendizado, é uma via de mão dupla muito grande e a partir disso vai se construindo e se reconstruindo a cada formação.

L.A. – E você já trabalhou também, nas formações, com o Programa Vida Saudável e com o PELC Povos Tradicionais e Quilombolas?

L.R. – Não, nenhuma vez.

¹⁷ Gilmar Tondin.

L.A. – Agora me voltando para pensar na questão da tua ação, que você já iniciou um pouquinho ao pensar no processo de se preparar... Como é que são desenvolvidas as atividades de formação, como é que isso se estrutura na prática?

L.R. - Procuo usar diferentes metodologias para que as coisas não fiquem maçantes e monótonas. A gente tem uma primeira parte de exposição dialogada, os vídeos, curtas, muitas vezes um filme que consiga dialogar com a temática a ser tratada, dinâmicas e oficinas. O programa tem eixos estruturantes e que são trabalhados cultura, esporte e lazer que são os principais, e contemplados de diferentes modos durante as formações. Há um momento no qual o programa conveniado propõe um evento de impacto, um evento de lançamento do PELC, que é onde eles vão também, poder exercitar a organização das atividades assistemáticas previstas no Programa. Eles planejam e montam tudo o que vai acontecer no PELC, fazemos visitas monitoradas com eles... Eu acho que as formações têm passado por um processo de transição também, há sempre um *feedback* dos agentes, sobre textos muito curtos, tenho percebido que a gente tem usado cada vez menos o *datashow*, menos slides, e mais diálogos, uma conversa mais próxima com eles.

L.A. – Você mencionou oficinas, geralmente essas oficinas trabalham com que temas, por exemplo?

L.R. – Esportes, jogos cooperativos, recreação, manualidades e, eu particularmente gosto muito de provocar uma oficina, que eu chamo de cultural. E pego um curta que trata de capital cultural na

perspectiva de Bourdieu¹⁸ e mostro pra eles, para provocar a reflexão, o quanto as camadas mais favorecidas continuam sendo favorecidas e com mais acesso à cultura e as outras não e o quanto poderíamos usar o PELC pra promover esse acesso. Então após esse curta vou provocando com outras manifestações da cultura, essa é uma das oficinas que eu mais gosto de promover porque tira a gente daquele lugar... Estamos acostumados a ficar só no esporte, a gente trabalha outras questões e eu penso que é um papel nosso, desassossegado, sabe? Tirá-los de uma zona de conforto, de achar que uma oficina pode ser sempre a mesma coisa; provocar e, através de um jogo, através de uma dinâmica, através de uma recreação, provocar reflexões, trazer para outras possibilidades. Dessa minha ida para o Pós-Doc, eu me deparei com possibilidades e materiais para serem trabalhados junto com os meus orientandos, a teoria das habilidades psicossociais, ou para a vida, representam possibilidade de enriquecer as formações. São dez habilidades que podem ser trabalhadas dentro da Educação Física para uma melhor formação humana, então, o poder de escolhas, a assertividade, a empatia, autoestima são algumas delas. Trabalhar com os agentes a empatia a partir de alguma situação corriqueira pode promover melhor relacionamento entre todos de um núcleo do PELC ou de uma comunidade. A partir de uma jogada, uma dinâmica, de uma cena de um filme, são possibilidades que a gente tem para fazer discussões. Eu acabo sempre provocando para que a gente não fique restrito a simplesmente a ocupação daquele tempo mas sempre possa incorrer numa provocação a partir do material didático que levo e muitas das vezes eles compram a ideia, e aí eu saio feliz, porque eu entendo o PELC como sementinhas. A gente saindo a semear e depois de tanto tempo eu fico vendo, ontem com a Márcia¹⁹

¹⁸ Pierre Félix Bourdieu.

¹⁹ Referência a avaliação do PELC apresentada por Márcia Soares em evento de capacitação dos formadores realizado em Belo Horizonte,

mostrando toda avaliação, apesar também de ver onde a gente está falhando, dá para ver que alguma coisa está florescendo.

L.A. – E você podia me falar um pouco dos processos, das visitas técnicas e das visitas pedagógicas?

L.R. - Eu acho que muito pouco porque elas foram implantadas mais recentemente, no período que eu estive afastada . Eu fiz uma até agora uma visita em Ipatinga. Muita coisa de transformação aconteceu nesse um ano que eu estive fora, então, a visita eu fiz, na verdade eu fiz duas: Ipatinga e São Bernardo do Campo²⁰. São dois lugares que eu tomo como referência, são dois lugares já começados por dois outros formadores super competentes e acaba sendo uma possibilidade, uma modificação acontecida no Programa, para qualificá-lo, porque o Programa tem isso de muito importante: ele não se acomoda, a cada passo que ele dá, ele se olha, ele se analisa, olha para os seus erros e consegue buscar saídas. Você percebeu acho que na reunião, a gente se provoca o tempo todo buscando a qualificação e nisso o Programa vai passando por constante transformação. As visitas acabam sendo um resultado, um reflexo dessa necessidade de transformação. Anteriormente ela acontecia em meio dessa formação de quatro dias, então, não dava muito certo, e agora ela acontece antes da formação de avaliação iniciar. Com estas visitas ocorrendo antes da formação fica possível ver as coisas acontecendo, fora do dia de formação, vemos os núcleos em funcionamento, esta é a principal contribuição das visitas, eu penso. São constantes mudanças buscando sempre adequar as necessidades à realidade, a divisão das avaliações para dois momentos, em dois momentos curtos de dois dias, não tão ao final do convênio, mas mais para que as pessoas possam, ao ser avaliadas, fazer os ajustes necessários, porque esses ajustes são

²⁰ Cidade do estado de São Paulo.

reflexo das avaliações que vai se tentando colocar em prática para qualificar o programa. É um programa que não pára e não deixa ninguém parar, porque ele vai mexendo com a gente o tempo todo.

L.A. – Você chegou a citar as duas cidades que você atuou que são Ipatinga e São Bernardo. De fato, o perfil de cidade na qual você atuou são essas cidades de médio porte, ou não?

L.R. – Não, não, não. Eu estive em Ribeirão Corrente²¹, uma cidadezinha com três mil habitantes, era uma coisa assim, não tinha nem hotel pra eu ficar. Eu tinha que ficar em Franca, uma cidade próxima interior de São Paulo, eu tinha que voar até Ribeirão Preto²² alguém ia me buscar em Ribeirão... Ribeirão Corrente é uma cidadezinha agrícola com três mil habitantes, praticamente população rural e o PELC era referência de lazer daquela população. Era um PELC muito especial porque os formadores eram jovenzinhos de ensino médio. Foi uma aposta que o coordenador fez. Eu lembro que eu falei pra ele: “Certeza que você vai fazer isso?” Ele disse: “Vou apostar”. E deu certo, deu muito certo. Os jovenzinhos ficaram ali, era a oportunidade de trabalho deles e fizeram aquilo muito bem feito, muito bem feito e para a cidade era tudo o que eles tinham para vivenciar qualquer possibilidade de lazer, era o PELC que eles tinham. Era assim, cidades pequeninhas que funcionam melhor do que cidades de grande porte, às vezes o PELC se perde em uma cidade muito grande. São Bernardo é uma cidade muito rica da grande São Paulo e está funcionando muito bem, está na quarta edição já do PELC, estão indo muito bem, muito bem organizado. Ipatinga, foi muito bem, terminou agora infelizmente. Ipatinga também estava na terceira ou quarta edição e teve a felicidade de ter um formador do PELC, como

²¹ Cidade do estado de São Paulo.

²² Cidade do estado de São Paulo.

secretário de esporte e lazer, isso também é um diferencial. Essas peculiaridades é que fazem a diferença no Programa.

L.A. – E você teria um ponto de destaque que vocêalaria sobre algumas das formações que você executou, foram algumas histórias, mas teriam outras que te marcaram?

L.R. – Nossa, eu acho que já falei, eu já comentei várias delas, cada lugar marca a gente de uma maneira. Acho que o PELC, cada convênio, acaba mostrando para a gente uma especificidade. Um lugar consegue contemplar muito a criança, outro mais o idoso, outro mais os adultos e eu vejo uma dificuldade muito grande para contemplar a juventude para além do esporte. Se o convênio oferece o esporte, ele contempla uma parcela da juventude, geralmente masculina, né. Mas teve um PELC que eu fui substituir o Claudio²³, que estava em período de luto, em Sumé na Paraíba e foi maravilhoso. Ali eles tinham entre os agentes um moço que dava aula de dança, e eles me levaram para visitar, era uma casinha... Pensa em uma casinha de interior com aquela simplicidade, era um salãozinho menor que isso aqui, que eu nunca vi caber tanto jovem. Eram casais assim, não necessariamente casais de namorado, mas juntavam meninos e meninas para as aulas de dança. Mas tão *lindo*, tão *lindo*, que foi o lugar que eu mais vi os jovens participando e com muita alegria. A juventude envolvidíssima com o PELC e sem ser pela via do esporte; aquilo me chamou muito a atenção, muito, vez ou outra eles postavam nas redes sociais alguns vídeos das coreografias que faziam na rua. Fora esse agente que eu te contei, que não foi o único, relatando e chorando emocionado. Os jovens de Ribeirão Corrente, esse grupo de dança de Sumé, do que eu me lembro agora me chamou atenção. Um grupo de senhoras, lá no sul... Pelotas, No Rio Grande do Sul. Eu fui fazer um PELC lá uma vez,

²³ Claudio Gualberto.

um *frio*, eu entrei em uma sala de uma oficina de manualidades, de artesanato, uma mesa comprida, com um monte de senhoras, elas estavam fazendo *patch applique*, com uma televisão ligada, elas estavam assistindo a novela da tarde e tomando chimarrão, em um converseiro, numa alegria [RISO], muito, muito grande, muito envolvidas, fazendo trabalhos muito bonitos, isso me chama atenção. Para além disso muitos relatos que falam da diminuição de remédios de depressão, isso tem sido mais recorrente, acho que merece uma pesquisa à parte, mostrar o quanto essa sociabilidade tem diminuído a depressão das pessoas, e uma outra coisa: o tanto que essa bolsa do PELC, mínima que seja, tem sido sustento de muita gente; a gente percebe famílias vivendo com uma pessoa ganhando a bolsa do PELC. Eu vejo programas fazendo assim, coisas maravilhosas, ações de educação, de divulgação do lazer, de diversificação de conteúdos culturais e ainda assim também geração de renda e promoção de renda, ainda que mínima, para algumas famílias.

L.A. – Liana, esse outro eixo é uma certa avaliação sua, um entendimento seu do Programa que foram vários pontos que você contemplou, mas que eu quero abrir espaço pra eventualmente você complementar. Primeiro, como você acha que as formações impactam as atividades dos núcleos?

L.R. – As formações nos núcleos?

L.A. – Isso as formações que vocês formadores desenvolvem nos núcleos.

L.R. – Olha, elas impactam de maneira positiva, mas eu acho que a gente ainda pode melhorar, elas ajudam nessa transmissão, dessa filosofia de programa, que é diferente de tudo que se viu, e que não é

instantânea, que as pessoas pegam; elas demoram para ser incorporadas, não vai ser no primeiro, nem no segundo, às vezes lá depois do décimo mês, é que elas vão dizer: “Ah! Agora que eu entendi o que é isso.” Então, talvez, a gente pudesse pensar em coisas, em mudanças nesse sentido, que contribuíssem para que a compreensão se desse de modo mais rápido por parte de alguns agentes. Há um impacto sim das formações, mas há que se pensar maneiras de impactar com maior qualidade, maior efetividade, mudar essa forma de entendimento, de uma maneira mais rápida.

L.A. – Que pontos você acha mais importantes de serem modificados de serem qualificados?

L.R. – O entendimento de que o lazer pode ser uma via de emancipação, uma via de educação humana e não só um espaço de ocupação de tempo, esse é o ponto principal. E a gente ouve muito aquele jargão: “Então vamos ocupar o tempo das crianças.” E não é isso. Vamos usar esse tempo da melhor maneira possível, para uma educação, uma educação de sentidos, uma educação sensível, uma educação do humano e não uma ocupação de tempo. Só que isso é difícil porque toda essa percepção deve ocorrer de maneira leve e lúdica, a gente poder usar esse tempo para esse melhor entendimento do alcance do lazer, das possibilidades que o lazer tem e das possibilidades da organização da sociedade civil para a continuidade do Programa. Tem dentro das diretrizes uma orientação assim: “Depois dos vinte e quatro meses o PELC enquanto programa federal se retira pra que vocês sigam municipalizando”, mas isso é muito difícil, porque não dá tempo nesses vinte meses dessa população se organizar, dessa comunidade se organizar. Esse é, na minha opinião, outro ponto que a gente precisa rever melhor. Ainda não sei de que maneira, mas organizar isso melhor, para que de fato eles conseguiam

sair - não sei se nesses vinte e quatro ou em um tempo maior - mais organizados para buscar a sua autonomia, porque dói muito Luiza, você chegar na sua última avaliação e eles olharem pra você: “E agora? Tudo o que eu fiz, todos os beneficiários?” As últimas coisas que eles pensam, mas pensam: “E o meu salário?” E a gente tentando sugerir coisas, pressão nos políticos, isso e aquilo, mas isso foi pouco trabalhado antes. Então esses dois pilares eu penso que estão deficitários tão importante como discutirmos o esporte como nós discutimos hoje seria pensar esse maior alcance do lazer para a formação humana e essa possibilidade de que ele possa ser, de fato, um elemento da organização da sociedade civil, para continuidade desse Programa.

L.A. – Finalizando então, tem alguma outra consideração que você acha importante ser feita, ou gostaria de agregar as coisas que você colocou?

L.R. – Só ratificar a importância desse Programa com as diretrizes que ele tem de não ser mais um programa, de ele ter o diferencial que ele traz, de olhar pra comunidade ou para as populações mais vulneráveis da maneira que ele olha, principalmente, o modelo de organização que ele tem. A possibilidade de se reinventar constantemente, é que é o que faz dele um programa que consegue ser novo a cada ano. Pensar que ele pudesse ser replicado, reproduzido em outras esferas mesmo, ou que ele pudesse ter entre nós, um espaço maior de discussão.

L.A. – Então Liana: muito obrigado em nome do Centro de Memória do Esporte

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

L.A. – Segunda parte da entrevista com Liana Romera [RISO] a cargo de Luiza Aguiar realizada no dia 27 de abril.

L.R. – Liana Romera parte dois [RISO]: Luiza, é que assim, é que ouvindo a Marie²⁴ eu acabei lembrando de duas coisas que eu quero acrescentar e uma eu acho que é o reconhecimento ao processo de formação. O PELC teve o cuidado de colocar a gente com um outro formador no começo, então, quando você pergunta assim: “Como é que foi o teu processo de formação no PELC?” E acho que o principal é esse: ter colado a gente com outro formador e eu não lembro de ter falado isso pra você. A minha primeira formação foi com o Cláudio²⁵ e foi *muito* importante pra mim porque, realmente, as primeiras vezes você não sabe como você faz. Eram *quatro* dias de formação, a primeira formação eu me lembro muito bem que foi com o Cláudio e ele foi super didático; foi um aprendizado incrível, e depois as outras formações também e sempre em grupo. Em grupo até soltar para poder ir sozinho, esse é um adendo importante pra eu fazer relacionado à formação para o trabalho, para o PELC. Outro, até para destacar os espaços vulneráveis ou favelas, como a Marie colocou, foi além desse espaço... Enquanto a gente entrava e soltavam rojões e a gente entrava mais e eles soltavam mais rojões. Foi um outro lugar em que a gente esteve no Ceará, eu em que houve uma permissão para gente entrar na favela; quando a gente estava no meio da favela, essa permissão não tinha sido dada e as coisas começaram a ficar meio estranhas, *estranhas*, e a gente teve que sair apressado... Assim correndo perigosamente lá de dentro, porque a gente era um elemento muito estranho ali e a permissão que alguém disse para nós que tínhamos tido para subir, na verdade não tinha, então foi...

²⁴ Marie Luce Tavares

²⁵ Cláudio Gualberto.

L.A. – Foi tenso...

L.R. – É foi tenso, esse momento, e depois um outro momento que foi próximo ao Rio de Janeiro, e que eu acho que a Marie tava junto também... Estamos sempre juntos nesses momentos perigosos, em que a gente subia, e que dois meninos ficavam sempre cem metros mais acima, armados e cuidando, vigiando, vigiando a gente: “O que essas pessoas estranhas estão fazendo aqui?” Assim, trabalhando em territórios de vulnerabilidade, territórios que precisavam mesmo da estada do PELC ali mas territórios que estão sendo trabalhados por um outro poder, acho que precisava falar disso um pouco.

M.T²⁶. – Ai posso fazer à dois?

L.A – Marie...

M.T. – Sabe isso é muito bacana de pensar porque realmente o que a importância do Programa e desse projeto ser construído dialogando com a sociedade, é aí que a relação assim, um com o outro, eu estou pensando algo para o outro que eu acho importante. Começa como uma relação de cima para baixo e as pessoas não tem pertencimento com o Programa, não tem... Não é eu trazendo para a favela, mas o que eles querem? O que aquela comunidade especifica quer? Isso, independente o local, pode ser na favela, pode ser lá na região central, pode... As pessoas têm que participar desse projeto, porque se a gente, pela diretriz que preconiza isso, mas pelo objetivo principal do projeto que é garantir direitos, senão você não consegue nem conscientizar que aquilo é um direito dela. É da cidade, não é uma coisa que é passageira e aí infelizmente uma das dificuldades, algumas vezes ele

²⁶ Marie Luce Tavares está assistindo a entrevista nessa segunda etapa e acabou por fazer algumas intervenções.

não é dialogado “com” ele não é construído “com”, e a gente tem e é na formação; mais um elemento de importância da formação é que a gente tenta contornar essas arestas porque bom, ele que chegou aqui, eu não posso simplesmente ficar dialogando que não vai ter porque eu acho que a política tem que estar conforme eu falei antes, de posse disso, como é que a gente pode aproximar com os anseios de vocês, que vocês estão pensando, acho que é isso.

L.A – Ok. Muito obrigada pela entrevista.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Luis Carlos Lira

Entrevistado: Luis Carlos Lira

Entrevistadora: Jamile Mezzomo Klanovicz

Data da entrevista: 19 de novembro de 2015

J.K. – Eu agradeço primeiramente pela disponibilidade em ceder a entrevista e queria que me contasse um pouco da tua formação.

L.L. – Eu fiz a minha graduação em Licenciatura Plena em Educação Física e me formei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1997. Logo após eu integrei o curso de Mestrado em Educação na mesma Universidade e conclui no ano de 2000. A partir disso, eu passei por todo o processo de preparação profissional e dei aulas em escolas públicas e particulares no estado do Rio de Janeiro e no estado de Minas Gerais. No ano de 2003 eu adentrei na Universidade Estadual de Montes Claros e no ano de 2004 na Universidade Federal de Juiz de Fora. Nessa sou professor até hoje nas disciplinas de Ginástica Artística e Educação Física Gerontológica. Terminei recentemente meu doutorado na Universidade Católica de Brasília onde eu fiz um estudo da motivação para as práticas de lazer de pessoas idosas. Atualmente estou atuando aqui no Programa tendo participando de várias formações do Grupo de Formadores.

J.K. – Certo! E quando a temática do lazer apareceu na tua trajetória?

L.L. – Bom, a temática do lazer vem desde a época da minha graduação, mais especificamente voltada para a temática da pessoa

idosa, para a questão da atividade física para pessoas idosas. Nessa perspectiva da prática das vivências do lazer, vem nesse patamar, tanto que a minha memória de licenciatura, a minha dissertação, mestrado e tese foram voltados ao campo do lazer, para a questão das atividades físicas. No mestrado para as questões educacionais da pessoa idosa. Recentemente, atuo nessa preocupação em entender a motivação dos idosos para participar de atividades de projetos que abarcassem o maior número de atividades do lazer.

J.K. – E como conheceu o PELC²⁷?

L.L. – Comecei a conhecer a partir de 2003 com a implantação de uma política pública de esporte e lazer pensada na Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, antiga SNDEL. Vinha acompanhando, até que houve o processo seletivo de formadores no qual dentro dessas vertentes do Programa de Esporte e Lazer na Cidade tinha o PELC núcleo Vida Saudável. Entrei nesse processo de seleção para compor o grupo de formadores do Vida Saudável e foi por esse caminho que eu entrei e participo do grupo de formadores.

J.K. – Certo! Como foi a tua preparação para se tornar um formador?

L.L. – Então por toda essa minha trajetória acadêmica, meus estudos atrelados à questão das entidades de lazer para as pessoas idosas. Algo importante assim que, vamos dizer, eu não estudava a questão específica do lazer, mas a partir de 2006 eu passei a integrar o grupo de formadores. Nesse momento eu começo a me debruçar mais sobre o assunto, a temática do lazer e participei de todas as formações, encontros, seminários, ENAREL²⁸, encontros nacionais da temática.

²⁷ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

²⁸ Encontro Nacional de Recreação e Lazer.

J.K. – Sim, e hoje atuas no PELC Todas as Idades e no PELC Povos e Comunidades Tradicionais?

L.L. – Na verdade eu atuo mais no PELC Todas as Idades e no PELC Vida Saudável. No Povos e Comunidades Tradicionais eu ainda não tive a oportunidade de atuar, mas é algo novo para nós e estamos passando por processo de formação para também atuar, mas atualmente não.

J.K. – Certo!

L.L. – Povos e Comunidades Tradicionais agora é Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

J.K. – Mudou?

L.L. – Sim. E tem o Vida Saudável também.

J.K. – Tem, são três?

L.L. – São três.

J.K. – E tem alguma diferença no planejamento na formação de cada um deles?

L.L. – Sim, em cada um desses porque são programas distintos. No caso, o Vida Saudável tal diferença ocorre em um atendimento específico para pessoas idosas. No planejamento e organização há diferenças porque o Vida Saudável é pensado na preparação dos agentes sociais para atuar em um grupo específico, que são os idosos,

já no PELC Todas as Idades a gente trabalha uma perspectiva mais ampla e a ênfase é dada para a questão do atendimento de pessoas idosas. Ela não é tão específica dado ao maior, e agora faltou a palavra...

J.K. – Proporção?

L.L. – Faixa etária da população que é atendida entendeu? Então tem essa diferença no planejamento e na organização das ações, em termos até mesmo de atividades que são as vivências corporais que são desenvolvidas nas formações.

J.K. – Como planeja e organiza essas atividades de formação do Programa?

L.L. – Para realização da formação?

J.K. – Sim.

L.L. – Tão logo a gente recebe a solicitação para realizar uma formação nós entramos em contato com a entidade que vai desenvolver o Programa, convênio. Nos pautamos pelo perfil dos agentes, em termos de escolaridade, quem são esses atores que vão participar, fazemos um estudo da realidade do município, conversando até mesmo com os coordenadores desses convênios ou fazendo consultas via internet de possibilidades em termos culturais, de espaços que a cidade proporciona. A partir disso a gente faz toda essa estruturação, atendendo também as diretrizes, o que tem em termos de conteúdos a serem trabalhados em cada um dos seus módulos. A diferença vai ocorrer em termos de conteúdos de acordo com os módulos que nós iremos desenvolver na formação.

J.K. – Certo! Tem alguns temas que são obrigatórios que são as diretrizes. Tu busca inserir outros temas nessas formações?

L.L. – Esses temas que são inseridos geralmente são a partir do módulo introdutório 2. Atualmente e nas avaliações, na avaliação 1, porque ao término da formação do módulo introdutório 1 e da avaliação e módulo introdutório 2 os agentes sociais todos os participantes de desenvolvimento do convênio, preenchem uma ficha de avaliação da formação e ali tem um item que pede que eles façam uma solicitação de temas que sentem necessidade para contemplar num próximo módulo de formação. Se ali a gente percebe indicação de alguma temática e a gente observa dentro da realidade que se conhece o local onde vai ser desenvolvido, a gente insere na outra, no módulo posterior.

J.K. – Que tipo de estratégias metodológicas tu costumava utilizar?

L.L. – Bom, trabalha-se a questão da exposição, da metodologia expositiva dialogada, dinâmicas de grupos, com vivências corporais e com projeção de videocliques, longa metragens. No caso de longa metragem e curta metragem, usamos tanto aqueles voltados para a questão, chamado da linha mais alternativa de filmes, quanto com grandes, como filmes do grande circuito e os alternativos até mesmo para eles perceberem essas diferenças. A partir disso mostramos para eles como é importante estar trabalhando isso com a comunidade e elas não fiquem condicionadas a um modelo, a uma forma de vídeos e filmes que estão só ligados ao grande circuito.

J.K. – Certo. E em relação às visitas aos núcleos, como são realizadas as visitas técnicas e as visitas pedagógicas?

L.L. – Nós somos responsáveis pelas visitas pedagógicas, nós as fazemos em que momento? No primeiro momento, no módulo introdutório 1 onde nós vamos trabalhar com os agentes o reconhecimento dos espaços onde eles vão atuar que às vezes muitos deles não conhecem e para também entender qual é o espaço que aquele convênio vai desenvolver as atividades. A partir desse momento a gente vê a viabilidade ou a inviabilidade da utilização daqueles espaços para desenvolvimentos dos núcleos. Neste caso, a gente pede, solicita que seja alterado o local do núcleo. Mas, na perspectiva pedagógica trabalhar com o processo de reconhecimento dos espaços e de maximização em termos de ressignificação dos espaços e não só pensar o espaço como uma estrutura física pautado em uma infraestrutura que possibilite as práticas esportivas. Precisamos ver outros espaços em que a gente passa a dar novos significados e com isso as atividades são realizadas nesse espaço, tanto atividades de cunho social, cultural, quanto atividades físico esportivas. Num segundo momento a gente vê as questões de extrair o máximo do espaço para o desenvolvimento de atividades, até mesmo com a questão da diversidade de atividades, então trabalhar com eles, esse exercício de eles verem o espaço com várias alternativas. Já no módulo introdutório 2, nós fazemos a visita pedagógica com os núcleos em funcionamento para a gente perceber se o que a gente trabalhou em termos de conceitos no módulo introdutório 1, a forma como eles assimilaram e como ele estão trabalhando nesses dois meses iniciais. É aquele momento: “Isso está errado, essas atividades estão sendo realizadas dentro do que nós programamos das diretrizes do Programa”. A gente começa a debater com eles e mostrar as situações que estão dentro das diretrizes e situações que não estão de acordo com as diretrizes, então faz um ajuste. No módulo avaliação 1 nós fazemos a visita pedagógica, um dia anterior ao contato e mais uma

vez a gente vê aquelas correções que se fez. Vamos fazendo esse acompanhamento todo, e se vê também a questão metodológica, a questão em termos de materiais, tanto no módulo introdutório 2. Nessa visita, se vê se os materiais chegaram, foram comprados, porque isso pode interferir diretamente na questão de desenvolvimento do programa, nas questões pedagógicas. Então a gente faz essa visita pedagógica para ver a questão de identificação dos núcleos, se está sendo feito, se já foi feita, se está dentro dos padrões, então, essas visitas tem essa finalidade.

J.K. – E consegues ver algum resultado nos agentes e no núcleo ao longo das formações que são realizadas?

L.L. – Sim, a gente consegue ver algumas questões de organização da própria comunidade resultando em situações que às vezes o convênio termina, se extingue porque tem lá o prazo, mas alguns grupos continuam se encontrando, se organizam até mesmo para dar uma contribuição para a gente que antes era remunerado pelo convênio e depois deixa de ser remunerado. A própria comunidade, muitas vezes, se organiza para isso. Existem casos de a prefeitura continuar com algumas atividades mediante até mesmo uma solicitação da comunidade e alguns casos pelo entendimento da importância do lazer para a comunidade. Se observa isso ao longo desse tempo em que atuamos. E até mesmo por relato dos agentes, nas suas avaliações o que que contribui na formação deles enquanto profissionais. Isso é algo bastante recorrente e é interessante que ao término de cada uma das formações eles recebem certificados e isso faz um diferencial em termos de preparação para outros trabalhos. Eles valorizam bastante essa questão da formação, então a gente vê os resultados e até mesmo nos relatos, um olhar diferente em relação a questão do lazer, olhar diferente da sua prática pedagógica, ainda mais atrelada a questão das

atividades físico esportivas daqueles esportes tradicionais que a gente consegue sensibilizá-los para o entendimento que no lazer não há uma preocupação na ênfase do treinamento para formar um jogador, ou uma dançarina, ou um artista de pintura, de artesanato, não, mas sim uma perspectiva de entendimento que o lazer deva ser vivenciado, usufruído em um momento de satisfação e prazer daqueles que escolheram estar ali naquele momento, então isso é bem interessante de observar.

J.K. – E existe algum acompanhamento dos núcleos após o fim do convênio deles?

L.L. – Após o fim do convênio não se continua acompanhando, se faz contatos posteriores no sentido de saber se a prefeitura encampou a ideia ou a organização. Diante daquilo que eu te falei do que eu percebo é mais nesse contato: “Não continuou, mas aquele grupo do núcleo tal eles continuaram. Ah! a prefeitura assumiu, mas não assumiu todas as atividades por causa da questão de recursos”. Dessa forma e depois dessas informações a gente não continua no acompanhamento, porque temos que atender outras demandas e fica complicado, particularmente para mim.

J.K. – E tu consegue perceber se os núcleos têm obtido êxito em um processo de municipalização?

L.L. – Olha, eu vou puxar um pouco na memória, eu esqueci agora o nome da cidade, fica mais ou menos a 160 km aqui de Belo Horizonte. A prefeitura encampou, tanto que na época num processo de envolvimento do convênio tinha um clube que tinha fechado na cidade e o prefeito encampou e revitalizou o clube que passou a esse núcleo, um centro de convivência para pessoas idosas com uma questão do

Vida Saudável. Teve um também perto de Uberlândia, como é que é ..., o problema agora são os nomes, é que é perto de Uberlândia chamada cidade do abacaxi, Canápolis. Lá a prefeitura deu continuidade com algumas atividades em virtude de uma solicitação da comunidade, então esses dois me vêm agora na memória. Eu terminei um agora em Itaquaquecetuba, em São Paulo e esse convênio foi bem interessante. Em todos os momentos da formação o prefeito se fez presente, e terminou agora na semana retrasada. Fiz o último módulo de avaliação e a gente conversando e tudo ele ficou sensibilizado, porque participou além das formações, dos eventos que o programa desenvolvia ao longo da sua execução. Ele foi a todos eles e o relato que nós tivemos, tanto dos agentes quanto dos coordenadores, que mesmo que se não conseguisse uma prorrogação de prazo ele iria dar continuidade. Mais um convênio que posteriormente eu vou entrar em contato para saber o que foi feito em termos de continuidade nesse processo de municipalização. Na última formação que eu fiz, foi a primeira do módulo introdutório 1 em Cornélio Procópio no Paraná. Além do prefeito foi uma vereadora e dentro da formação já começamos a discutir essa questão da municipalização e da importância de uma estruturação do marco legal em termos de cobrança mantendo a comunidade lá, os agentes para a vereadora no sentido de leis que venham a respaldar a continuidade do atendimento pelo município em termos de responsabilidade. Isso vai ocorrer num outro processo de desenvolvimento de ações que vão repercutir na Assembleia Legislativa. Assim eu espero que a gente vá trabalhando esse processo de municipalização. Então a gente trabalha dessa forma.

J.K. – E quais pontos tu consegues identificar que podem ser melhorados no programa?

L.L. – Bom o que eu vejo... Você diz em termos pedagógicos ou estruturais?

J.K. – Qualquer um dos dois.

L.L. – Olha nesse tempo todo em que se está atuando, vamos fazendo ajustes. As reuniões nessas formações de formadores são duas, uma a cada semestre, vamos sempre buscando melhorar. Uma das coisas que hoje está se discutindo é essa questão, uma diretividade dos conteúdos que devam ser trabalhados. Existem vários conteúdos e tentamos uma uniformização deles para que, no caso da impossibilidade de um formador, que fez um módulo e tenha algum empecilho de fazer o outro módulo o que vem já sabe o que foi trabalhado para dar continuidade. Então a gente está avançando nessa questão. Nessa última formação, tenho observado que a gente tem que avançar. Já avançamos com a questão da educação a distância. É uma ferramenta que contribui no processo de formação continuada que nós ainda continuamos a fazer. Em termos de sugestão de textos para serem estudados e discutidos entre um módulo de formação e outro e a educação a distância trabalha com outros conteúdos que nós não conseguimos esgotar. Ela vem complementar o processo de formação dentro dos encontros presenciais, a gente tem que melhorar e saber outros conteúdos tem que estar dando uma melhorada nesse aspecto. Outra questão, isso é característico de uma educação à distância, é a questão da evasão e da participação desses agentes no ambiente virtual de aprendizagem, então é um processo que a gente deve melhorar, mas a gente está ainda engatinhando. Tem mais ou menos um ano e meio a dois anos que a gente já vem discutindo o processo de implantação. Foi implantado e a gente percebe algumas dificuldades junto aos agentes, alguns nem *e-mail* têm, tem a questão da escolaridade, já se está

pensando em montar grupos nesses cursos de acordo com a sua escolaridade, você vai fazer uma releitura do discurso acadêmico e passar para esses agentes sociais. Apesar de alguns convênios terem grande número de pessoas que são formadas a gente trabalha muito com pessoas da comunidade. Então, em termos estruturais..., para eu pensar algumas questões mais burocráticas, tenho um olhar de formador e não de gestor, mas às vezes acho que a gente pode estar dando uma melhorada, mas isso eu deixo mais a cargo dos gestores do Programa.

J.K. – Era isso que eu tinha para perguntar para ti. Teria alguma coisa que eu não te perguntei e tu gostarias de compartilhar?

L.L. – Bom, seria um agradecimento por vocês estarem fazendo isso. Acho importante essa questão do registro que passa a fazer história da implantação de uma política pública de esporte e lazer no nosso país. Ela é necessária e é urgente e a tem a questão dos grandes convênios, dos legados, que está sendo um grande desafio. Nessa formação a gente está também discutindo bastante os convênios que tem um número grande de núcleos e isso tem demandado a nós muitos estudos em termos de estrutura para atendimento desses grandes convênios com uma metodologia de atendimento e que permita uma qualificação das formações. Como o volume de pessoas que atua em termos de formação nesses grandes convênios é muito grande, então a gente está conseguindo esse processo de estruturação até o que se tem feito hoje no desenvolvimento dessas formações já vem mostrando aspectos positivos, mas também aspectos negativos em algum momento, depende também da infraestrutura que o convênio tem pra realização das formações.

J.K. – Então era isso! Muito obrigado, eu agradeço em nome do Centro de Memória do Esporte.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Marie Luce Tavares

Entrevistada: Marie Luce Tavares

Entrevistadora: Luiza Aguiar dos Anjos

Data da entrevista: 27 de abril de 2017

L.A. – Marie, muito obrigada por ceder o seu tempo para conversarmos. Queria que você começasse falando da sua formação, da sua trajetória e em que medida o lazer foi se inserindo nessa sua formação.

M.T. – Ok. Boa noite, Luiza. A minha formação é em Educação Física. Eu sou licenciada e bacharel em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Depois, eu fiz a especialização... tenho duas especializações, uma especialização em Lazer pela UFMG²⁹ e uma especialização em Esporte e Atividade Física Adaptada para Pessoas com Deficiências pela UFJF³⁰. E na pós *stricto sensu*, fiz o mestrado em Lazer também pela UFMG e agora, faço doutorado na UFMG em Lazer. O mestrado finalizei em 2011. Eu me formei em Educação Física em 2008, logo iniciei a especialização e fui emendando e dando sequência a minha formação. Aí, depois do mestrado, dei uma parada e entrei no doutorado em 2016.

L.A. – E para além da formação acadêmica, em termos profissionais, como é que você descreveria a sua relação com o lazer?

²⁹ Universidade Federal de Minas Gerais.

³⁰ Universidade Federal de Juiz de Fora

M.T. – Então, o meu primeiro contato com o lazer se deu na graduação, na disciplina de Estudos do Lazer I, inclusive o professor Silvio Ricardo da Silva foi meu professor e foi a disciplina que me despertou para essa temática enquanto um campo de estudo, enquanto um campo de atuação profissional e espaço que me possibilitasse a caracterização desse tempo, desse fenômeno que a gente chama de lazer. Então, com a disciplina eu comecei a estudar mais essa área, fiz processo seletivo para ser monitora das disciplinas e virei monitora. Eram duas disciplinas na graduação que tematizavam o lazer de forma direta: Estudos do Lazer I e Estudos do Lazer II. E eu comecei sendo monitora da primeira disciplina, depois da segunda e de jogos, brinquedos e brincadeiras e tentava fazer a interface com essa área. Dentro da graduação, ainda na graduação, a gente organizou um grupo em Viçosa, com os estudantes... Agora não me recordo o nome, era só com estudantes e a gente organizava ruas de lazer, tardes de lazer e animação de festa infantil para as prefeituras de Viçosa e de cidades do entorno e também para a universidade. Então, por aí eu começo a me aproximar mais, em termos da atuação fora da questão acadêmica nesses espaços. Mas sempre em paralelo, entre as questões de monitoria e as questões dessa intervenção no espaço público das prefeituras. Então, o lazer aparece na minha vida dessa forma. E é com esse contato que eu vou trazendo outras indagações para poder pensar essa área. Pensando no trabalho que eu realizei como estagiária no CAPS que é Centro de Atendimento Psicossocial, que a gente trabalhava com o programa de lazer para a prefeitura e também numa instituição privada a mesma lógica que mas não era chamado de CAPS. Era um projeto semente que também trabalhava com o mesmo público do CAPS, só que no atendimento particular e também com um programa de implantação de um programa de lazer para – eu não sei se está utilizando mais esse termo “pessoas com transtornos psiquiátricos”. Na minha iniciação

científica também, pensando nesses diferentes grupos sociais, eu fui trabalhar com a implantação de um programa de lazer para idosos, com idosos institucionalizados, que era o lar dos velhinhos lá em Viçosa. Então, era uma pesquisa-ação a metodologia de estudo que a gente usou, e eu fui estudando, atuando e fui me apaixonando pela área, quando em 2008, eu decidi me especializar nessa área mesmo. Então, esse é o contato assim que eu tenho do despertar do lazer na minha vida.

L.A. – E quando é que você conheceu o PELC³¹?

M.T. – Então, quando eu conheci o PELC, eu estava fazendo mestrado na UFMG e abriu o edital para contratação de formadores. Acho que foi o primeiro no formato do edital, se não me engano, foi o primeiro que teve que foi em 2010. Eu já estava quase finalizando o mestrado e era novata como formadora. Eu sei que já havia um trabalho de formação, não era coordenado pela UFMG. Então, nesse novo grupo tinha pessoas que vieram dessa atuação e entraram, se não me engano, quatro pessoas diferentes, que era eu, a Liana³², a Keni³³, a Sheyla³⁴, a Khellen³⁵ e a Renata³⁶, se não me engano. Eu não conhecia o PELC, não sabia de intervenção do PELC e então, fui estudar para participar do processo seletivo do edital. Foi o contato inicial que eu tive. Fui buscar no *site* do Ministério do Esporte, fui entrar em contato com amigos trabalharam e aí, fui ter ciência que alguns amigos já tinham atuado. Então, eu fui buscar esses amigos para saber o que era, que programa que era esse e foi nesse sentindo que eu descobri o PELC.

³¹ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

³² Liana Abrão Romera.

³³ Keni Tatiana Vazzoler Areias.

³⁴ Scheylazat Presciliano Ribeiro.

³⁵ Khellen Cristina Pires Correia Soares

³⁶ Renata Silva Bergo.

L.A. – E uma vez se tornando uma formadora, como é que você se preparou para exercer essa função?

M.T. – Isso aí é algo bem diferente... Não me esqueço que no processo seletivo quem fez a minha entrevista foi a Léo³⁷ que era do Sul, né? E aí, ela me fez uma pergunta, eu ainda muito crua... Falam que eu sou o filhotinho do PELC porque ainda não tinha, em termos de atuação profissional, trabalhado em nenhum outro lugar fora da escola. Eu tinha uma experiência na escola, muito rápida, porque eu pedi exoneração para poder fazer o mestrado. Então, enquanto profissional, eu fui ter experiência foi com o PELC... Foi um grande desafio porque a pergunta que a Léo me fez no processo seletivo foi: “Beleza, então você tem toda essa carga da sua formação acadêmica, agora como é que você vai traduzir isso que você está dizendo para mim lá na ponta para os agentes sociais, que são as pessoas que não tem o perfil acadêmico, muitas vezes lideranças comunitárias?”. Eu me lembro que respondi que esse era o desafio e eu ia precisar correr atrás porque eu acho que não é um desafio só do PELC, mas da própria academia. Descobrir como traduzir esses debates que a gente faz no campo acadêmico para a sociedade que não dialoga, vamos dizer, com essa nossa linguagem. Então, acho que a aproximação da academia com as comunidades, acho que é um desafio do PELC, mas também da própria academia de uma forma geral. Por isso, eu fui nas primeiras formações muito no sentindo da observação. Tive muita sorte que minhas primeiras formações foram formações grandes, então, a gente ia em grupos de formadores. Eu fui ter uma formação sozinha depois de três formações com quatro pessoas e por isso, tenho que agradecer muito aos meus colegas, porque eles tiveram muita sensibilidade. A Carmen³⁸ foi

³⁷ Maria Leonor Brenner Ceia Ramos.

³⁸ Carmen Lilia Cunha Faro.

fundamental na minha vida nesse início porque ela me deu espaço para aprender como que é ser formadora e ela é uma pessoa dez nesse sentido, porque ela te ensina e te dá oportunidade de aprender sempre com muito diálogo. Então, eu aprendi muito com meus colegas e fora isso, buscando outros espaços de formação, tinha também os processos, e como hoje a gente está tendo, os processos de formação dos formadores. Mas os encontros são muito distantes, então, a gente vai correndo atrás, conversando... A gente troca muito material. Na época, eu trocava muito material com os outros formadores, conversava muito por *e-mail* sobre como que poderia ser feito, com o próprio pessoal da UFMG também, porque eu acho que pensar essa formação não é algo específico para o PELC, mas da vida do educador, do professor... A gente tem que correr atrás, pensar a formação para além desses espaços acadêmicos, enfim.

L.A. – E você já desenvolveu formações com o Vida Saudável?

M.T. – Já. Já fiz antes quando era o PELC e ele tinha uma categoria do Vida Saudável. E agora também como eles separados, um como programa PELC e outro, sendo o Programa Vida Saudável. Ainda não fiz nenhum programa para comunidades tradicionais, nunca trabalhei com formação nessa vertente.

L.A. – Você podia me falar um pouco dos desafios específicos que o Vida Saudável te apresentou?

M.T. – Primeiro, acho que um dos grandes desafios pensando na nossa formação é o público que o Programa Vida Saudável especifica. No início, por exemplo, a gente tinha um público que era a partir de quarenta e cinco anos, agora a gente já tem um outro alinhamento que é pensando em pessoas acima de sessenta anos e na nossa formação,

esse é um público carente pensando na Educação Física. Pouquíssimas disciplinas tematizam, se a gente for pensar as atividades, as disciplinas que investem sobre as atividades físicas, sobre os esportes... Para não falar que nenhuma, vamos falar assim, a grande maioria sequer toca nesse público. Para pensar o planejamento de atividades para esse público específico, acaba que a gente tem que buscar também isso por fora. Acho que um desafio é como pensar um Programa de Lazer que se propõe a atender pessoas acima de sessenta anos! Então, a gente já não está falando mais de um processo de envelhecimento porque a gente já está trabalhando com pessoas idosas, se a gente pensar na questão da faixa etária. E, ao mesmo tempo, a gente está trabalhando na busca da garantia de um direito ao lazer e ao esporte e pensa na discussão desse direito a partir das oficinas para esse público específico. Dadas as demandas que o público também traz para a gente, eu acho que esse é um desafio, que isso também só vai ser possível da gente pensar com a formação. No meu caso específico, eu tive um facilitador. A minha iniciação científica foi justamente pensar o lazer para idosos ainda que dentro do público de idosos, de um grupo muito específico são os idosos institucionalizados que trazem outras demandas também, mas isso já me aproximou desse público, então, acho que esse é um desafio também. Um outro desafio do Vida Saudável que eu penso é que a gente avançou muito nas diretrizes desse público e desse Programa ainda que, por vezes, eu fico pensando se de fato a gente tinha que separar. Hoje mesmo eu estava conversando com a Liana: “Por que separar o Vida Saudável do PELC?” Ainda me questiono em relação a isso, se de fato havia essa necessidade. Simpatizo melhor com a outra proposta que pensava o processo de envelhecimento, que se estava com um público a partir de quarenta e cinco anos. Ainda que eu entenda uma certa justifica de trabalhar as especificidades desse grupo, eu não sei se seria necessário um Programa específico para

isto, mas enfim... Nessa lógica, acho que um outro desafio é traduzir o que é o PELC Todas as Idades pensando um PELC ou um Vida Saudável que vá trabalhar especificamente com grupo de idosos e como pensar essas diretrizes que eu estou pensando para esse programa que busca garantir o direito ao esporte e ao lazer para esse público específico. Público esse que ao longo do tempo a gente, de alguma forma, marginalizou e construiu uma sociedade que não pensa no processo de envelhecimento e assim, de repente é uma demanda. Por quê? Porque a gente tem uma expectativa de vida melhor... Com os avanços da medicina outras pessoas conseguem chegar a uma idade mais avançada, mas como a gente não teve políticas públicas para pensar esse processo, de repente, a gente chegou lá com uma demanda e tem que atender. Então, como fazer essa introdução? Acho que esses são alguns desafios que nos colocam. Um outro desafio que eu penso também é lá na ponta, quando a entidade vai pleitear esse programa. Eu estive num determinado lugar no norte do Brasil que uma pessoa falou: “Acho que vou tentar o Vida Saudável que é mais fácil que o PELC.” Mas não se pensou: “Será que eu tenho público?” E de repente, você tem um programa que vai atender acima de sessenta anos e você não tem no município nenhuma ação que pense esse público. “Eu não sabia, achei que era todo mundo”. Então, acho que também tem isso: “Eu preciso ter uma política pública e acho que talvez seja mais fácil pleitear o Vida Saudável do que ao PELC”. E aí, a gente tem que chegar na formação e repensar todo o processo porque é um grupo específico, e os materiais também precisam ser pensados para esse grupo específico e a gente esbarra com isso também, que chega lá e não encontra materiais adequados para trabalhar com esse público. Ainda pensando culturalmente, as pessoas têm uma tendência a infantilizar esse público e pensam materiais dessa forma. Por isso, a gente tem que fazer uma desconstrução desse processo

num todo. Portanto, pensando em desafios, eu aponto esses três assim, tanto em relação de um programa quanto ao outro.

L.A. – Marie, você poderia me falar um pouco de como você desenvolve as suas formações?

M.T. – Então, uma coisa que eu penso que é fundamental e às vezes, inclusive, a gente debatia na formação, é que essa é a maior articulação entre nós, formadores e os orientadores pedagógicos. Por que eu digo isso? Toda vez que eu vou fazer uma formação, eu entro em contato com a entidade, então, foi elaborado um questionário de forma conjunta entre eu, o André³⁹ que é formador e a Khellen para um convênio grande que a gente foi fazer formação e a gente tem utilizado muito esse questionário para pensar coisas como: Como foi? Nos ajuda a trazer elementos? Como foi a implantação? Como está sendo a implantação desse programa aqui no município? Como foi o processo seletivo? De alguma forma a gente já consegue apontar se aquela entidade já teve algum PELC ou algum Programa Vida Saudável. Mas será que esses agentes que vão trabalhar nesse próximo convênio já atuaram? Já tem experiência? Qual é a formação desses agentes? Então, o questionário nos ajuda a trazer esses levantamentos para pensar essa programação e pensar essa formação. Um outro contato que a gente faz também é com o orientador pedagógico, o técnico responsável pelo convênio no Ministério, e nem sempre a gente tem conseguido sucesso nesse contato, porque ele pode trazer mais elementos desse processo para a gente, se tem alguma pendência que a gente pode auxiliar no sentido de não travar o programa, enfim... Portanto, esses são os dois primeiros contatos para ajudar a pensar essa programação da formação. Nem sempre a gente tem êxito, às vezes, a gente não tem êxito no Ministério, às vezes

³⁹ André Henrique Chabaribery Capi.

a gente não tem êxito na prefeitura. Nesse caso, a gente tem que ficar tentando sempre. Posto isso, a entidade me retorna o questionário com aqueles dados e pensando sobre esses dados, às vezes, até entro em contato via telefone para conversar um pouquinho, vou fazer o processo de elaboração da afirmação e eu vou ver quais são os êxitos, se é um Módulo Introdutório, porque nesse questionário, a gente tem trabalhado muito no Módulo Introdutório. Para os outros módulos, a gente tem pensado em trazer um questionário que o relatório da última formação apontou sobre saber se eles, de alguma forma, avançaram ou não naqueles desafios. Então, eu vou e busco os eixos norteadores daquele módulo de formação específico diante desse contexto apresentado pela a entidade. Se eu preciso trabalhar tais eixos porque é um Módulo Introdutório 1, eu vou pensando esse planejamento e assim, sempre tentando fazer esse diagnóstico da realidade e esse diálogo com o contexto que está sendo apresentado, com os espaços que são possíveis e com as ideias que estão sendo apresentadas. Às vezes, a gente consegue fazer um levantamento pelo *site* da prefeitura, por exemplo, de algumas ações, tenta busca aquilo ali, porque a gente tem o projeto também que eles já apontam algumas coisas, que eles submeteram para o Ministério, mas tento também no *site* buscar alguma coisa ou no *Google* algo que fale um pouco daquela cidade para entender um pouco daquela realidade, e aí, faço essa programação. Na formação, eu tenho um espaço para discutir essa programação e até para fazer uma adequação que é um planejamento. Chegando lá, pode ter acontecido alguma coisa e fazer uma adequação também da formação junto com os agentes e anteriormente na reunião, com a coordenação para saber se está tudo certinho e conversar um pouco mais sobre a realidade daquela entidade. Então, eu busco me organizar dessa forma e na formação, pensar em momentos sempre de diálogo com os agentes e com a coordenação, não no sentido de: “Gente, é assim, assim assado...” E eles não estão

ali para escutar o que eu falo e pronto, mas no sentido de um diálogo mesmo, de um debate sempre. Falo isso a eles: “Eu estou aqui como mediadora, como alguém que vai auxiliar, mas eu preciso que vocês tragam os seus anseios”, principalmente no Módulo Introdutório. Pergunto: “O que é esse programa? Como vocês chegaram até aqui?” E nos outros módulos: “O que está acontecendo lá na prática que eu posso auxiliar também, mesmo não sendo os Módulos de Avaliação?”. Eu tento sempre articular espaços de dinâmicas e de atividades mais práticas porque essas pessoas, na maior parte dos lugares que eu faço formação, são de cidades do interior e nem sempre, na maioria dos casos, as pessoas têm um contato com o universo de formação acadêmica, por exemplo. Então, esse negócio de você ficar trinta e duas horas, vinte e quatro horas, que é agora, dentro de uma sala, com *data-show*, oito horas por dia, quatro horas por turno, não é algo atrativo. Eu tento também pensar diferentes dinâmicas para que não fique algo penoso para quem está ali e para mim também, né? Se não, já é uma aula desmotivante do programa e fazendo dessa forma, eu trabalho com as dinâmicas, com esquetes, com debates e consigo envolve-los. Já utilizei filmes, mas agora penso muito para utilizar. Filme que eu falo são os de longa-metragem porque às vezes fica mais cansativo ainda, por isso, priorizo trabalhar com curtas. Uso esses vídeos, igual os vídeos que a gente estava pensando para fazer divulgação do Programa, coisas mais curtas e que levem ao debate e as esquetes que são pequenas cenas de teatro que acho que são bem bacanas, enfim, para tornar aquilo ali algo mais atrativo mesmo. Não sei se eu respondi.

L.A. – Sim. Você poderia falar um pouco das visitas técnicas e das visitas pedagógicas? Que uso que você dá para esses momentos e qual a importância disso?

M.T. – Então, primeiro só para a gente tentar resgatar a questão da visita técnica e da visita pedagógica. Via de regra, o que está colocado para a gente é: a visita técnica é um dos elementos das formações e dentro da programação da formação. O que seria visita técnica então? Por exemplo: o Módulo Introdutório, quando a gente vai conhecer os espaços dos núcleos, a gente faz as visitas técnicas junto com os agentes e coordenadores para pensar aquele espaço. Onde está definido o núcleo? Quais equipamentos que tem nesse espaço? É um espaço público ou não? Quais equipamentos que estão ali? O que tem no entorno que a gente também pode pensar e ressignificar para o Programa? Quais são as lideranças comunitárias naquele espaço? Com todas essas questões, eu sempre trabalho junto aos agentes com roteiro dessa visita técnica para que eles cheguem lá porque muitas vezes é um espaço que eles já vão todo o dia ou é uma praça ou uma quadra e eles já conhecem. Então, qual o sentido de você ir lá visitar um espaço que você já conhece. Por isso, eu sempre falo com eles: “O olhar que a gente vai para esse espaço agora é um olhar de um agente social que vai trabalhar pensando a implantação do Programa”. Então, a gente levanta os pontos no roteiro, trabalha esse roteiro, vai com esse olhar e depois faz o debate pensando as ressignificações a partir daquilo que já está previsto na grade. Às vezes está previsto uma oficina de skate e precisa refletir: “Está adequado aquele espaço ou o espaço não tem uma rampa? Como é que a gente pode ressignificar aquele espaço para que ele possa oferecer essa oficina?” Então, essa é a visita técnica.

L.A. – E, só uma pergunta, esse roteiro foi construído por você ou ele é um roteiro utilizado por todos os formadores?

M.T. – Não. Eu tinha um roteiro inicial que eu construí e quando a gente fez a formação conjunta, a gente construiu um roteiro conjunto.

Acaba que, de posse desses roteiros, eu faço um outro roteiro pensando também a realidade local. Então, ele sempre está mudando, dependendo do espaço que eu vou, tem alguns pontos chaves, mas também tem que considerar aquela realidade. Quando eu encaminho a programação no formulário também tem um espaço para você encaminhar esse roteiro. Eu coloco, mas eu trabalho esse roteiro antes de ir para visitar também, às vezes, colocando e acrescentando a partir do olhar dos participantes da formação. Essa é o que é chamada de visita técnica, o que eles estão chamando, digo, na diretriz do programa, o que eles chamam de visita pedagógica que é uma visita nova, algo mais recente que a visita técnica. Hoje faz parte do Módulo de Avaliação. Ela não entra na programação da formação porque ela acontece um dia antes da formação do Módulo de Avaliação. A gente vai de posse de um relatório que foi construído pelo sistema de monitoramento e avaliação e nós, formadores, vamos nessa visita e respondemos aquele questionário. Então, o que se pede é que a gente vá fazer a visita em dias que estejam funcionando as oficinas porque alguns itens do relatório estão relacionados às oficinas e a gente já articula a quantidade adequada para um dia, pensando a formação, um dia antes de fazer essa visita. E aí, eu tenho feito isso. Trabalho com esses dados que eu coletei nesse dia anterior a formação e na formação também, para ela ser de fato uma visita pedagógica. Se não for feito isso, fica parecendo que a visita técnica é mais pedagógica e a visita pedagógica é uma visita técnica. Se você pegar um relatório de cinco páginas, se não me engano, é assim: “O espaço do núcleo é adequado? Quais equipamentos têm no espaço do núcleo? Tem bebedouro? Tem quadra? Tem piscina?”. E você vai indicando aquilo ali. Então, é um instrumento muito técnico e para não se perder o lado pedagógico, acho que é bacana trabalhar esses dados no processo de formação. Então, eu também fico um pouco inquieta com esses termos porque às vezes eu penso que a visita técnica, por a gente trabalhar na

formação, ela é muito mais pedagógica do que essa que a gente tem que responder esse relatório. Inclusive, a visita técnica a gente pode fazer no Módulo Introdutório 1, mas também a gente pode fazer quando as atividades estão acontecendo nos outros módulos para a frente como, por exemplo, no Módulo Introdutório 2. Então é isso, qual é o problema que eu vejo da visita pedagógica? É o próprio relatório porque ali tem dados que nem sempre a entidade vai ter disponível naquele dia que você foi fazer a visita. Por exemplo, itens que tem no relatório: “Quantas mulheres participam do Programa? Quantos homens? Quantas crianças? Pensando em todas as idades no PELC urbano, quantas crianças? Quantos idosos? Quantos jovens?”. Só que ainda tem uma lacuna nesse processo de orientação que é o de implantação do Ministério junto as entidades. A ficha de inscrição, por exemplo, deveria conter esses dados, porque ela pergunta a cor: “Preto? Branco? Amarelo?”, mas não pergunta quantas pessoas estão envolvidas, como é que a gente vai levantar esse dado na visita pedagógica? Então, acho que esse instrumento precisa ser melhor trabalhado com as entidades para que, de fato, a gente consiga avaliar esses dados depois. Se não, fica só para constar, né? Enfim, ou nem para constar, porque eles não vão ter os dados. Vai ficar lá, “entidade não tem esse dado”.

L.A. – E teria alguma situação que você vivenciou durante as formações que te marcou, que foi uma situação interessante, seja pela questão positiva ou negativa?

M.T. – Em que sentido? Porque tem várias situações que nos marca. Eu já fui roubada [risos], fiquei sem mala.

L.A. – Dentro do núcleo?

M.T. – Eu fui roubada a caminho da formação. Roubaram a minha mala dentro do carro da prefeitura. Eu fiquei sem roupa para usar a formação inteira, sem documento, sem dinheiro e então, assim, isso me marcou muito. Mas eu acho que não seja nesse sentido, né? Mas, faz parte. Sobre as coisas que marcam, acho que é importante constar é sobre esse processo que a gente faz às vezes para ir para um determinado lugar, porque acho que essa política é a ideia de chegar em lugares onde não se tem muitas ações. Acho que a ideia é essa, né? Então, vamos chegar lá onde que há uma vulnerabilidade de políticas públicas de esporte e lazer e o PELC e o Vida Saudável são as sementinhas para que outras ações sejam desencadeadas. Por isso, não chegar lá é sinal que, se a política de esporte e lazer também não está chegando, outras coisas também não estão chegando. Então, a gente fica por vezes também descoberto. Como a gente chega em determinados municípios, por exemplo, tem deslocamentos que não são de avião e se a gente pensar no alcance mesmo da política, é isso. A gente vai lá no cantão de Minas Gerais, no interiorzão do interiorzão e eu vou de ônibus, não sei quantas horas ou eu chego num lugar que não tem um ônibus, transporte intermunicipal e o carro da prefeitura tem que me buscar. Às vezes, não tem um carro disponível para me buscar e eu fico lá até chegar esse carro. Quando o carro chega, eu vou andar com uma pessoa que eu não conheço, que às vezes o carro não tem segurança... Essas coisas marcam a gente também. Se a gente estiver pensando, e não é porque a gente é chata, mas no sentido da política pública mesmo. Porque se não está chegando uma, não está chegando as outras também. Não tem segurança, não tem saúde e na própria construção do Programa, nós também não temos uma segurança enquanto trabalhadores porque nós somos bolsistas, todos nós. Então, a gente também tem essa insegurança jurídica, porque afinal de contas, todos nós temos famílias. Enfim, mas ao

mesmo tempo, a gente fica numa grande contradição porque a gente acha importante chegar nesses lugares.

L. R⁴⁰– E é questão de segurança física, desculpa, porque teve campos que eles iam soltando rojão conforme a gente ia entrando no lugar.

M.T. – Exatamente, boa lembrança. Que faz parte, e acho que isso aí marca também. Se a gente está pensando em levar essa política pública para lugares de vulnerabilidade social, é também pensar que nós vamos estar em alguns espaços que talvez as pessoas não queriam que nós estivéssemos ali ou que o diálogo tem que ser muito grande para que as pessoas possam entender que é importante a gente estar ali, no sentido de levar algo diferente na perspectiva do direito para aquelas comunidades. Então, esse caso específico que a Liana está apontando é que a gente foi numa cidade, num determinado lugar que... Vou utilizar o termo “uma região periférica” porque a gente estava até fazendo uma discussão lá no doutorado que às vezes as pessoas falam: “Uma comunidade da periferia, na comunidade.” E aí um dos alunos falou assim: “É favela mesmo, a gente mora na favela e a gente gosta que chame de favela porque a gente não quer atenuar a nossa situação não. É favela mesmo, a gente já se identificou com esse termo”. Então, tem muito disso, do próprio movimento social. E aí que tinha um tráfico de drogas muito grande, era uma boca, mas aquela pessoa que estava ali, a liderança comunitária daquele espaço era o traficante de drogas e a gente precisava fazer a visita técnica naquele espaço para pensar a implantação das oficinas. Portanto, foi feito todo um diálogo com essa liderança comunitária. Vai ter gente que vai odiar eu falar que é uma liderança comunitária, mas essa pessoa era representativa daquele espaço e autorizou a nossa ida aquele espaço. Para que identificasse e avisasse as pessoas que nós estávamos

⁴⁰ Manifestação da formadora Liana Romera que está assistindo a entrevista.

chegando, soltaram os rojões. Olha como que é uma questão de deslocar o olhar: no nosso grupo de formadores, a gente tinha uma formadora que desconhecia esse tipo de identificação. Então, quando ela ouviu os rojões sendo soltados, ela falou: “Gente, que legal! Eles estão comemorando que a gente está chegando aqui!” E a gente: “Não, pensa bem, estão avisando que a gente está chegando”. Não tem nada de festa, né? Porque isso é um símbolo, uma linguagem deles. Então, é aquilo que você também muitas vezes tem que sair do seu lugar para pensar o lugar do outro, sem sair do seu lugar julgando o lugar do outro e isso é uma insegurança muito grande para a gente. Imagina se acontece qualquer coisa lá, se alguém não gostasse que a gente estivesse lá ou se tivesse algum desentendimento e a gente estava ali, com a cara e a coragem e a vontade de transformar o mundo [riso]. Então, é isso. Tem essas questões que nos marcam e acho que elas são importantes também ao mesmo tempo que a gente fica inseguro, a gente pensa como é importante essa política estar nesses espaços. Na verdade, elas deviam estar é aqui mesmo e a gente tem que pensar outras formas de ficarmos mais seguros. Mas não tirar desses espaços, e sim, levar para eles outros espaços como esses, porque é ali que precisa ter essa política. Não que os outros não precisem, mas ali está mais vulnerável que os outros. Agora quanto a outro tipo de marcar as formações, eu penso que é um deles, pensando na questão até de transformação daquela comunidade e de perceber uma continuidade da ação, ainda que em outro formato, mas é aquele formato que aquela realidade naquele município dá conta de fazer. Então, após o término de um convênio, fazendo um Módulo de Avaliação e já tendo certeza que a ação vai continuar independente do Ministério, porque aquele grupo se organizou para que ela continuasse. Às vezes, o que eu acho que é mais marcante é que eles se organizam para reivindicar pela continuidade via poder público. Isso eu já vivenciei. Ou quando acabou a formação e depois ex agentes entraram em contato e falaram

assim: “Marie, me ajuda a escrever um projeto porque a gente vai submeter na prefeitura”. Então, a gente ajuda e, de certa forma, a gente é um legado que o Programa deixa nos processos de formação e que o formador também vira uma referência para aquelas pessoas. E eu acho que servir, ser servidor público, é isso! E é muito gratificante. Agora, a gente vê coisas que precisamos trabalhar. Em determinadas regiões, o preconceito é muito grande, por exemplo. Eu como formadora já sofri preconceito por ser negra, das pessoas não me identificarem como formadora. Tipo: um formador poderia ser mulher e quiçá ser negra? Eu vivi isso no Sul, por exemplo, em Florianópolis. E de uma forma negativa em outros espaços em Minas Gerais. E no Sul foi, de uma forma, assim: “Agora chegou alguém que pode entender o que a gente está passando”. Ao mesmo tempo, em um grupo que eu já estava preparada para fazer a formação esperando as pessoas chegarem, ficava toda hora um entrava e saia da sala e eu disse: “Gente, o que é isso? Já estamos atrasados”. Eu fui para o coordenador e falei assim: “Meu Deus, por que o povo não fica?” Aí, eu o vi: “Gente, a formadora está esperando”. E alguns: “Não, mas ela que é a formadora?” Deu um tempo sem eu entender, foi a primeira formação que eu fiz sozinha, passei por um momento nervoso e na hora do intervalo, vieram os agentes me procurar e falaram assim: “Você me desculpa, você desculpa a gente, porque a gente está tão acostumado com aquelas” – usaram este termo, “branqueiras do Ministério do esporte de salto e cordão de bolota que agora a gente vê que você vai entender, que chegou uma pessoa que vai entender o que a gente passa aqui”. Então, essa questão da identidade também é algo que leva a gente a trabalhar isso nas formações, de como é importante ter essa sensibilidade de ver isso como um ponto a ser trabalhado e isso culminou que na programação. Como eu tinha estudado a questão do grupo antes da história, eu tinha feito a proposta de

utilizar o filme Olhos Azuis⁴¹ e antes do momento do filme tem essa situação... Então, foi possível fazer o gancho e fazer a discussão nesse sentido. Para mim, foi muito marcante e essa questão de ser referência para outras pessoas no sentido de transformar, de buscar também... As pessoas buscarem conhecimento, correrem atrás, se organizarem e ter você como uma referência, eu acho que isso também marca e bem bacana.

L.A. – Você já atuou em tantos convênios, em cidades maiores quanto em cidades menores... Em que medida isso diferencia a sua atuação?

M.T. – Bom, primeiro são coisas diferentes: pensar um convênio pequeno numa cidade pequena, um convênio pequeno numa cidade grande é uma outra coisa; pensar convênios grandes em cidades grandes e convênios grandes que envolvem um monte de cidades pequeninhas, é outra. Eu tive experiência em todas essas situações e acho que o impacto do Programa, generalizando sem querer generalizar, é muito significativo quando você tem um convênio pequeno, seja ele numa cidade pequena, seja ele numa cidade grande, do que um convênio muito grande seja ele numa cidade grande, seja ele envolvendo várias cidades pequenas, pela dificuldade da gestão. Agora, é importante pensar também a relação do Programa nesses municípios menores. Vou te dar o exemplo da própria questão de bolsas: Eu já fiz formação em cidade que a situação era tão precária que a bolsa do PELC que a gente tanto diz que está defasada, era um dos maiores salários daquele município e as pessoas queriam demais trabalhar no PELC. O PELC era algo que era dava *status* naquele município. Agora eu já trabalhei com um convênio que tinha um tamanho bacana pensando no tamanho da cidade que foi em São Bernardo do Campo, em São Paulo, que tem uma organização de

⁴¹ Filme de 1996 dirigido por Jane Elliot.

esportes maravilhosa, um setor muito organizado, muito estruturado e que eles não estavam conseguindo implantar o Programa porque eles não conseguiam o processo seletivo com contratação de coordenador porque o valor estava muito defasado para a realidade daquele município específico. Então, tem essas questões também ao mesmo tempo que vão ter outras questões. Por exemplo: talvez numa cidade maior, a própria gestão do Programa consiga maior facilidade nos processos seletivos de contratação dos agentes pensando em perfis diferenciados, porque às vezes você pega cidade que tem universidades, que tem faculdades... Não estou dizendo no sentido de melhor ou pior, mas nessa maleabilidade ajuda, ao passo que você pega convênios de interior que você tem dificuldade, por exemplo, de encontrar pessoas com formação. E eu nem digo acadêmica, formação para pensar essa diversidade de possibilidades que eles apresentam na grade horária porque a gente consegue construir com eles na grade horária. Então, tem essa dificuldade e se a gente pudesse estar mais presente durante o processo de formação facilitaria muito o processo e até a capacidade de gestar o Programa. Então, se você tem um coordenador geral com uma visão mais da administração pública, você tem essas dificuldades. Mas acho que o impacto também requer a quem vai pleitear o Programa pensar: “Para que eu estou pleiteando?” Independentemente desses espaços: “O que eu quero com esse Programa?” E pensar, a partir desses objetivos e dos objetivos do Programa, quais espaços são necessários que essa política chegue primeiro. Acho que isso é uma dificuldade independente de tamanho. Muitas vezes o que a gente percebe, principalmente nos grandes convênios, é que o Programa é uma estratégia política daquele governo, uma forma de divulgação daquele governo e a dificuldade nossa ou, nem é dificuldade mas o desafio, é não deixar que o Programa seja descaracterizado e colocar a sementinha naquelas pessoas que estão se envolvendo com o Programa; mostrar que o

Programa tem um objetivo e que não é a questão da visibilidade política que acaba ajudando se ele for bem feito naquilo que ele se propõe. A gente teve uma experiência de um lugar que o convênio era via emenda parlamentar e que as pessoas que estavam no convênio eram indicações políticas. Nosso desafio foi fazer com que aquelas pessoas se sensibilizassem com o Programa: “Temos que dar o nosso melhor não porque a gente só está aqui porque o deputado fulano de tal colocou a gente, mas porque a gente tem que fazer o melhor.” entendeu? E a gente ouvia discursos como esses.

L.A. – Marie, agora vou para a parte da avaliação. Em alguma medida você já falou, mas em que medida você acha que as formações elas impactam as atividades dos núcleos?

M.T. – Eu acho que a formação é o grande diferencial do PELC, de pensar a proposta pedagógica desse programa e o seu grande legado. Porque querendo ou não, o convênio tem início, meio e fim, mas o conhecimento fica. Na própria experiência com o Programa e desses processos formativos que eles podem depois serem multiplicadores e ainda incentivarem a continuidade da política naquele espaço que eles atuam. Então, eu acho que ela é hiper importante e a formação impacta diretamente no processo de organização dos planejamentos, na condução e implementação dos núcleos e das oficinas, no repensar aquele projeto que eles encaminham, porque muitas vezes não são eles que... Não é quem está lá implantando que é quem escreveu o projeto.. E o Programa faz com que isso dialogue com a realidade, com o que eles têm naquele seu contexto. Então, acho que é fundamental e de impacto certo. Não tem nem o que questionar.

L.A. – E o que você acha que pode ser feito para qualificar ainda mais o Programa?

M.T. – É importantíssimo, e a gente tem frisado isso em vários outros espaços, que nós busquemos trabalhar mais enquanto equipe. O que eu quero dizer disso? Hoje, a gente tem vários atores no PELC e a gente precisa articular melhor a atuação desses atores. Então, a gente tem a equipe do Centro de Memória⁴², a gente tem o EaD⁴³, a gente tem a equipe do Ministério e os formadores mas falta diálogo. E eu não estou dizendo diálogo de cada um trabalhar na sua e não estar disposto, mas de oportunizar que esse diálogo aconteça de forma mais efetiva e não por iniciativa de um formador ou de um tutor que vá lá buscar que isso seja algo mais institucionalizado, porque acho que a gente vai conseguir sanar muitos problemas. Muitas dificuldades que a gente tem talvez sejam por causa desse trânsito das informações e dos instrumentos não ocorrerem de uma forma mais facilitada, mais institucionalizada.

L.A. – Marie, tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar ou destacar em relação ao PELC ou sua atuação nele?

M.T. – Eu quero falar mais de qualificar... Me assustou muito pensar essa publicação da nova portaria que é sobre a questão do tempo de execução do Programa, porque a gente está pensando numa continuidade do Programa. A gente vinha de doze meses, passava dezoito meses... E o grande avanço foi a gente chegar nos vinte e quatro meses e ainda entender que a gente precisa de outras ações em paralelo ou até um maior tempo de execução para que o convênio dê conta de pensar essa continuidade ou de renovações mais rápidas, algo em torno disso, por quê? Quando eles conseguem alinhar, quando a coisa está acontecendo, acabou! E a gente vê que dada à burocracia,

⁴² Centro de Memórias do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

⁴³ Equipe que conduz as atividades de Ensino à Distância.

que tem que ter mesmo em alguma parte, porque a gente está lidando com recurso público, ela impede que o Programa às vezes chegue nesses lugares que mais precisam e aquele convênio não consegue efetivar ou ele demora a implementar as ações, então, ele vai ter vinte meses de execução de atividades e deveria ter vinte e quatro meses de convênio. Só que ele acaba tendo mais do que isso porque faz um aditivo para que ele dê conta e com essa portaria nova, o tempo de vigência do convênio tem que ser vinte e quatro meses e não poderá ser prorrogado. Isso é um problema enorme porque a gente já consegue apontar que isso não acontece porque já há uma dificuldade na implantação, e agora? Então, sabendo disso hoje, não tem nem como sugerir muito, mas era rever essa portaria, porque vai é prejudicar... Ainda mais se tiver que devolver recurso e que é o que está preconizado, uma vez que você não consegue responder o que você pactuou você vai ter que devolver recurso... Porque o PELC e o Vida Saudável são programas complexos e pensar nesse processo de formação, pensar em todos os processos de implantação, nem toda a prefeitura da conta porque a gente sabe que principalmente prefeitura de interior tem poucas pessoas trabalhando nessas áreas. Então, se a gente não conseguir rever isso ou criar estratégias para facilitar esses processos, ainda mais agora com esses vinte e quatro meses, a gente vai prejudicar o andamento das ações do Programa, assim diretamente. Talvez seja preciso pensar em como levar o Programa também, porque a gente já conseguiu pensar uns processos de chamamento público para trazer essas regiões que não tem muitos programas, mas acho que agora a gente precisa pensar em como auxiliar na implementação, porque eles às vezes conseguem passar no chamamento público, mas não conseguem implementar.

L.A. – Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

M.T. – Não, agora não.

L.A. – Marie queria te agradecer! Muito obrigada pelo seu tempo, pela sua atenção, pelas coisas que você compartilhou com a gente.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo [Tatu]

Entrevistado: Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

Entrevistadora: Christiane Garcia Macedo

Data da entrevista: 17 de março de 2016

C.M. – Pedro, primeiro muito obrigada pelo seu tempo e eu queria que você começasse falando um pouquinho sobre como-foi a sua formação.

P.F. – Primeiro é um prazer estar fazendo parte dessa pesquisa porque acho que é fundamental que se garanta a memória do PELC⁴⁴, para que se conclua esse registro e se consolide uma memória que não se perca essa riqueza desses anos todos que o Programa vem se estabelecendo. Sobre minha formação: eu entrei na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília em 1997 e me formei em fevereiro de 2003. Nesse período, o grande diferencial na minha formação aqui dentro, foi o Movimento Estudantil. Fui presidente do Centro Acadêmico em 1999 e, depois em 2000, parte da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, quando pude ampliar um pouco a minha percepção da Sociedade e da Educação Física. Aqui dentro, a gente formou um coletivo muito forte, a partir do Movimento Estudantil. E um dos professores, dos poucos professores com os quais a gente se identificou e trabalhou, foi o professor Juarez Sampaio⁴⁵. Em agosto de 2003, eu fui para Recife, morar e trabalhar, porque lá estava acontecendo uma experiência chamada Círculos

⁴⁴ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

⁴⁵ Juarez Oliveira Sampaio.

Populares de Esporte e Lazer (CPEL) da Prefeitura do Recife. Essa experiência, que eu conheci enquanto estudante me encantou. E vários colegas estavam trabalhando nessa política pública e eu fui para lá. Lá, a minha primeira inserção no mundo do trabalho se deu nessa inserção da política do esporte e lazer. Por seis meses eu fui professor no “Espaço Vivo”, espaço na sede do Governo municipal pertencente a creche dos servidores da Prefeitura, de zero a seis anos. Neste mesmo espaço, desenvolvia práticas corporais, de lazer, com trabalhadoras e trabalhadores (terceirizados, comissionados e efetivos) que atuavam na sede na Prefeitura. Depois de seis meses, fui chamado para coordenar um núcleo de esporte e lazer no bairro do Jordão⁴⁶. Esse programa foi um dos que deu à base à construção, de âmbito nacional, do Programa de Esporte e Lazer na Cidade, uma experiência municipal bem-sucedida. E então eu fiquei um tempo como coordenador do Bairro Jordão e depois eu fui chamado para fazer parte da Diretoria de Lazer como supervisor de três Regiões Políticas Administrativas que continham seis núcleos de esporte e lazer. Posteriormente, houve um reordenamento da estrutura organizativa da Diretoria, que foi a junção dos cargos de supervisores com os de coordenadores. Diante disso, passei a coordenar dois núcleos que era o do Bairro de Areias e o do Bairro do Barro, fiquei mais uns seis meses nisso. Depois fui coordenar, na Rua da Aurora, como coordenador, um núcleo de esporte e lazer com atendimento à meninas e meninos em situação de rua, em parceria com educadores sociais de rua e da Secretaria Municipal de Assistência Social. Então foram dois anos ao total, onde eu mergulhei intensamente nesse trabalho. Pude conhecer, desde a parte teórica, metodológica, mas também do contato com a população e com a realidade das comunidades de Recife em sua totalidade e suas contradições: pobreza materiais e riquezas culturais. Então fui professor, fui

⁴⁶ Bairro da cidade de Recife.

educador social, fui coordenador, fui gestor... Nesse período eu nunca deixei de ter contato com as pessoas de Brasília no qual eu tinha formado um coletivo que veio desde a época de estudante. Com oito meses de trabalho lá em Recife, chamei o Leandro Casarin⁴⁷, o Gugu, para ir para Recife também, trabalhar no CPEL. Ficou um ano lá e voltou um pouco antes de mim. Eu fui em agosto de 2003 e voltei em setembro de 2005. Quando eu voltei, o Juarez Sampaio tinha reunido esse grupo que era basicamente de ex-estudantes, recém-egressos que tiveram uma militância estudantil e acadêmica muito forte, para realizar um grande encontro de formação com trezentas coordenadores e agentes sociais de esporte e lazer do Consórcio Brasília⁴⁸ já pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), um encontro que ocorreu no Hotel Nacional em Brasília, Se eu não me engano foi em abril desse ano (2005) e eu cheguei em setembro. Quando eu cheguei, já fui incorporado a esse grupo⁴⁹ pela minha experiência de Recife. O Leandro também. E a gente começou a discutir essa formação em coletivo. No primeiro momento nós estávamos em doze pessoas. Lá para novembro foi minha primeira experiência de formação. Naquela época a formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade era demandada a partir da universidade, de algumas pessoas (professores ou grupos de pesquisa de referência) e essas pessoas tinham liberdade de formar os seus coletivos, seus grupos. Em alguns lugares a relação era individualizada, mas aqui em Brasília/UnB, a gente optou fazer essa questão do coletivo. O pagamento era feito pela entidade conveniada, por hora, para uma pessoa. Então, durante pelo menos dois anos, de 2005 a 2007 (nosso grupo passou de doze para oito), a gente ia para formação em oito, dividia o pagamento de RPA⁵⁰ para

⁴⁷ Leandro Casarin Dalmas.

⁴⁸ O consórcio Brasília reuniu um conjunto de ONGs que desenvolveram o projeto piloto no Distrito Federal, do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

⁴⁹ Que denominamos inicialmente de Coletivo de Formação ou Coletivo de Articuladores de Formação de Brasília.

⁵⁰ Recibo de Pagamento Autônomo.

oito. Então, às vezes, cada um ficava ali com menos de 400 reais, por 32 horas de formação. Mas foi um processo muito rico de construção metodológica e fortalecimento da nossa concepção de lazer, de didática. A nossa metodologia foi muito embasada na perspectiva de Saviani⁵¹ e Vygotsky⁵². O Juarez já tinha uma determinada experiência nessa perspectiva na escola, da aprendizagem, que tivemos contato já na nossa formação inicial (FEF-UnB). Na época de estudante a gente discutia muito essa questão no âmbito da educação escolarizada, mas com outras experiências que a gente tinha, a gente começou a adaptar isso para o âmbito do lazer (como a que tivemos em Recife). Bem, esses foram os primeiros dois anos, que foi até 2007. Ao final de 2007 teve um primeiro edital, para um processo seletivo... Aí que foi a mudança do Secretário Nacional (Lino Castellani Filho). Tivemos aí diversos problemas políticos porque eles tinham dentro de um Ministério uma disputa política que culminou na saída do Lino⁵³. Essa disputa política reverberou no grupo de Brasília, porque se tinha uma referência muito grande ao Roberto Lião Junior. Roberto era assessor do Lino e tem uma história de luta e de construção política com o Juarez⁵⁴ e conseqüentemente com o Coletivo de Brasília... Quando eu vim de Recife, eu já vim com outras referências também e me juntei ao grupo de Brasília. Então eu tinha determinada referência ao Roberto Lião e uma determinada referência ao grupo de Recife, na qual tinha o Marcelo Russo⁵⁵ como representante no Ministério do Esporte. E isso causou e aqui, num conflito interno do Ministério, eles estavam em lados opostos. [silêncio] E a gente queria desenvolver um projeto, a proposta de formação... A gente não tinha um vínculo partidário e um

⁵¹ Dermeval Saviani.

⁵² Lev Vygotsky

⁵³ Lino Castellani Filho.

⁵⁴ Os dois foram gestores no Governo Cristovam Buarque, a época no PT. Foram gestores no Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER (órgão que desenvolvia a política distrital de Esporte) e do CIEF (a frente da política de Educação Física e Esporte Escolar)

⁵⁵ Marcelo Pereira de Almeida Ferreira.

vínculo estabelecido diretamente político. A gente tinha as referências de pessoas que estavam lá, mas a gente tinha autonomia no nosso trabalho. Sempre foi assim. Só que mesmo assim por dentro do Ministério do Esporte, nós sofremos algumas pressões, questionamentos e que influenciaram diretamente no trabalho. Muito por causa dessas disputas políticas por alto. Em 2007 houve a primeira seleção do edital do PELC. Foi quando desse grupo de oito, três pessoas ficaram de fora. O Hebert⁵⁶ por opção, acho que o Dori⁵⁷ por opção também e o Julinho⁵⁸ por...[silêncio] Ele foi a pessoa, o Júlio foi a pessoa que fez toda a organização para que a gente se inscrevesse no processo seletivo. Foi o primeiro a se inscrever, mas ele foi desqualificado. A justificativa dada pelo ME, foi que a inscrição dele não foi realizada de forma correta. A gente não tem como afirmar se foi uma retaliação política, mas esse foi o sentimento que a gente teve na época. Mas continuamos, se eu não me engano, eu, o Juarez, acho que o Arthur⁵⁹ ou José Montanha⁶⁰.. Nessa época o Leandro Gugu estava no Ministério do Esporte, foi chamado pela Rejane⁶¹ para trabalhar lá. E o Daniel⁶². Ali foi o momento no qual tentou-se unificar o grupo nacional de formadores. Uma proposta de formação que não destoasse tanto de região para região. Foram selecionados na época eu lembro que eram oitenta e oito pessoas. Posteriormente entraram pessoas sem terem passado pela seleção, por laços políticos. Umas duas pessoas. Este processo foi um pouco tumultuado porque a decisão por fazer a formação era da entidade conveniente. Então as pessoas entravam em contato com o formador que faziam a formação numa relação direta, tendo o Ministério do Esporte somente como supervisor da formação,

⁵⁶ Heberth da Silva Mustafa.

⁵⁷ Dori Alves Júnior

⁵⁸ Júlio César Cabral da Costa

⁵⁹ Arthur José Medeiros de Almeida

⁶⁰ José Manoel Montanha Soares

⁶¹ Rejane Penna Rodrigues

⁶² Daniel Cantanhede Behmoiras

na aprovação da proposta de formação e dos relatórios. Como a gente teve e tem um vínculo político muito forte no Distrito Federal, nosso coletivo foi chamado desde as primeiras formações, para realizar as formações com as entidades ligadas ao Distrito Federal e Entorno⁶³... Foi de certa maneira natural que as referências das entidades convenientes se dessem pelo vínculo da UnB⁶⁴. Então nós fomos muito chamados nessa época. *Muito*. A ponto, eu creio, de criar ciúmes também de outros formadores que não fizeram formação nenhuma ou pouco fizeram. Porque não existia... Não existia diretamente uma organização da gestão, isso ficou muito solto. A gente percebeu isso e não achava isso saudável, mas nós éramos oito e a gente dividia as formações entre a gente. Às vezes, aí (nesse novo momento) a gente já ia em três, em dois, em quatro. A gente tentava fazer uma formação um pouco mais ampliada. As retaliações ainda continuaram acontecendo, por exemplo, tal pessoa me ligava e falava: “Tatu, gostaria que você fizesse a formação para a nossa entidade, mas o fulano de tal do Ministério me ligou e oferecendo outro formador para poder atuar”. Então esses conflitos aconteceram... O que eu estou falando aqui é o que eu passei, inclusive, isso gerou diversos conflitos internos nossos. Nesse período eu passei no mestrado, em 2007. Já no meio de 2007 um pouquinho antes do edital, eu passei no mestrado com a professora Dulce⁶⁵ para discutir meu objeto de pesquisa que era a própria formação no Programa de Esporte e Lazer da Cidade. E desde 2006, a Rede Cedes⁶⁶ que a Dulce coordenava tinha essa dupla vinculação: nós tínhamos o braço da formação, mas tinha um braço da pesquisa. O Juarez coordenava o braço da formação e a Dulce coordenava com o braço da pesquisa. E eu me inseri nesse processo e resolvi investigar o PELC. Foi muito rico! A Dulce tinha conseguido um

⁶³ Entorno é o termo popular da RIDE, que compõe os municípios do Estado de Goiás que ficam ao “entorno” do Distrito Federal;

⁶⁴ Universidade de Brasília.

⁶⁵ Dulce Maria Figueira de Almeida.

⁶⁶ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.

grande financiamento com uma pesquisa sobre o PELC. Essa pesquisa resultou em três livros. Eu ajudei a organizar um desses livros⁶⁷ com ela e ter capítulos nesse⁶⁸ e nos outros dois⁶⁹... O coletivo de formação publicou e registrou as suas experiências também nos CONBRACEs⁷⁰ onde apresentamos trabalhos⁷¹; como também em outros espaços⁷² e a

⁶⁷ ALMEIDA, Dulce Filgueira; NERI, Ana Amélia; FIGUEIREDO, Pedro Osmar; ATHAYDE, Pedro Fernando (orgs.). Política, lazer e formação. Brasília: Thesaurus, 2010.

⁶⁸ FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; Dulce Maria Filgueira de ALMEIDA. Educação e formação dos trabalhadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade” in ALMEIDA, Dulce Filgueira; NERI, Ana Amélia; FIGUEIREDO, Pedro Osmar; ATHAYDE, Pedro Fernando (orgs.). Política, lazer e formação. Brasília: Thesaurus, 2010.

⁶⁹ SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; DALMAS, Leandro Casarin; ALVES Júnior, Dori; BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; MUSTAFA, Heberth da Silva; DA COSTA, Julio César Cabral. Formação de agentes sociais: os núcleos de esporte e lazer do Distrito Federal e Entorno in SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida; AZEVEDO, Aldo Antônio de Azevedo. Política e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007a.;

HÚNGARO, Edson Marcelo; LIÃO JÚNIOR, Roberto; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; SAMPAIO, Juarez de Oliveira. O Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e a sociedade civil organizada in . ALMEIDA, Dulce; FERES NETO, Alfredo (Orgs). Esporte e Lazer: a cidadania em construção. Brasília: Thesaurus, 2012.

⁷⁰ Congresso Brasileiro de Ciências de esporte, organizado pelo CBCE

⁷¹ SAMPAIO, Juarez de Oliveira; LIÃO JR, Roberto. O Consórcio Brasília e a formação de agentes sociais no Distrito Federal e entorno in CASTELLANI FILHO, Lino. Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; ALVES JÚNIOR, Dori. Reflexões e Diálogos sobre Corpo, Gênero e Violência no Processo de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Recife: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007.

LIÃO JÚNIOR, Roberto; SAMPAIO, Juarez de Oliveira. Consórcio Brasília: Espaço de Construção e Intervenção de uma Política Pública de Esporte e Lazer no Distrito Federal e Região do Entorno. Recife: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007.

SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; DALMAS, Leandro Casarin; ALVES Júnior, Dori; BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; MUSTAFA, Heberth da Silva; DA COSTA, Julio César Cabral. “Formação de agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade do DF e Entorno: um trabalho coletivo. Recife: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007b.

gente tem esse processo todo registrado. Então, o meu vínculo com a universidade, ela se deu muito próxima... Eu me considerava muito mais trabalhador estudante do que um estudante trabalhador. Sabe, eu era uma pessoa que trabalhava e que buscou a universidade para poder refletir teoricamente. Nesse mesmo período de 2006 para 2007 eu passei, fui convocado no concurso público para ser professor da Secretaria da Educação, então, atuava como professor da rede pública e nos estudos da pesquisa e formação pelo PELC. Bem, em 2009 eu terminei o mestrado. O PELC sempre teve uma política de formação que obrigava e que incentivava que os formadores tivessem algum vínculo com a universidade no processo de formação, então, assim que eu acabei o mestrado eu entrei numa especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania na Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Direito (área de Direitos Humanos) Fui fazendo isso, eu

LIÃO JR, Roberto, BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. Controle Social na Perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade, Salvador: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2009.

LIÃO JR, Roberto, BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF: A luta pela hegemonia e a perspectiva da socialização da Política. Porto Alegre: Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2011.

LIÃO JÚNIOR, Roberto. Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: a experiência do Consórcio Brasília. Tese de Doutorado: Campinas, SP, 2013. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2011.

⁷² SAMPAIO, Juarez de Oliveira; LIÃO JR, Roberto. O Consórcio Brasília e a formação de agentes sociais no Distrito Federal e entorno in CASTELLANI FILHO, Lino. Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino; LIÃO JÚNIOR, Roberto, FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha, SAMPAIO, Juarez Oliveira. A Formação dos Agentes Sociais na Gênese do Projeto Social Esporte e Lazer da Cidade: indução como responsabilidade do Estado PINTOS, Ana Elenara da Silva (Org.); ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). Formação de Agentes Sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida saudável (VS): Trajetória, Memória e Experiências. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2016. v. 1

sempre estive vinculado, continuei fazendo disciplinas como aluno especial para o Doutorado. Assim que eu acabei essa primeira especialização (2012), o Sindicato dos Professores (SINPRO_DF) junto com a Universidade Federal de Tocantins abriu uma especialização em Gestão Escolar e Temas Contemporâneos, que eu já entrei. Então eu fiz duas especializações, nesse período entre mestrado e doutorado. Em 2010 ocorreu um novo edital (processo seletivo) onde a UFMG⁷³ começa a coordenar esse processo de formação e nesse momento, o Juarez e o Daniel optam por se retirar por estarem em outros projetos. Eu e o Arthur continuamos. Então, foi mais ou menos o resquício do trabalho desse coletivo que acabou se resumindo a nós dois, mas de certa forma, nós ainda debatíamos, ainda nos sentíamos representantes desse coletivo e como um braço desse coletivo que se expandiu também e começou a atuar em outros espaços. Em 2010, eu considero que houve um grande avanço. Foi a organização das formações a partir de uma organização equilibrada de não favorecimento dos formadores nem por parte das entidades convenientes no qual em alguns momentos se tinha isso, nem por parte de gestão do Ministério do Esporte que muitas vezes enviesava essa formação. E de lá para cá continuei... Teve algumas renovações. O Arthur pediu o afastamento dele tem uns dois anos, então, hoje eu sou o único membro remanescente desse Coletivo da Formação. Represento esse Coletivo porque faz parte da minha formação, mas ao mesmo tempo eu considero que houve um avanço no sentido da organização da formação, no sentido de se garantir que os editais acontecessem; hoje há um grupo bem reduzido de formadores - são cerca de vinte - mas existe uma coesão pedagógica apesar de ter diferentes matrizes filosóficas e políticas ali hoje representados e que o eixo de fundamentação teórica tenha se deslocado. A concepção de lazer, o entendimento da proposta hoje ele tem como hegemonia o que

⁷³ Universidade Federal de Minas Gerais.

se apresenta na UFMG. Um pouco diferente da minha fundamentação teórica (materialismo histórico dialético), mas que não vejo como antagônico. Eu vejo como perspectiva crítica ainda, eu vejo que contribui e avança o desenvolvimento da política do esporte e lazer. E esse é o principal objetivo. Esse foi sempre o nosso principal objetivo dentro de DF⁷⁴ porque quando a gente entrou nessa, a gente entrou porque nós tínhamos anos e anos de ausência de uma política pública de esporte e lazer, de um programa social de esporte e lazer no DF. Uma ausência de uma concepção crítica do esporte e lazer no DF; nós tínhamos pequenas ações governamentais e o foco muito no alto rendimento e atividades restritas. Aqui no DF, por exemplo, sempre que tinha apenas o DEFER como espaço público onde os professores da Secretaria de Educação atuavam com a comunidade, mas ainda muito restrito. Um orçamento gigantesco comparativamente com outras unidades da Federação e, na verdade, uma falta de política. E aí uma falta de interesse do governo local (e incompatibilidade de projetos políticos) de fazer parceria com o governo federal. Quem nós tínhamos aqui como Governador na época era o Roriz⁷⁵ e depois o Arruda⁷⁶, eles privilegiavam muito o futebol profissional. O esporte e lazer locais se desenvolvia muito pelas ONGs., geral desenvolvido mais por ONGs⁷⁷ que buscaram e que tinham interesse em desenvolver o PELC. E nesse processo todo tivemos algumas boas surpresas e algumas boas decepções. Parte dessas ONGs, a gente percebeu que tinham interesse de se manter enquanto uma força local, mas não tinham muito compromisso com trabalho finalístico do PELC e outras que desenvolveram e fizeram formação continuada e que ampliaram, elevaram culturalmente e politicamente o esporte e lazer nas suas regiões. Então assim, a gente percebeu também o limite que tem a

⁷⁴ Distrito Federal.

⁷⁵ Joaquim Roriz

⁷⁶ José Roberto Arruda

⁷⁷ Organização Não Governamental.

formação. A gente vinha no sentido de fazer uma formação de âmbito crítico que buscasse uma consciência de classe e de luta pelo direito ao esporte e lazer, Que contribuísse para a transformação da concepção do esporte e lazer daquela comunidade, mas dependia muito da equipe gestora da ONG. Algumas queria isso, enquanto outras tinham fins meramente políticos eleitoreiros. Então, nesse período muitas ONGs que tiveram vários convênios com o Ministério do Esporte, experiências de vários anos com o PELC e que não resultou numa apropriação dessa concepção que a gente acreditava. Apesar de que, se não houve a partir de algumas equipes gestores isso, alguns agentes sociais de esporte e lazer conseguiram sim ter essa concepção ampliada, fizeram faculdade, viraram gestores. Então a gente encontra até hoje aí pessoas dizendo para gente que as formações e o PELC foram de fundamental importância na vida deles. Muitos aprenderam a fazer projetos e são lideranças dessas comunidades. Mas eu falo um pouco dessas decepções de que o fortalecimento de uma rede ampliada de esporte e lazer numa concepção crítica não foi efetivada. Ao mesmo tempo a gente sabe que ao longo desse tempo o PELC teve um impacto positivo na vida de muitas pessoas, principalmente dos agentes sociais que se reconheceram enquanto trabalhadores da área e que buscaram a partir do PELC. O PELC foi o grande “start” deles porque muitos deles já eram trabalhadores da área, mas limitados a sua prática e se tornaram verdadeiras lideranças esportivas culturais da cidade. E, às vezes, até política.

C.M. – Pedro, esse grupo dos doze, ele foi o primeiro grupo de formação do PELC ou teve algum antes?

P.F. – Se eu não me engano no encontro de formação que eles fizeram no Hotel Nacional que foi para trezentos agentes sociais, o que

aconteceu: o primeiro convênio do Ministério com Brasília foi a partir de uma entidade que tinha outras sete entidades. Era um consórcio de entidades. Se eu não me engano foram dezesseis pessoas para essa formação. Eu não estava. Estava em Recife. Tiveram outros coletivos fortes também que a gente... Eu lembro do Pará e do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul veio um pouco posteriormente, desses primeiros anos. Mas no Pará também estava desde o começo, então, eu não sei te dizer como é que foi isso. De dezesseis dessa primeira formação, fomos para doze e depois para oito formadores, que foram os que mais se envolveram, desenvolveram e fortaleceram. Mas teve nesse processo, no total se a gente for considerar todo mundo que passou de algum processo de formação daria para dezesseis, dezessete, até dezoito pessoas.

C.M. – E qual que era a concepção do PELC nesse início?

P.F. – O PELC tinha definido sua concepção no seu documento de orientação... As seis diretrizes são as mesmas até hoje. O que tem hoje diferente do que tinha no início foi a municipalização que virou autogestão. Nesse período houve a inclusão do PRONASCI⁷⁸. As diretrizes do PRONASCI também incorporaram. Você tinha ali o embrião do Vida Saudável, mas por dentro do PELC. Você tinha concepções de lazer, por exemplo: aparecia especificamente a concepção do Fernando Mascarenhas (2003, p. 97), “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia⁷⁹”, estava ali, mas assim, eu ainda preciso recuperar minha memória. Não é das melhores neste sentido. Nos documentos os autores apareciam,

⁷⁸ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

⁷⁹ MASCARENHAS, Fernando. Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Editora UFG; 2003.

apareciam também fruto dessas diferenças que a gente tinha no campo político, mas fundamentalmente o lazer tinha uma concepção crítica, entendedora de uma realidade que transforma o lazer em mercadoria e que era necessária uma perspectiva que fortalecesse o lazer na perspectiva da cidadania, do acesso ao direito ao lazer. Uma concepção de lazer ampliada entendido nos seus diferentes interesses culturais e não só no foco esportivo, porque parece para gente que está no dia a dia que isso era uma questão tranquila. Mas o lazer dentro do Ministério do Esporte... Ele tem no esporte essa concepção hegemônica do alto rendimento e se vislumbrando cada vez mais o esporte espetáculo como única possibilidade e o lazer encontrava alguma resistência em alguns espaços de discussão. O esporte recreativo na sua figura era um pouco menos valorizado. Inclusive isso acontecia nas Conferências de Esporte⁸⁰, por exemplo em 2004 em 2006, buscamos incluir o termo lazer na Conferência do Esporte. Se falava: “Estou no Ministério do Esporte, há uma concepção de esporte, mas cadê o espaço do lazer nisso?” Tudo foi fruto de disputa política para se garantir o lazer nessa concepção que o PELC apresentava como um programa do Ministério do Esporte. Quando ampliou esse grupo de 2008, percebe-se que a influência de Marcellino⁸¹ enquanto um grande teórico na área do lazer. E começa a tomar mais força as pessoas que têm nessa base um trabalho muito forte também. Então, eu me lembro em 2007 você ter o Marcellino, o Fernando Mascarenhas, a Valquíria Padilha, Marcelo Melo, o pessoal da UFMG, estávamos todos ali presentes. Eu considero que foi uma riqueza tremenda porque ali se mostrava os principais autores e concepções de lazer numa perspectiva que poderia ter suas diferenças na discussão de bases e lazer, mas se apresentava com a possibilidade mais progressista da área.

⁸⁰ Conferência Nacional do Esporte.

⁸¹ Nelson Carvalho Marcellino.

C.M. – E as formações eram feitas para quem, desde o início?

P.F. – Fundamentalmente, no início as formações eram feitas para as entidades convenientes. As que fizemos eram para ONGs que tinham esses convênios com o Ministério do Esporte para execução do PELC. Na formação participavam os gestores locais, os coordenadores gerais de núcleo e agentes sociais. Sempre que a gente fazia as formações, a gente pedia para as pessoas convidarem mais gente, então, tinha as entidades de cultura social, tinha gente da comunidade e lideranças de comunidade. Os grupos culturais locais que não necessariamente atuava diretamente... Naquela época a gente juntava duas entidades porque como começou com um consórcio então eram sempre grandes formações. Quando começaram a fazer cada entidade, na época eram sete entidades em um consórcio. Essas sete pegaram convênios posteriores de forma individualizada, mas a gente ainda tentava nesse início fazer formações juntas com mais de uma entidade: duas, três entidades. A gente fez durante um bom tempo, de um ano há dois anos. Então, juntava diferentes realidades, juntavam-se diferentes atores ali. Era mais ou menos isso...

C.M. – É. E vocês chegaram a conhecer núcleos ou...

P.F. – Sim. O convênio durava na época um ano no máximo, começou com oito meses. Aí foi para dez meses, foi para doze meses. O que a gente fazia, tinha momentos que, a gente formulou, isso está registrado também. A gente dividia a carga horária de formação (32 horas + 32 horas) e em vários momentos de ida aos núcleos. Eram momentos que a gente tinha essa divisão do Módulo Introdutório e do Módulo de Avaliação, foi uma conquista e foi uma experiência naquela época. Ainda que depois a gente batalhou, porque o modelo principal

era um Módulo Introdutório e um Módulo de Avaliação e precisa ir nos núcleos conhecer a realidade, voltar e repensar, ter contato, então, a gente meio que teve algumas experiências. Foram poucas, porque depois a gente foi chamado no Ministério para aquela unificação que não podia funcionar mais do jeito que fazíamos. Mas depois a gente pegava trinta e duas horas no Módulo Introdutório: fazia dezesseis horas, depois a gente voltava oito horas, e de novo voltava mais oito horas um tempo depois. Nesse período é que a gente fazia as visitas, conhecia os núcleos, conversava com a comunidade. O Módulo de Avaliação também a gente dividia, então, a gente passava assim: dez meses, a gente ia seis vezes, oito vezes. Nessas oito horas era onde a gente fazia oficinas de conversas no núcleo, com a comunidade muitas vezes.

C.M. – Tinha alguma discussão dos princípios, dessa questão conceitual do lazer?

P.F. – Sim, não mudou muito o que a gente fazia. A base, ela é muito parecida. A gente tinha discussões dos princípios, das diretrizes; nós tínhamos as discussões dos conceitos de lazer, cultura e esporte; nós tínhamos discussões sobre a organização do trabalho pedagógico; sobre a prática pedagógica; sobre cidades, sobre gênero, sobre políticas públicas, audiovisual, dança, práticas corporais diversificadas, sobre a organização de eventos. A gente fazia oficinas no qual a gente montava e construía com eles um plano de oficina, relatos de experiências e ao mesmo tempo a gente executava isso ou executava na outra vez que a gente se via. Então, assim, de maneira geral, começamos a inovar. Por exemplo, teve entidades que a gente fez para o terceiro convênio, e gente não podia dar a mesma formação que a gente tinha dado já no ano anterior. E essa mudança foi legal porque a gente fez uma segunda proposta de aprofundar algumas outras questões e conseguir

trabalhar o pedagógico; a gente ia aprofundar o planejamento participativo, a formação continuada... A gente teve algumas experiências onde trazia alguns convidados para trazer outras experiências, por exemplo, a Raquel Martins⁸² não era formadora do PELC - nessa época ainda não tinha edital - ela é professora de Educação Física com Mestrado em Artes pela UnB. Ela foi do CBCE⁸³ na UNICAMP. A gente conhece ela por outras relações e ela fazia mestrado em Artes e a gente sempre levava ela na segunda ou terceira formação onde tinha a dança, arte e esporte. A gente fazia uma oficina de dança. A gente trouxe o Gil Toni Sampaio⁸⁴ que ele era o técnico de cinema do SESC⁸⁵. E fazíamos oficinas de audiovisual, a gente fez alguns pequenos documentários do PELC a partir da formação. Eles mesmos construíram roteiro e tal. A gente fez umas três, quatro experiências dessas. A gente sempre trazia alguma coisa nova, por exemplo, até no modelo de formação do PELC a gente tinha uma Oficina sobre Direito à cidade. A gente implementou a questão da discussão do direito à cidade dentro do PELC, uma oficina muito bacana. Oficina sobre Gênero, violência, nós criamos... Inclusive eu e Dori escrevemos um texto apresentado no CONBRACE⁸⁶ e no Segundo Encontro Nacional do PELC sobre como era essa oficina, foi um relato de experiência da oficina. Então algumas coisas a gente foi implementando para fortalecer a questão dos princípios, das diretrizes, dos conceitos, isso tudo ainda era alvo da base do PELC, então, foi uma experiência muito rica assim, para todos nós. Eu falo que eu estou envolvido com política do esporte e lazer desde 2003 que foi o ano em que eu me formei. Já fazem treze anos. Meu mestrado foi sobre o PELC, minhas publicações na sua maioria, pelo menos até 2014

⁸² Raquel Martins de Assis.

⁸³ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

⁸⁴ Nome sujeito à confirmação.

⁸⁵ Serviço Social do Comércio.

⁸⁶ Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. O trabalho está disponível no link: <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/208.pdf>

foram sobre o PELC. O envolvimento que a gente teve e tal foi inclusive de transformação pessoal. Quando a gente se vê estagnado e em alguns encontros do PELC até hoje quando eu me sinto assim eu falo, mas eu vejo que ainda há construção, ainda há fôlego, ainda há coisas a construir e a maior necessidade que eu sinto e que eu vejo que muitas pessoas sentem é a necessidade de consolidar o PELC como uma política pública de Estado. Eu acho que essa é ainda a minha grande motivação em ver, quando eu vejo Ana Elenara⁸⁷ na área trabalhando lá, buscando, o Hélder Isayama e a equipe da UFMG batalhando... E eu reconheço nela (Ana Elenara), uma pessoa de fundamental importância neste processo e de buscar, por exemplo, o registro do agente social do esporte e lazer no Ministério do Trabalho, apesar de hoje estarmos em uma situação muito frágil institucionalmente. A gente vê ainda um pouco disso. Eu acho que o grande problema do PELC foi briga interna da área. Isso não tem um culpado ou dois culpados. Foi um processo histórico, creio que se deu assim, mas que a gente hoje vê no governo Lula⁸⁸ e Dilma⁸⁹ que em várias áreas de vários eixos se perdeu a grande oportunidade de se fazer uma mudança radical no tratamento das políticas do país. E a gente vê aí o esfacelamento de várias outras políticas e no esporte não é diferente. Isso aconteceu com o Programa Segundo Tempo. Na minha ótica eu vejo o Esporte e Lazer na Cidade ainda sobrevivendo pela única e grande razão de ser um grande programa. De ser um programa que foi muito bem desenhado, um programa que tem realmente feito um grande impacto na cidade. A gente vê isso! Eu tive ainda algumas experiências ruins. Ruins, mas assim, é porque o município tem que ser muito ruim, o corpo técnico tem que ser ruim porque o PELC oferece grandes possibilidades de se fazer um bom trabalho. O que me dá ânimo de continuar, de permanecer é isso, é de ver consolidado o

⁸⁷ Ana Elenara da Silva Pintos.

⁸⁸ Luis Inácio da Silva.

⁸⁹ Dilma Rousseff.

PELC como uma política pública reconhecida porque você vai em vários lugares e as pessoas ainda não conhecem o PELC. Aqui no DF nunca teve o PELC e depois que acabou lá no ano de 2010, nunca se teve interesse institucional de ter o PELC pelo governo do estado. Inclusive quando passou o governo do PT⁹⁰ aqui, que é o mesmo da presidente. O do PSB⁹¹ agora. O Arruda⁹² ainda levou o Segundo Tempo para as escolas do DF, mas nunca ocorreu a ordem de início. Veio o dinheiro e a gente não sabe o que aconteceu com isso. Mas assim, quando se esperava que viesse o PELC, não veio. Se espera agora que teve um edital recente que parece que o governo do Distrito Federal vai tentar, mas aí tem que entrar as capitais, nas capitais tem que irradiar para as cidades porque eu acho que ainda é o único sopro que existe na perspectiva de esporte e lazer como direito. Que os megaeventos dominaram a pauta política nacional de uma forma que esse é o nosso único sopro de resistência acredito na área do esporte e lazer.

C.M. – Pedro, a formação você disse que no início quem decidia o formador era a entidade conveniente. Isso mudou quando?

P.F. – A definição de quem poderia atuar nas formações foi uma demanda induzida do Ministério no início, que se articulou um pouco por entidade ou por referências da área ou ligados à universidade. Aqui foi porque tinha um núcleo da Rede Cedes, o Juarez tinha uma grande de experiência na área e ligado ao UnB, então se formou aqui um Coletivo de formação ligado à Rede Cedes para atuar nas formações. Até 2010, o convênio, a entidade, uma ONG ou prefeitura fazia convênio com o Ministério do Esporte e se tinha uma lista de formadores com os telefones que eram disponibilizados e por conta

⁹⁰ Partido dos Trabalhadores.

⁹¹ Partido Socialista Brasileiro.

⁹² José Roberto Arruda.

própria a entidade pegava e ligava para alguém e marcava a formação. O pagamento era feito por RPA, por trabalho específico pago pela própria entidade. Isso nós tivemos vários problemas, nós tivemos entidades que não pagaram a gente. Aqui no Distrito Federal e que depois de não ter pagado a gente e ter dado problema no encerramento, depois nessa mesma entidade, esse mesmo gestor usava outra entidade para pegar o mesmo convênio e chamar a gente de novo. Então, teve algumas questões de dificuldade ainda de fiscalização no início do Programa. Mas isso ficava a cargo da entidade. E várias entidades tiveram o convênio cancelado por falta de conseguir desenvolver, então o Ministério intervia e falava: “Você não tem condição!” Teve isso também. [TRECHO INAUDÍVEL].

C.M. – Em 2010 quem passa a escolher o formador?

P.F. – Começa a se ter duas situações: Primeiro, a entidade conveniente não é a mais a que paga. A gente passa a receber uma bolsa do órgão da UFMG, da FUNDEP⁹³ da UFMG. E o comitê gestor da UFMG que passa a tentar equilibrar esses pedidos. O pedido era feito para o Ministério, o ministério passava para a UFMG, a UFMG entrava em contato com os formadores. O legal de tudo isso eu acho que foi a transparência que se tinha, porque nos encontros formadores diversas vezes se mostrava: “O Tatu foi dez vezes o outro foi nove, o outro foi oito, o outro foi doze”. E acabou essa coisa da cobiça, de busca por um... E isso nunca foi nosso interesse, tanto que a gente dividia o pagamento por oito pessoas. Muitas vezes, o Juarez era chamado sozinho; ele poderia fazer sozinho a formação e ficar com o pagamento para ele, mas não, era uma perspectiva de formação, de coletivo, uma ação política porque a gente acreditava nisso. Então, eu acho que a grande questão do coletivo é que o Coletivo acreditava no PELC. Tem

⁹³ Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.

gente que não gosta nem que fale PELC porque a nomenclatura PELC veio já depois quando o Programa Esporte e Lazer na Cidade não tinha ainda a sigla. Mas é mais fácil de falar mesmo. O Programa não foi muito feliz no nome, eu acho. Você tinha realmente o compromisso político de se ver um programa como esse se espalhar pela cidade porque a gente acreditava no Programa e esse era o grande diferencial que se tinha. Eu digo em 90% cento, 80% dos formadores estavam ali, mas também chegamos a ouvir de pessoas, por exemplo dizer: “Esse pessoal de Brasília é burro, podia estar ganhando dinheiro e não está”. A gente ouviu isso. Mas era isso, a gente estava com compromisso político com o projeto.

C.M. – Tem mais alguma coisa que você gostaria de registrar?

P.F. – Eu falei muita coisa, não é? Não sei [pausa]. Não sei se tem mais alguma coisa que você queira saber? Por mim está tranquilo.

C.M. – Eu acho que era isso mesmo, então, muito obrigada.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Rodrigo Barbosa Terra

Entrevistado: Rodrigo Barbosa Terra

Entrevistadora: Luiza Aguiar dos Anjos

Data da entrevista: 19 de novembro de 2015

L.A. – Primeiramente, muito obrigado Rodrigo por ceder espaço para essa entrevista. Eu gostaria de iniciar solicitando que você falasse sobre a sua formação.

R.T. – Eu sou professor de Educação Física formado na UFRJ⁹⁴ em 1991. Tenho uma especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior, fiz um Mestrado em Educação e Doutorado em Ciência do Exercício e do Esporte.

L.A. – E como é que a temática do Lazer esteve presente na sua trajetória?

R.T. – Na verdade a temática do lazer entrou na minha vida em um viés talvez diferente de quase todos os outros. Não foi via academia, foi via gestão! Durante um determinado momento da minha vida eu fui Secretário do Esporte do Estado do Mato Grosso do Sul e, ao pensar a gestão do Estado, na gestão pública, eu acabei me deparando de uma maneira mais séria vamos dizer assim. Não que eu não tivesse visto isso antes, mas de maneira mais séria, em uma preocupação em desenvolver políticas de lazer. Com isso me interessei pelo assunto e comecei a ter contato com várias pessoas e participar de vários eventos

⁹⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

científicos. Acabei me dedicando um pouco mais a isso e no meu mestrado já comecei a trabalhar nesta área e no doutorado também. Então, na verdade, foi um viés diferente do que eu acho que a maioria, que foi da academia e acabou caindo aqui na gestão do PELC⁹⁵. O meu caminho foi via gestão, foi para academia e agora volta para gestão. Agora não, já há algum tempo, ao executar esse trabalho do PELC.

L.A. – Quando você exerceu o cargo e gestor em Mato Grosso do Sul?

R.T. – Foi do período de 1999 até 2004.

L.A. – E quais foram as temáticas, de forma sucinta, do seu mestrado e doutorado?

R.T. – O mestrado foi um estudo de caso de um parque público do Mato Grosso do Sul, onde eu havia sido Secretário. A gente desenvolvia um projeto de lazer comunitário, bastante semelhante a esse do PELC, mais localizado, e a gente estudou esse parque. No doutorado eu estudei a questão da gestão de megaeventos esportivos.

L.A. – E como você conheceu o PELC?

R.T. – Também na gestão, no momento em que o Ministério do Esporte lançou a proposta do PELC. Possivelmente uma das primeiras reuniões, não tenho bem certeza disso, mas possivelmente uma das primeiras reuniões onde a proposta inicial do PELC foi apresentada, foi em uma reunião do Fórum dos Secretários Estaduais do Esporte. Eu era Secretário na época e lá foi o primeiro contato com o Programa e me interessei imediatamente pela questão do Programa. Como eu tinha um contato muito próximo com as pessoas que estavam dentro

⁹⁵ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

do Ministério e também era Secretário Estadual e de uma mesma base político-partidária que eu atuava no Governo do Estado também era do Governo Federal, então, tinha uma relação muito próxima da questão, de trocar informações, tecnologias. De uma maneira não oficialmente, mas eu acabei ajudando, dando sugestões e dicas, na construção inicial mesmo do Programa e logo em seguida a minha saída da Secretaria de Esportes, quando acaba o governo, eu sou convidado para participar mais diretamente. Na época acho que o nome nem era formador, acho que era chamado de consultor. Isso que a gente chama hoje de formação, desse grupo de formação.

L.A. – E você teve algum tipo de preparação para assumir essa função de formador ou consultor?

R.T. – Não., oficialmente não! A preparação que eu tive foi essa de ter a experiência já como Secretário lá na gestão estadual e de ter, por isso, contato com o PELC. Por ter projetos semelhantes a esses que aconteceram na gestão estadual, mas não teve uma formação específica para isso. Algo como “para você ser formador precisa ter passado por isso e por isso ou por aquele curso.” Enfim, formação mais específica não, acho que inclusive não existe isso para ninguém.

L.A. – E você atua tanto no PELC Todas as Idades-Urbano, quanto no Vida Saudável e no PELC Comunidade e Povos Tradicionais?

R.T. – Não existe formalmente essa divisão. dos formadores que vão atuar mais em um ou mais em outro. Essa divisão formal não existe, mas a gente percebe que há uma preferência por aqueles que tem se debruçam mais a esses temas, principalmente no PELC Comunidade e Povos Tradicionais. Eu nunca participei de nenhuma formação dessas de Comunidades Tradicionais, até porque não sou um estudioso mais

a fundo dessas questões. Então acabo ficando mais no PELC Urbano mesmo, mas se for o caso terei que me dedicar um pouco mais na questão da programação de construir a programação. Com certeza teria que ter um esforço muito maior, porque não é uma área que eu domino tanto, mas toparia, até porque o Programa é um programa só. A ideia é levar uma política de esporte e lazer de qualidade para todas as regiões do país.

L.A. – E como é que é o seu processo de planejamento e organização das atividades de formação?

R.T. – Bom, a gente tem todo um ritual já colocado: você recebe a informação de que você foi convidado para fazer aquela formação, então, você procura o Ministério do Esporte e agora a UFMG.⁹⁶ Eles têm feito isso de forma cada vez mais organizada e sistematizada. Você recebe os contatos de quem são as pessoas que cuidam do Programa, geralmente do Coordenador Geral, do Coordenador Pedagógico e tem um orientador pedagógico dentro do Ministério que executa uma função bem interessante. A gente faz uma relação com essas pessoas antes e procura saber como é a realidade lá da região. A partir disso tenta construir uma programação que seja mais próxima possível daquilo que a gente vai encontrar lá. Confesso pra você que isso nem sempre é muito fácil, porque às vezes a gente não consegue contato com as pessoas. Liga e elas não atendem, às vezes está muito corrido, não dá tempo de ligar porque perde o prazo e tipo: “Você tem que entregar essa programação daqui a dois, três dias.” Ou você não encontra e não consegue falar com a pessoa, mas você percebe que ela também, a pessoa lá do local, não está tão inteirada assim como você gostaria que ela estivesse. Mas o ideal é esse, que a gente consiga ter um tempo hábil para conversar de uma forma um pouco mais

⁹⁶ Universidade Federal de Minas Gerais.

aprofundada com essas pessoas, tanto com as pessoas ligadas à parte pedagógica do Ministério, quanto aquelas responsáveis por essa parte lá do município. Enfim, do local onde vai funcionar o Programa e tentar construir a partir dessa lógica mais local. Logicamente que respeitando as diretrizes, os objetivos do Programa, uma programação que atenda e que respeite essa realidade local.

L.A. – Tem alguma temática que você costuma dar maior prioridade, que você entende que é mais cara ao Programa ou aos contextos que você se envolveu até o momento?

R.T. – Eu acho que essa formação é um momento de você instrumentalizar aquelas pessoas que vão atuar no Programa e o Programa é um programa que ainda não é tão conhecido assim. Tem uma outra questão: eu tenho a opinião de que o Programa não é tão conhecido, que é complexo, que essa temática do lazer ela não é comum a todos, não são tantas pessoas que dominam a temática do lazer como a gente domina, porque a gente estuda isso no nosso dia a dia. Mesmo as pessoas que atuam, principalmente no campo da Educação Física, não têm esse domínio tão grande, então, é importante que a gente tente conseguir instrumentalizar as pessoas que vão atuar com algumas informações, com algumas ferramentas que na minha concepção são importantes. Eu procuro tentar trabalhar com essas ferramentas, por exemplo, com a questão das diretrizes; é uma questão muito importante que eu dou uma ênfase muito grande, a questão do planejamento pedagógico também é uma outra questão bastante importante. E, sem dúvida nenhuma, os conceitos básicos do lazer, porque eu fico sempre pensando o seguinte: eu se fosse um Coordenador de Núcleo, um agente, como é que eu vou montar uma grade horária de qualidade, apresentando gama de atividades diversificadas se eu não conheço nem quais são essas atividades; se eu

não conheço nem quais são os interesses do lazer, então assim, eu sempre fico pensando em especial no Módulo Introdutório 1 que a gente tem que ter essa capacidade de passar todas essas informações, todas essas ferramentas para que ao final eles tenham condições de montar uma grade horária qualificada. Eu sempre fico pensando o seguinte: o produto final do Módulo Introdutório 1 é a grade horária qualificada, só que para chegar a essa grade horária qualificada, eles precisam de uma série de informações. Eu sempre procuro trabalhar de uma maneira mais forte essas informações logicamente que tentando também porque e não é uma tarefa fácil. Mas a gente tenta fazer ao longo da formação, verificar quais são as fragilidades daquele grupo porque a gente percebe que determinados grupos compreendem melhor um determinado tema e não tão bem como outros. A gente tenta encontrar nos primeiros momentos da formação quais são essas fragilidades e aí tentar reforçar mais aquilo que a gente entende que eles precisam de mais reforço.

L.A. – E quais são as suas principais estratégias metodológicas?

R.T. – O PELC trabalha com uma série de estratégias metodológicas e tentando fazer conexão com a pergunta anterior, a partir do que a gente verifica de instrumentos que são importantes para a construção - estou falando mais especialmente do Módulo Introdutório 1 - que o produto é a grade horária, então, a gente precisa encontrar um formato que dê conta de passar esses instrumentos para eles, essas ferramentas A gente tem uma vasta possibilidade que vem sendo trabalhada, de estratégias metodológicas. Por exemplo: uma delas é a visita técnica aos locais de funcionamento do núcleo. É uma estratégia muito importante. Existe hoje dentro do grupo de formadores uma certa discordância: alguns acham que não há necessidade da visita, outros acham que há necessidade de visita. Eu sou um daqueles que

acham eu há necessidade da visita, em especial, No Módulo Introdutório 1 e no Módulo Introdutório 2. Eu acho que é importante que o agente, que o futuro agente, que o futuro coordenador conheça realmente onde ele vai atuar, quais são as possibilidades de atuação, que ele tenha um olhar diferente pra aqueles espaços, que ele possa ter um olhar que dê um novo significados àquele espaço, que dê um novo significado às atividades que ele pode cumprir naquele espaço. Voltando a tua pergunta: são várias as estratégias metodológicas e uma delas que eu considero das mais importantes é a visita.

L.A. – Você podia me falar como é que você organiza essa visita técnica e falar um pouco da visita pedagógica.

R.T. – A visita pedagógica é uma coisa muito nova ainda. Eu, na verdade, só fiz acho que uma ou duas visitas pedagógicas. É uma coisa que é recente no Programa. A visita técnica não, na verdade, existe ainda até uma confusão, até no ponto de vista da terminologia que quer dizer visita técnica. Na verdade, a gente está chamando agora essa visita técnica de estudo da realidade e a visita pedagógica uma visita pedagógica mesmo. Assim a visita técnica a gente procura criar um roteiro que nem é meu; é um roteiro que o grupo de formadores criou e a gente mais ou menos tem usado aquele roteiro padrão. Apresenta esse roteiro para o grupo antes, faz uma conversa preparatória de como que essa visita vai acontecer, qual que é a importância dessa visita, o que nós vamos ver lá. Essa coisa de ressignificar espaço, ressignificar atividades, apresenta o roteiro para eles, explica o que é o roteiro, pergunta se eles têm alguma dúvida, esse roteiro é bem detalhado. O que eles precisam estar olhando, desde se tem bebedouro, se tem banheiro, até o que tem ao redor do espaço, que tipo de comunidade tem lá, enfim, tentar conversar se for possível com alguma liderança comunitária ou com aquelas pessoas

que estiverem ali em volta no momento... Se tem mais crianças, se tem mais idoso, se tem comunidade carente em volta, se o acesso é fácil, enfim, tem um roteiro bem detalhado. Então a gente apresenta isso para eles, explica o que é, faz a visita. Eu procuro fazer com que a visita seja feita, quando são grupos grandes, organizada pelos Coordenadores de Núcleos, quer dizer, o Coordenador de Núcleo é meio que responsável por aquele grupo de agentes. Logicamente que a gente faz a visita junto, acompanha e vai tirando dúvidas e a gente volta para o local e depois faz uma análise, uma reflexão sobre a visita: o que eles viram, se era aquilo mesmo, que novidades que eles têm, como é que eles enxergaram os locais, se eles acham que tem condições ou não, o que precisa mudar, se acham que o local deve ser aquele mesmo, se eles conseguiram conversar com a comunidade, enfim, a gente faz uma avaliação do que aconteceu na visita. Eu acho que tem funcionado e eu acho também que essa visita tem avançado muito; ela tem ficado cada vez mais qualificada vamos dizer assim. Antes meio que cada um fazia a visita do jeito que queria e muitas vezes me perguntei: “Poxa, será que essas visitas dessa forma servem para alguma coisa, ou se a gente não está perdendo tempo?” Hoje eu estou convencido de que o formato melhorou muito e que elas são importantes e que, quem sabe ainda, precisamos melhorar ainda mais para que elas possam ser realmente mais um instrumento importante de estudo da realidade. Daí elas vêm ao encontro das nossas diretrizes, que uma delas é trabalhar a partir do estudo da realidade, é trabalhar respeitando a diversidades desse Brasil tão grande. É isso.

L.A. – E com relação às visitas pedagógicas ainda que seja algo novo, o que você tem a dizer sobre isso?

R.T. – Eu volto a dizer: é algo novo. Acho que a gente ainda precisa avançar nelas, o próprio formulário a gente ainda não tem convicção;

eu sou um dos que não tem convicção que ele é o melhor formulário. Acho que tem coisas que a gente, que não precisam estar ali, um instrumento de coleta de dados, acho que tem algumas informações exageradas, acho que tem algumas informações que o Ministério pode pegar ou a UFMG pode pegar direto com o responsável ou pelo convênio. Mas, assim, eu acho que são importantes, principalmente no momento que ela acontece; ela acontece lá no AV1⁹⁷ em um momento onde você pode ainda corrigir o rumo. Ela é mais detalhada, é mais rigorosa vamos dizer assim, porque, como você separa da formação, apesar de ser no mesmo momento, mas é um dia específico. Eu acho que você foca mais nisso, você deixa um pouco a formação de lado: “Bom, a formação passou, agora eu vou realmente olhar com outro olhar.” Nós formadores, então, a gente tem a possibilidade de olhar com calma, cada um dos locais, o que está acontecendo e ver alguns detalhes que às vezes podem ter passado batido. A questão da identificação, pode conversar um pouco melhor com as pessoas que estão ali atuando, não só os agentes, mas também os usuários. Então acho o instrumento importante, mas volto a dizer: na minha opinião esse instrumento ainda, diferente do estudo da realidade ou da visita técnica, é um instrumento que a gente precisa experimentar um pouco mais; a gente precisa avaliar ele um pouco mais e ajustar. Acho que ele ainda não é o produto final, acho que ele ainda precisa ser melhorado por todos nós. Não é crítica a ninguém não, acho que por todos nós ainda estamos aprendendo a lidar com a visita pedagógica porque ela ainda é uma coisa muito nova.

L.A. – E que resultados que você já tem percebido de uma formação para outra nos núcleos que você participou. Do Módulo 1 para o Módulo 2, do o Módulo de Avaliação até ao final do conveniamento?

⁹⁷ Avaliação 1

Você percebe se a formação surtindo efeito nos agentes, no funcionamento do núcleo?

R.T. – Isso é tão complexo. Eu estou no programa desde 2007, então, eu perdi as contas de quantas formações eu fiz. E essas formações têm mudado muito. A gente está em um formato muito novo ainda, esse formato de Módulo Introdutório 1, Módulo Introdutório 2, Avaliação 1, Avaliação 2... A visita pedagógica é uma coisa muito nova mesmo, tem gente que ainda não fez todos. Por exemplo: eu só fiz um Avaliação 2. Mas antes de responder diretamente a pergunta, queria fazer rapidamente um relato dessas mudanças porque eu acho que elas tem sido para melhor. A gente começou, lá no início de 2000 e poucos, que era só Módulo Introdutório e Módulo de Avaliação e a gente chegou a conclusão que não valia a pena ir lá fazer uma avaliação só para dizer: “Acabou!” Faz uma avaliação de processo, acabou, avalia o que deu certo, o que não deu certo; avalia e acabou. E durante um tempo a gente debateu sobre isso e chegou à conclusão que precisa ter um Módulo de Avaliação no meio. Isso foi um avanço danado porque a gente podia voltar lá antes e dizer: “Olha, não está muito bem por aqui, porque que vocês não fazem desse outro jeito?” Daí a gente percebeu que isso foi muito bacana porque realmente mudava; a gente chegava nesse momento e eles falavam assim: “Poxa, mas que bom que você veio aqui agora e disse isso porque agora a gente já sabe mais ou menos como vai fazer e vamos poder mudar as coisas.” E isso ajudava muito e agora, com o Módulo Introdutório 2, essa questão tem melhorado ainda mais porque você vai lá no Módulo Introdutório 1 e apresenta os instrumentos, as ferramentas para que eles possam construir a grade horária e, efetivamente, a execução do Programa. Dois meses depois você volta lá, porque uma coisa é você em uma sala apresentar como funciona e o que tem que ser feito, outra coisa é ele chegar na comunidade e fazer isso realmente acontecer. Como a gente

imagina que deva acontecer, então, eles tem essa experiência de dois meses a partir da apresentação e da formação inicial até o Módulo Introdutório 2. Na verdade, o Módulo Introdutório 2 é meio que um início de avaliação, acho que é quase como um Módulo de Avaliação porque você retoma algumas questões que não ficaram tão claras e foram trabalhadas no Módulo Introdutório 1. Mas, principalmente, você verifica o que está acontecendo. Dois meses depois e ainda de forma muito cedo, muito inicial você tem condições de começar já a fazer ajustes, quer dizer, foi realmente um avanço essa mudança. E agora com a visita pedagógica e o Módulo de Avaliação 1 você realmente consegue fazer correções de rumo e aí, indo direto para a tua pergunta: a gente tem exemplos e exemplos, tem alguns locais que você chega no Módulo Introdutório, porque o Módulo Introdutório 2 é muito novo, mas você chega no Módulo Introdutório 1 e praticamente todos os agentes saíram. Às vezes até a Coordenação já saiu; às vezes mudou até a gestão do convênio e aí você chega no Módulo de Avaliação 1 e praticamente está tudo zero. É quase o Módulo Introdutório 1 de novo, então, o que avançou? Praticamente nada! Você quase que perdeu aqueles meses todos, mas também você chega a alguns lugares que não mudou quase ninguém e você percebe que eles estão desenvolvendo o Programa. O Módulo de Avaliação 1, quando ainda não existia o Módulo Introdutório 2, era o primeiro contato que você tinha com eles depois que você foi no Módulo Introdutório 1. Quer dizer, você tem um primeiro contato pessoal de tudo aquilo que você planejou junto com eles lá no Módulo Introdutório 1 para ver se realmente está acontecendo e, na maior parte das vezes, quase que 100% das vezes você percebe que precisa fazer ajustes e que eles precisam mudar alguns rumos. E eles são super favoráveis a isso e o relato é recorrente é “Poxa, que bom que vocês vieram, que você voltou aqui, que a gente não tinha entendido direito, a gente estava fazendo uma coisa que não era bem assim,

agora nós entendemos.” Há uma mudança de comportamento e de desenvolvimento das ações, mas aí tem um outro fator que é complicador dessa história porque nem sempre você consegue voltar lá todas as vezes. E isso não é legal, porque às vezes você faz o Módulo Introdutório 1, mas você não é a mesma pessoa que vai lá e volta em uma Avaliação 1. E isso não é uma falha de ninguém, é porque, às vezes, não é possível porque a pessoa vá. Sei lá, pode estar doente, ou porque ela está em outra formação. É verdade que a UFMG tenta fazer com que o mesmo formador volte e isso é muito importante, mas nem sempre isso é possível e, quando isso não é possível não é legal. Não que o outro formador não tenha capacidade, não é isso, mas é que é outra relação; você ainda não conhece as pessoas, então, você chega no Módulo de Avaliação 1 e não foi você que fez o Módulo Introdutório 1. Você tem meio que conhecer todo mundo de novo, entender, conhecer os locais, meio que você chega lá sem as condições necessárias; aí você não sabe se são os mesmos ou se não são, então, não é bacana. O legal quando dá tudo certo e isso não é sempre que acontece, eu não saberia dizer o percentual, mas não é tão alto. Quando dá tudo certo é o mesmo formador faz todas as formações e os mesmos agentes, ou pelo menos a maioria deles, em especial dos coordenadores permanecem, quando isso acontece a gente realmente percebe que as coisas fluem e ocorrem de uma maneira muito mais satisfatória de quando essas questões não acontecem.

L.A. – E teve alguma formação em específico que te marcou por algum motivo qualquer? Algum exemplo especial, exitoso?

R.T. – Assim, acho que essa pergunta vale o que vem primeiro à cabeça, o que vai ser mais bacana. Eu gosto daqueles que já tem experiência, por mais que seja até contraditório porque o Ministério tem trabalhado muito a história da autogestão e da municipalização...

Mas é a olhos claros, aqueles convênios que já fizeram algumas vezes, eles estão à frente dos outros. Quando a gente chega a um lugar que aquela mesma entidade já está no seu segundo, às vezes terceiro convênio, a gente chega lá e percebe que as coisas andam bem mais fáceis, eles já sabem o que eles precisam fazer. Isso é bem concreto. Eu acabei de voltar de uma formação Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Eles estão no sexto convênio e é basicamente a mesma equipe da Prefeitura, da Fundação Municipal de Esportes, logicamente, que os agentes mudaram muitas vezes, mas o pessoal da gestão é o mesmo. Então a gente chega lá e praticamente não tem mais problema, eles já sabem, tudo já está licitado, eles já contratam os agentes procurando perfis profissionais diversificados, então, eles já sabem que tem que ter gente do teatro, eles já sabem que ter que ter gente da Educação Física, do esporte, da música, da dança, enfim, já está tudo muito mais fácil. Enquanto a gente chega em locais que o pessoal ainda vai começar a licitar os materiais e a gente chega lá e os materiais já estão comprados e eles apresentam os materiais na formação, então, claramente como o Programa é um programa muito complexo de difícil execução, tanto do ponto de vista técnico burocrático, quanto do ponto de vista pedagógico, não é um programa simples. Eu acho que essa é a beleza dele, eu sempre digo que o que na minha opinião o PELC é o melhor programa público de lazer e de esporte já feito no país, na história do país. E ele é tão bom assim porque ele é difícil, porque ele é complexo, porque ele atende todas as faixas etárias, ele atende todos os conteúdos do lazer ele trabalha com a realidade local, com respeito à diversidade, quer dizer, ele é um programa complexo difícil de fazer. Em resumo: quando a gente chega em um local onde as pessoas já passaram por isso, já erraram muito, executando um, dois, três convênios as coisas funcionam bem mais fácil e a tendência é que aconteça com mais sucesso.

L.A. – E como é que é essa possibilidade de fazer o convênio novamente. Quando isso pode acontecer? Existe alguma situação que isso não pode acontecer, uma vez que existe um princípio de que depois haja uma municipalização, uma autogestão?

R.T. – Do ponto de vista legal não existe impedimento nenhum, até porque o convênio pode ser feito a partir de duas perspectivas: a partir da abertura do edital ou a partir da emenda parlamentar. Se for a partir da emenda parlamentar, se tiver um deputado federal, um senador que queira continuar colocando recurso dele e da emenda dele individual no PELC, é bom que isso aconteça. Aliás, era bom que acontecesse mais, não há impedimento, então, o município, o Estado vai continuar recebendo aquela emenda e continuar fazendo ovos convênios. Como você sabe, não existe renovação de convênio; acabou o convênio a possibilidade é ter um novo convênio. Isso em alguns lugares tem acontecido quando a gestão municipal ou estadual percebe que é importante e quer continuar captando esse recurso, ela continua entrando nos editais ou continua mobilizando seus parlamentares para continuar colocando nas suas emendas. Eu não sei, eu confesso para você que eu não tenho certeza ainda se isso não é bom; que o município ou o Estado continue se articulando para continuar captando recurso. Tem uma linha de pessoas que acham que não, que em determinado momento ele não tem mais que fazer isso, que ele tem que se virar por conta própria, mas se virar por conta própria também é captar recurso, que afinal de contas os recursos do Governo Federal são para isso, são para serem disponibilizados para Estados e municípios, em especial para os municípios. Então é continuar com bons projetos nos editais abertos, continuar mobilizando seus senadores e seus deputados federais para continuar captando recurso e que bom que seja para área de lazer e esporte e não para outras áreas. Eu não sou daqueles que acham que não, que

agora o município tem que ter recursos próprios para isso. Ou, pelo menos, que tenha que ter recursos só para isso. Em resumo, o que eu quero dizer é o seguinte: que os recursos para o desenvolvimento do PELC sejam próprios só do município, então, acho que é muito bacana quando você percebe que o município se envolveu e continua se mobilizando para isso, colocado mais recursos dele também, mas também continuando tentando captar recursos de outras esferas como por exemplo do Governo Federal. E eu acho que municipalizar vai pra além de você ter um programa de lazer sendo desenvolvido no município; municipalizar política de esporte e lazer, eu acho que é você perceber que naquele local se criou uma Secretaria de Esporte que não existia, ou uma fundação de esporte que não existia; carimbou recursos para isso, tem recursos destinados para políticas de lazer e esportes, se criou um Conselho Municipal de Esportes ou Estadual, se contrata pessoal especializado, tem concurso público para contratar profissionais que atuem nessa área. Às vezes a gente está muito preocupado se o município fez com que o PELC virasse municipal mas não está preocupado em verificar essas outras questões que talvez sejam até mais importantes, porque isso é que vai definir mesmo que uma política pública municipal de lazer e de esporte realmente se enraíze naquele local.

L.A. – E que pontos que você identifica que poderiam ser melhorados dentro do PELC?

R.T. – São inúmeros [risos] mas assim uma coisa é verdade: a gente não pode deixar de reconhecer que tem melhorado. Eu acompanho o PELC praticamente deste que ele nasceu e como formador desde 2007. A gente percebe que tem melhorado quase que ano a ano; quase que, sei lá, semestre a semestre. Sem dúvida tem melhorado, mas esse é um processo que eu acho que não vai acabar nunca. Toda vez que

melhora alguma coisa a gente descobre outra porque ele cresce, ele se aprofunda, ele avança, ele chega em lugares que não estava chegando. E para isso a gente tem que monitorar melhor, a gente tem que avaliar melhor, a gente tem que acompanhar, enfim, esse processo é um processo que não vai acabar nunca. Acho que o sistema que a gente criou de monitoramento e acompanhamento ainda é um sistema que precisa melhorar muito. Sem dúvida ele avançou, mas ainda não dá conta de atender a demanda necessária. Isso é um problema do Governo Federal como um todo; é muito burocrático e carregar essa burocracia não é fácil. Os municípios não conseguem desenvolver isso de forma tão simples, então, a gente precisa tentar, logicamente respeitando a legislação que não é simples, mas tentar enxugar um pouco dessa burocracia; diminuir um pouco das exigências para que o município fique mais ágil e consiga fazer as coisas de maneira mais rápida. Muitas vezes a gente perde quase um ano fazendo uma licitação, um ano e meio fazendo uma licitação de materiais. Tem que encontrar um formato para que isso aconteça de uma maneira mais simples, mais ágil. Eu acho que a gente precisa pensar, e agora fiquei sabendo, que está sendo encaminhado uma forma de capacitar as pessoas que entram no projeto quando abre o edital. Mesmo os projetos que entram via as emendas parlamentares, eles ainda são projetos muito aquém do que podem ser, então, está se criando uma forma, se não me engano estão chamando de caravanas pedagógicas, que a gente vai fazer uma formação dos gestores ou das pessoas que vão entrar com o projeto. Isso vai facilitar muito inclusive a nossa vida, porque se a pessoa que está construindo a proposta, ela já entende minimamente como funciona a coisa toda, ela vai construir uma proposta mais capacitada, mais qualificada. Sei também que estão mudando as diretrizes mais uma vez, as diretrizes têm mudado direto, mas estão mudando mais uma vez, dando mais agilidade, dando mais facilidade, organizando melhor. Por exemplo, falando pontualmente de

uma questão que eu acho séria que é a proposta de ter uma grade horária. Essa grade horária não serve para praticamente nada, porque quando a gente chega lá na formação a gente muda a grade horária inteira porque quem faz a grade horária: primeiro, que ela não entende o que é o PELC, ela faz só proforma; ela não sabe ainda onde vai funcionar, ela não sabe qual que é o perfil dos agentes, ela não teve nenhuma preocupação com o estudo da realidade, se aquelas ações são realmente as atividades que a comunidade quer, então, ter a grade horária na proposta inicial na minha opinião é absolutamente desnecessária. Parece que agora eles estão realmente tirando essa questão da grade horária, enfim, precisa mudar algumas coisas. Mas o que é animador é que as pessoas que estão gerindo o PELC, tanto aqui do UFMG quando o pessoal do Ministério, eles estão atentos a isso e tem procurando mudar e avançar cada vez mais e isso vai continuar acho que sempre e é bom que continue porque vai sempre melhorar.

L.A. – Rodrigo, tem alguma coisa que você queria acrescentar. Do roteiro a gente finalizou as perguntas. Eu queria saber se você tem alguma outra consideração final para fazer?

R.T. – Acho que não, acho que a gente tratou de tudo. Só quero elogiar mais essa iniciativa, voltado para a história. Essa iniciativa da memória é bem bacana porque, afinal de contas como eu falei, não é opinião só minha é de muitas pessoas e é uma opinião minha que eu sempre bato nisso. Acho que o PELC é um programa que é o melhor programa construído na história do nosso país nessa área de políticas públicas de lazer e esporte; é uma tecnologia que, assim, na verdade, eu tenho dito isso muito: a gente construiu um programa que tem muita dificuldade de chegar em todos os cantos do Brasil porque ele é muito complexo e burocrático. É um programa que não tem muita escala, mas ele é um programa que construiu uma tecnologia que vai

ficar; não tem governo que entre que vai acabar com essa tecnologia, o que a gente precisa agora é fazer com que as pessoas se apropriem dela, tanto gestores municipais e estaduais, profissionais, universidade... Se apropriem dessa tecnologia e essa questão da construção dessa proposta da memória do PELC é mais uma ferramenta da gente poder fazer com que um maior número de pessoas se apropriem dessa tecnologia para que em um futuro próximo, secretários municipais de esporte se apropriem dessa tecnologia e não precisem só ficar acessando o governo federal. Eles mesmos poderão desenvolver iniciativas com seus recursos, que não precisa ser o nome do PELC mas que sejam programas que tenham essa tecnologia desenvolvida. Eu acho que essa é a maior riqueza do PELC, esse é o maior legado que ele vai deixar e essa iniciativa de vocês vai contribuir para que isso se perpetue e que a gente possa, sei lá daqui a cinco, dez, vinte anos, ter ainda gente acessando essas plataformas, levantando esses dados e construindo efetivamente propostas. Não só do ponto de vista da pesquisa que é importante mais pessoas escrevendo sobre isso, pesquisando sobre isso, publicando sobre isso, mas que efetivamente nas gestões também; que essa tecnologia possa fazer com que o maior número de programas sejam desenvolvidos pelo Brasil afora e com isso, que eu acho que é o mais importante, um maior número de pessoas no Brasil possam estar tendo a oportunidade da prática do lazer e do esporte de qualidade.

L.A. – Sim, concordo com você. Em nome do Centro de Memória do esporte e te agradeço novamente. Muito obrigado Rodrigo.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Sheylazart Presciliana Ribeiro

Entrevistada: Sheylazarth Presciliana Ribeiro

Entrevistadora: Luiza Aguiar dos Anjos

Data da entrevista: 22 de outubro de 2015

L.A. – Olá, primeiro eu queria agradecer sua disponibilidade em ceder seu tempo para conversar com a gente. A primeira coisa queria que você falasse um pouco da sua formação.

S.R. – Eu sou formada em Educação Física aqui na UFMG⁹⁸, fiz uma especialização em Educação Física Escolar pela Universidade Gama Filho, ela teve um curso aqui e eu fiz esse curso. O Mestrado em Lazer aqui das UFMG também e o Doutorado eu estou fazendo aqui. Fora isso eu tenho uma ligação muito forte com política pública porque eu já fui gestora do Programa Segundo Tempo, na cidade de Contagem aqui em Minas Gerais e foi nessa época que eu me interessei por começar a estudar, voltei fiz um mestrado. Eu estou fazendo doutorado nessa área de políticas públicas e o PELC⁹⁹ acabou sendo uma oportunidade de formação também, porque como eu trabalhava, vim para a universidade. Foi exatamente na época que a UFMG, que assumiu essa parceria com o Ministério do Esporte para ajudar na formação e eu comecei a participar do processo seletivo pela experiência que eu já tinha, mas evidente que são programas muito diferentes. Acabou que foi um braço da minha formação que veio das experiências que eu tive no programa.

⁹⁸ Universidade Federal de Minas Gerais.

⁹⁹ Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

L.A – E como é que o lazer entrou na sua trajetória, em que momento e de que forma?

S.R – Nossa é difícil explicar isso porque nem eu sei muito bem não. Eu sempre participei de grupos de jovens da igreja e essas ações acabavam sendo importantes porque a gente planejava eventos da ordem da juventude. A gente fazia brincadeiras e logo depois eu vim fazer Educação Física. Agora um ponto muito interessante é que o mercado da época que eu era estudante era muito legal para fazer colônia de férias, para fazer recreação, eventos, animação de festa. Trabalhei muito nessa época, só que acabou que eu passei no concurso público de professora de Educação Física e eu fui atuar na escola. Na escola, o lazer entrava como conteúdo das aulas que eu trabalhava, mas eu era professora de Educação Física de formação. Depois eu acabei indo pra ACM, a Associação Cristã de Moços, e a ACM fazia intercâmbios culturais para trabalhar com recreação, mas os estudos do lazer só aconteceu por causa da política pública de esporte e lazer que eu fui trabalhar em Contagem. Foi por isso que eu sistematizei e sabia que tinha um grupo aqui que chamava POLIS¹⁰⁰, ele ainda existe. O POLIS me recebeu e a gente começou a fazer estudos de política pública de esporte e lazer e tinha uma linha de pesquisa do mestrado que abarcava essa temática. Eu me especializei nessa linha exatamente por essa trajetória, a influência do lazer não necessariamente influenciou os meus estudos, mas foi muito mais essa política pública que influenciou meus estudos no lazer.

L.A – E você falou que iniciou no PELC a partir desse edital. Me fala um pouquinho desse seu início, como é que você foi preparada para ingressar e o que te motivou a ingressar nesse programa.

¹⁰⁰ Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Educação e Cidadania.

S.R – Eu percebi quando comecei a trabalhar nas prefeituras que a atuação de um gestor ele pode ter, não é que ele tenha mais alcance que de um professor, mas a gente vê resultados mais claros do que o de um professor. Eu não sei se foi essa relação um pouquinho de ansiedade de ver os resultados que me fez apaixonar com a ideia de estudar as políticas públicas e o Segundo Tempo foi um braço. Quando eu cheguei aqui vi essa oportunidade do PELC pois estava começando um trabalho nessa parceria do UFMG que era nova. Antes o Ministério tinha outro processo de contratação de formadores e quando eu percebi isso falei: “Eu quero entrar nesse grupo também.” Fiz uns estudos na época sobre o PELC, me organizei e consegui passar nesse edital e fui selecionada. Foi muito legal porque os estudos que a gente estava fazendo aqui na UFMG no mestrado tinham muita relação com os estudos de formação de agentes sociais do Programa. Eu estava trabalhando com a formação dos profissionais; formação dentro da política pública e entrei em um grupo de formação de agentes sociais, ou seja, a formação também na política pública e a grande ideia disso, a grande sacada era que a política pública não podia ser de qualquer jeito. Ela precisava ter uma organização, uma sistematização para atingir as pessoas que estavam trabalhando com os beneficiários senão o esporte ou o lazer ou a oficina que fosse oferecida, por exemplo, no PELC seria parecida com qualquer outra. Tinha uma questão política envolvida e essa questão era muito ligada a ideias revolucionárias, então, assim, há teorias que mostram que existe condição de transformar uma realidade. E é exatamente essas teorias que a gente estava verificando, assimilando, entendendo aqui na Universidade, no mestrado, e que a gente estava conseguindo também por em prática lá no Programa. Então para mim foi uma combinação e, na época, casou perfeitamente. Isso me ajudou a compreender que eu queria meio que trabalhar com isso mesmo.

L.A – E me fala do processo da formação em si. Você recebeu também uma formação para os formadores, como que era essa formação e ainda como é que isso se faz.

S.R – A formação ela é constante, a gente normalmente se encontra duas vezes por ano para fazer encontros e conversas e diálogos; a gente sempre dialoga, existem grupos de WhatsApp¹⁰¹ que a gente vai conversando, existem encontros via Hangout¹⁰² que a gente faz e vai conversando também sobre as questões de formação. A formação dos formadores para mim ela é um ponto fundamental porque se a gente estanca as transformações também estancam. O formato da programação que a gente é obrigado a fazer, todos esses documentos exigem um cuidado especial, então, a gente tem que estudar. Toda vez que eu recebo uma formação para auxiliar o município ou o governo estadual ou a universidade eu tenho que me debruçar sobre que tipo de convênio é aquele, como se organiza, quais são as relações daquele convênio com o Ministério, o que ele já vem produzindo, se ele já teve PELC, se ele já teve outro programa, se não teve... A gente faz uma busca geral no município que leva a gente a conhecer algumas realidades e outras ações que o município já executa de política pública. Esses estudos às vezes ajudam o município, mas a gente também entende que nem sempre a gente dá conta de tudo e a formação, para mim, se dá na formação do formador. Se dá nesses dois sentidos: tem as ações que são executadas aqui dentro, coordenadas e organizadas pelo pessoal da UFMG que a gente chama esses encontros de formadores e tem os encontros que são virtuais. Toda vez que a gente vai na formação com outro formador a gente acaba compartilhando estratégias de trabalho, compartilhando textos,

¹⁰¹ Aplicativo de comunicação.

¹⁰² Aplicativo de comunicação.

materiais mesmo e também conhecimento. A gente ouve o outro falar e percebe uma nova forma talvez de ministrar ou de falar de um determinado conteúdo. Acho também que os documentos que a gente tem que produzir, eles de certa forma podem, eles têm possibilidade de ser uma formação, ajudar a gente na formação.

L.A – E que tipos de atividades você desenvolve e como você costuma realizar dentro das suas formações. Qual a forma que você utiliza para poder fazer a formação diretamente nos núcleos?

S.R – Primeiro eu tento entender, se eu não conheço a cidade, eu tento interpretar ela um pouco melhor. Eu converso muito com os coordenadores antes de montar a programação, eu tento fazer isso tudo em conjunto e quando chego lá eu evito tentar levar uma coisa pronta. Então eu tento construir muito com eles, principalmente a parte das ideias que a gente tem da educação popular que rege o nosso programa. Essa ideia faz muito sentido dentro do contexto do PELC, não dá para separar a formação das diretrizes do Programa e da ideologia dele. A ideologia dele é que a gente acredita que o lazer tem uma capacidade de, junto com outras políticas públicas, fazer com que a pessoa possa ter um acesso aos seus direitos e isso tem que ser fortalecido na nossa formação para que os agentes também percebam que além deles terem direito, a população também tem. O vínculo da educação popular para que eu escolha as metodologias, por exemplo, de construção coletiva parte desse princípio do lazer como direito, então, quando eu chego para a formação eu tento conversar com os agentes, conversar com os coordenadores, conversar com a coordenação geral e montar esse mapa. Ou seja, como que vai acontecer toda a organização da formação. Agora a gente tem quatro módulos de formação, nesses quatro encontros que a gente vai ter, além de tudo influencio muito para que eles façam as atividades de

EAD, a Educação à Distância. Nesse encontro que a gente organiza cada ação que eu escolho, a formação voltada para aquela realidade, então por exemplo, tem lugares eu já fui que o curso foi totalmente expositivo porque eu percebia que eles tinham uma demanda por algumas informações e a lógica escolar que estava vinculada à universidade para eles funcionava muito bem com as aulas expositivas. Eu dava textos e mandava os artigos antes para eles lerem e eles liam, sabe! Isso era muito interessante. As universidades, por exemplo, eu tento atingir o perfil daquele grupo que está lá. Quando eu vou eu tento entender qual é o perfil, se são estudantes de Educação Física, aí a gente tem um outro perfil de agente. Ou seja, a gente tem que montar uma formação que tenha muitas dinâmicas, que sejam muito movimentadas. Eu faço muito teatro, passo filmes para dialogar, levo textos. Com os textos alguns eu consigo ter sucesso, outras vezes não. Tem variações: se o agente é da comunidade eu deixo eles falarem muito porque eles tem uma experiência gigante, então, eu tento fazer uma formação muito de escuta para perceber como que é a comunidade. E aí eu vou tentando implementar os elementos do Programa, as diretrizes dentro desse processo, então, varia muito do agente e a grande vantagem do PELC é que eu tenho essa possibilidade, eu tenho essa liberdade de trabalho a partir do grupo e da necessidade dele.

L.A – E você atua no Programa Vida Saudável e no Programa Comunidades Indígenas e Polos Tradicionais ou os núcleos que você atuou foram só os específicos do PELC?

S.R – Não, eu já atuei em todos.

L.A – E que diferenças você identificou no processo de formação nesses espaços?

S.R – Pois é, as diferenças são muito grandes. De fato, isso também foi uma dificuldade que eu tive que me capacitar melhor pois para cada tipo de PELC as leituras são completamente distintas. Quando a gente vê a construção do direito do idoso, a construção do direito do indígena ou dos quilombolas ou dos ciganos ou dos outros grupos das comunidades tradicionais, eles foram através de uma luta diferente de, por exemplo, de como a gente encontra a construção do PEL que a gente vai chamar de urbano que é para todas as idades. Então a gente tem que trazer à tona essa luta que foi a constituição de um um programa para eles. Eles não ganharam, foi a luta que gerou uma ação, uma política pública que hoje é pensada para essas pessoas especificamente. Eu tenho clareza que quando eu vou falar de PELC Comunidades Tradicionais eu tenho que levar um histórico distinto, para os idosos um histórico distinto, uma possibilidade distinta. E outra coisa: uma realidade de esporte e lazer distinta também. Por exemplo, a gente trabalha com prevenção e quedas, com a ideia de saúde e qualidade de vida muito mais, eu pelo menos, atuo muito mais no PELC Vida Saudável do que no PELC Urbano ou no PELC Comunidades Tradicionais. Então os conteúdos vão ganhando dimensões diferentes também, evidente que também a partir dos agentes. Se eu chego, por exemplo, para trabalhar com o PELC Vida Saudável e são profissionais ou estudantes de Educação Física que já tem estudos ou que estão em grupo de estudo na faculdade que já trata daquilo, então, a gente tem que fazer uma leitura. Assim, às vezes, eu não falo de prevenção e quedas e vou falar de uma outra coisa que eu acho que é mais importante para aquele grupo. A gente vai estudando a realidade e percebendo em que ponto que a gente pode ajudar melhor os agentes a se relacionarem com a comunidade.

L.A – E como você tem visto os resultados ao longo do processo de formação entre os quatro módulos. Que mudança você destacaria nos núcleos de um módulo para o outro?

S.R – Eu não consegui ainda fechar um convênio com quatro módulos, mas eu já consegui fechar um convênio inteiro. Eu ainda não fiz nenhuma AV1¹⁰³ e nem AV2¹⁰⁴, então, eu não consigo distinguir bem. Antes a gente tinha um Módulo Introdutório em quatro dias e algumas pessoas achavam que era cansativo; outras pessoas achavam que tinha que ter mais dias porque elas não compreenderam ainda como era o Programa. Mas basicamente o que vejo, por exemplo, do Módulo Introdutório para o Módulo de Avaliação era o choque de realidade dos agentes; a gente vai ali com a teoria toda, interessante e tal, e daí para o do Módulo Introdutório 1 para o AV1 eles caem numa realidade ímpar. Eles falam assim: “Sheyla, nossa, mas não dá pra fazer isso.” Eu tive que resolver os problemas, então, o Módulo de AV1 é um módulo completamente de escuta porque eles estão ansiosos para falar, eles querem mostram o que eles encontraram na realidade e cabe a gente ouvir e tentar ajudá-los a resolver as questões que estão ali colocadas, especialmente para eles lembrarem qual é o objetivo do Programa. Porque muitas vezes eles se perdem no objetivo, eles acham assim não vão dar conta dessa oficina e não conseguem perceber que a oficina faz parte de algo maior, então, sempre estar *linkando* essas duas coisas é o caminho de busca para mim enquanto formadora. Do AV1 para o AV2 eu percebo que tem uma organização do núcleo; a maioria das falas do AV2 do Módulo de Avaliação 2 está relacionada à seguinte ideia: “Agora que eu consegui essa habilidade, o Programa acaba. Agora é que eu capturei o que é a gente tem que explicar.” E a gente vem com essa explicação desde o início, que o PELC é um

¹⁰³ Avaliação 1.

¹⁰⁴ Avaliação 2.

programa que tem início, meio e fim; é um programa para que a comunidade se aproprie da lógica do direito e você tem que ajudar essa comunidade a se apropriar para que ela lute para que o programa continue. Mas essa ideia não é uma ideia fácil de capturar porque a pessoa também quer continuar trabalhando, ainda mais se ela tem afinidade com a prática dela. Essa é a distinção maior entre os módulos: o Módulo Introdutório tem uma ideia, o Módulo de Avaliação tem anseios e debates sobre o que eles estão fazendo de certo e o que estão fazendo de errado e o Módulo Final tem uma ideia de experimentação, de experiência adquirida, que eu acho que é bem legal.

L.A – E você teve notícias de núcleos que você acompanhou como formadora ou de colegas que conseguiram manter a continuidade das atividades após o fim do convênio?

S.R – Sim, tem coisas que são interessantes. A gente agora tem que tentar estudar a ideia de municipalização; não é uma ideia fácil de ser abarcada porque falar de municipalização não é só continuar as ações. No meu entendimento é continuar as ações com o ideal do PELC pelo simples sentido. Tem muitas prefeituras que já fazem ações, mas que às vezes tem outro foco; o foco não está no direito social está, por exemplo, em adquirir um troféu, mostrar que o futebol da cidade é bacana, mostrar que os velhos estão perdendo peso, que os velhos estão indo menos ao hospital... Eu não estou desprezando nenhuma dessas ideias, eu acho elas super interessantes, mas a ideia do PELC parte da lógica de: “Olha é um direito conquistado então ele tem que ser dado independente dessas outras questões que possam vir a surgir em função dessa prática.” Municipalizar com a lógica do PELC eu

conheço duas ações: uma ação que é a PLUG¹⁰⁵ Minas, de Ivoti¹⁰⁶ que a gente tem notícias e é a mais divulgadas entre nós formadores; a gente tem em Igarapé¹⁰⁷, através de uma formadora também eu tive essa notícia; e eu estou esperando que tem uma cidade que chama Barroquinha no Ceará que está em eminência de aprovar o projeto porque eles não tinham na prefeitura a Secretaria de Esportes, não existia no organograma deles, então, em função do PELC a Secretaria surge e agora eles querem manter a Secretaria com essas pessoas. Eles estão organizando para que eles consigam fazer essas contratações. Tão logo eu tenha notícias, eu dou essas confirmações para vocês. Eu também estou na torcida por eles e, como eu fiz a formação lá, eu tenho um pouco a clareza de que houve um avanço muito grande. Eu fiz o AV1 e o AV2; eu não fiz o Módulo Introdutório deles, mas nesse grupo caiu muito bem na ideia do esporte enquanto direito, então, eu acho que lá se essas pessoas conseguirem permanecer na prefeitura tal qual o Secretário, que também participou de alguns encontros, eu acho que as ações podem ser muito parecidas com a que o Programa deixou lá.

L.A – E como é o diálogo e a relação de vocês formadores presenciais com os tutores do EAD?

S.R – Eu acho que ainda tem que ter mais. Eu tenho mais esse diálogo porque eu faço curso de EAD, então, eu fiz essa busca porque não é obrigatório para gente que é formador. Outra forma que eu venho percebendo é ir nas formações, a gente acaba ficando amigo e tem pessoas que a gente conhece, então, essas pessoas que eu conheço a gente sempre dialoga. Por exemplo, aqui a gente tem a Cida¹⁰⁸ tem a

¹⁰⁵ Programa Lazer Unindo Gerações

¹⁰⁶ Município do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁷ Município do Estado de Minas Gerais.

¹⁰⁸ Nome sujeito a confirmação.

Jenifer¹⁰⁹, tem a Lidiane¹¹⁰, essas são pessoas que constantemente eu estou encontrando. A gente conversa e vai debatendo sobre o que tem acontecido no EAD, o que vem acontecendo nas formações. Por exemplo, se um curso de EAD que não dá certo ou se some muitos alunos; quando a gente volta da formação vai perguntando porque isso acontece e tal. Mas um diálogo que firme uma relação de debate ou de uma conversa mais formalmente ou mais legitimada isso a gente não tem. E aí eu vou ser sincera: não sei se existe essa necessidade também porque eu acho que são programas que a gente pode... São ações que a gente tem notícia até pelo agente que está fazendo o curso, ele dá essa notícia para gente. Então eu não sei se precisa colocar isso em formato de congresso, de fórum, não sei se tem essa necessidade. Eu vejo o que vem acontecendo, todos os encontros são coletivos e o pessoal de EAD tem tempo, tem uma fala também, mas a fala que eu vejo mais interessante é nessa conversa: “Você que está em tal grupo, você que ficou com a turma que atingiu mais gente de tal lugar, como é que está lá?” Então esse diálogo acontece também.

L.A – Tem outro tema fora os que estão incluídos dentro dos módulos que já estão previstos para que todos os formadores trabalhem que você busca incluir na formação e por entender que ele é importante? Como é que você faz a escolha dos temas para trabalhar?

S.R – Eu até já expliquei isso um pouquinho, eu tento me pautar na ideia que o Ministério construiu coletivamente, até porque nós participamos da construção do Programa e a gente acaba tendo que legitimar um pouquinho desse conteúdo que está lá escrito. A gente também poderia inserir os conteúdos lá colocados, mas eu acho que a forma de escolher está muito relacionada à necessidade dos agentes de

¹⁰⁹ Nome sujeito a confirmação.

¹¹⁰ Nome sujeito a confirmação.

um determinado convênio. Por exemplo, convênios muito grandes, eu acabo seguindo muito as propostas que estão colocadas nas diretrizes do Ministério para a formação em função de não conseguir muitas vezes alcançar um grupo de, por exemplo, cinquenta pessoas na sala. A gente tem que ficar conversando e é muito complicado atingir ou entender todo mundo, então, a gente acaba se relacionando com o grupo. Eu sei que não dá pra atender todas as necessidades, mas em um convênio de um, dois ou três núcleos... Na verdade eu adoro os convênios de quatro núcleos que tem a quantidade de pessoas que eu posso ouvir bem e eles falam bem e a gente consegue partilhar informações muito bem. Nessas formações realmente escolho um filme melhor para aquela realidade, escolho uma temática, ou se, às vezes, a aula ia ser expositiva eu percebo que eles gostam de música então eu troco para uma música. Eu vou trocando ao longo da formação algumas metodologias, mas as temáticas acabam sendo contempladas, especialmente as temáticas que se relacionam com as diretrizes do PELC. Se a gente percebe, por exemplo, que um núcleo tem pessoas com alguma dificuldade de relação, como a questão homossexual, eu acabo me voltando muito para isso no núcleo, porque a ideia de direito perpassa por essa lógica. O que rege muito as minhas ações é tentar alcançar a ideia de direito junto com essas pessoas, mas de uma forma bem suave. Tento, a partir da lógica deles, mostrar que as outras pessoas também têm essa necessidade então, a metodologia, o conteúdo acaba sendo mais trabalhado ou menos trabalhado quando eu tenho essas percepções. Quando eu não tenho eu acabo abarcando mais a diretriz mesmo do Ministério.

L.A – Tem alguma outra coisa que você gostaria de registrar, que você ache importante e que eu não te perguntei?

S.R – Ai Luiza eu não sei [risos]. Deixa eu pensar... Olha, eu acho que o registro que eu tenho, que é quase um depoimento agora falando dessa forma é que, mesmo que eu tenho clareza que esses programas que a gente vem atuando, mesmo que a gente não dê conta de transferir a lógica de direito, de transferir o acesso para todos os beneficiários, de alguma forma eu tenho percebido que a pessoa que mais sai mudada de todo esse processo é o agente. Eu acredito que é uma política pública a formação dentro do programa PELC, é evidente que por essas metodologias, por essa leitura que a gente tenta fazer, por estudos dessa realidade, que a gente tem conseguido tocar esses agentes sociais e inclusive construído uma identidade de agente. Tem pessoas, por exemplo, que eu conhecia do convênio do Recife, que lá tinha um grupo e também tem uma história muito bacana; era um grupo que já estava tentando construir uma luta pra legitimar essa figura do agente de esporte e lazer e essas relações, essa ideia de lutar essa ideia de transformar, essa ideia de mostrar que esporte e lazer são direitos a ponto de legitimar um novo cargo público, tem alcançado algumas pessoas. Eu acho que isso mostra uma possibilidade da gente ter uma sociedade um pouco diferenciada nesse processo de leitura do que vem sendo proposto nas grandes mídias ou pelo mercado. O lazer pode ser relido através desses agentes e eu acho que é por causa desse encontro que existe dos formadores do Ministério com essa leitura que eles construíram através de muita luta. E também da história do PELC dentro do Ministério é de muita luta, então, tudo isso vem mostrando que a sobrevivência do Programa Esporte e Lazer da Cidade tem muito sentido, principalmente quando a gente encontra os agentes ou você conversa com eles pela internet e mostram o que eles estão fazendo, as ligações que eles têm com a comunidade. Esse é um depoimento que eu quero deixar registrado porque a gente também tem que acreditar. Se o formador não acredita a gente não tem muito braço para atuar. Mas não é simples não!

L.A - MUITÍSSIMO obrigada pelo seu tempo e por nos conceder essa entrevista. Em nome do Centro de Memória do Esporte, eu te agradeço.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Silvana Regina Echer

Entrevistada: Silvana Regina Echer

Entrevistadoras: Pamela Siqueira Joras e Luiza Loy Bertoli

Data da entrevista: 27 de abril de 2017

P.J. – Primeiro eu queria te agradecer por disponibilizar teu tempo para conversar conosco e eu gostaria que tu começasse falando um pouco sobre a tua formação e o teu envolvimento sobre a temática do lazer. Como que ela aparece na tua trajetória?

S.E. – De vida?

P.J. – Isso!

S.E. – Então, *de vida*, desde pequena eu sempre gostei muito de brincar no quintal grande da minha casa, na rua e de praticar esportes na escola. Na rua onde eu morava eu tinha muitos primos e crianças da vizinhança, então, a gente inventava muitas brincadeiras na rua. Tínhamos um vizinho mais rico lá, que construiu uma quadra de esportes de areia e então costumávamos jogar muito futebol e vôlei por lá. Eu vivia muito do meu tempo de livre, praticando esportes e me identificava muito com jogos de bola, qualquer um. Na escola eu comecei a fazer parte de uma equipe de handebol, que é um esporte que eu acabei praticando dos meus dez anos até eu engravidar, aos vinte e sete anos. Eu fui atleta de rendimento por muito tempo no handebol... Só que eu jogava vôlei também, eu ia de tarde para a

escola jogar vôlei, no horário que eu tinha livre, então, eu acabei vivendo muito todos os esportes, participando de Jogos Escolares e eu fui participando dos Grêmios Estudantis...

P.J. – De que cidade tu é?

S.E. – Caxias do Sul. Eu participava do Grêmio Estudantil das escolas que eu estudava, gostava de participar desse movimento de liderança e eu era diretora de esporte dos Grêmios dessas escolas, já com 13, 14 anos, quando estava na sétima e oitava série, e me metia nisso porque eu gostava muito de esporte. Então quando fui para o Ensino Médio, nesta escola eu fui convidada a participar de uma equipe de rendimento de handebol. Eu treinava três vezes por semana...era ótimo! Fiz muitas amizades que são fortes até hoje... A minha escola sempre ganhava os jogos escolares da cidade e aí a gente foi convidada para ser atletas *da* cidade, então, eu fui ser atleta da seleção da minha cidade e treinava todos os dias. Particpei daqueles jogos interestaduais, e a gente acabou ganhando vários campeonatos e ficamos mais na vitrine... Em consequência disso, foi convocada para a seleção gaúcha de handebol, que daí tu vai representando o Estado para os Jogos Universitários que na época tinha. Então a minha experiência na área do esporte envolve tanto o esporte recreativo, que eu brincava jogando vôlei na escola de tarde e na quadra da rua e depois fui acabar no esporte de rendimento, fazendo parte da seleção da minha cidade e depois do estado. E depois tive uma experiência, a convite do meu técnico para apoiar ele nas escolinhas de base e a partir dali eu vi que eu tinha um jeito para ser professora de Educação Física. Só que na época do vestibular, eu estava em dúvida se cursava a graduação de Educação Física ou de Matemática, porque eu tirava ótimas notas em Matemática e até ensinava meus colegas. Graças a Deus eu fui para Educação Física, e assim já faz vinte e sete anos e eu

continuo apaixonada pela Educação Física. Na época eu tinha um sonho: que a gente pudesse fazer o esporte para todo mundo, como eu vivi na minha história...eu brincava de jogar e depois virei atleta. Como eu fiz parte de movimentos estudantis desde adolescente, acabei fazendo parte do Diretório Acadêmico (DA) da Educação Física e lá a gente fez várias revoluções do jeito que a gente fazia a graduação em Educação Física. Tu eras avaliada pela performance, não necessariamente se tu era um *bom* professor! Por exemplo: Na disciplina de Atletismo, se você corria 100m em 10 segundos, ganhava dez. Dez segundos não: treze segundos, que eu me lembro que essa era o meu tempo. Dez é quase o Bolt¹¹¹, então, eu ia muito bem na faculdade, porque eu já era atleta e então as minhas notas eram legais, mas isso era uma forma injusta de avaliação, pois para ser um bom professor não é necessário ser um bom atleta.

P.J. – Tu cursou Educação Física aonde?

S.E. – Na UCS¹¹² em Caxias do Sul. E fazendo parte do Diretório Acadêmico a gente foi vendo que isso aí não era uma avaliação justa para ser professor; pois ter uma boa performance nas aulas não significaria que você seria um bom professor e isso com o nosso movimento estudantil conseguimos alterar essa forma de avaliar. Então essa parte também do *movimento* estudantil, de fazer parte dessa articulação, porque nós estamos falando dos anos 80, de 1984 a 1987 foi a minha formação de Educação Física. E eu jogava handebol no meio disso tudo, fazia parte do time da faculdade também. Então, basicamente a faculdade era voltada para as disciplinas ligadas aos esportes e na área do lazer, só tivemos uma disciplina de recreação, que envolvia mais organização de brincadeiras infantis e organização

¹¹¹ Usain Bolt.

¹¹² Universidade de Caxias do Sul.

de ruas de lazer, não tinha essa visão que temos hoje sobre o lazer como um direito social. Logo que me formei eu passei no concurso para ser professora de Educação Física da rede pública de Caxias e aí fui dar aula na numa região bem carente e aí, tu te puxa muito também, para essa coisa do esporte educacional. Então, na escola montei as escolinhas de handebol, articulei toda essa área dos alunos que iriam participar dos jogos escolares, pois já estava acostumada a participar de campeonatos e queria oportunizar essa experiência para os alunos também. No turno contrário do meu trabalho na escola pública, juntamente com uma sócia, abrimos uma escola infantil. Então, buscando sempre melhorar, fui fazer uma Pós-Graduação em Educação do Movimento na UCS. Uma das minhas colegas da Pós, a Cláudia Bonalume, foi convidada para ser Diretora do Departamento de Esporte de Caxias na segunda gestão do Pepe Vargas¹¹³, que tem uma linha ideológica democrática e popular. Como ela já sabia desse meu caminho na política estudantil e também do meu perfil de administração por causa da minha escola infantil, então me convidou para ser Diretora de Planejamento e Pedagógico deste departamento que depois de dois anos virou secretaria. Eu não sabia *nada* de política pública, a gente só aprende na faculdade dar aula de basquete, handebol e vôlei e, te convidam para um cargo de planejamento de atividades para a cidade na área de esporte e lazer, então, foi muito estudo para conseguir dar conta de todas as demandas, mas que com um trabalho de equipe, deu certo. A experiência do passado de ter vivido numa equipe, sendo atleta, contribuiu emocionalmente neste trabalho, onde cada um dava o que tinha de melhor e tudo fluiu muito bem. Trabalhar de 2001 a 2004 na gestão esportiva da minha cidade foi a melhor experiência profissional da minha vida, pois meus olhos se abriram para outras possibilidades. Sair da sala de aula e ajudar na

¹¹³ Gilberto José Spier Vargas. Prefeito de Caxias do Sul pelo Partido dos Trabalhadores no período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2004.

gestão da minha cidade, que não é pequena foi um grande desafio, pois Caxias do Sul tem quinhentos mil habitantes. Tínhamos que pensar quais os programas que iríamos fazer para a população, pois o departamento tinha um recurso muito pequeno, e era destinado quase todo para a realização de um campeonato de futebol para homens e a gente chegou com uma visão mais ampla de acesso para todos. Essa minha secretária ela estudava muito, ela e toda a equipe éramos formados em Educação Física, o que isso é uma coisa rara também. Não éramos cargos políticos e sim todos técnicos da área, então, a gente estudou muito sobre como fazer planejamentos de programas, projetos para a cidade e tal. A visão democrática e popular envolve muito o ouvir as pessoas, então, a gente começou a organizar reuniões nos bairros e fazer as conferências municipais de esporte, onde as pessoas respondiam a uma pergunta basicamente: “Que proposta vocês querem que a gente faça para política pública da cidade?” Nós fizemos um diagnóstico da realidade, baseado no que as pessoas queriam, através das reuniões e dessas conferências municipais e a partir daí foi se constituindo os programas e ações, como por exemplo: a criação de um fundo municipal de esporte e lazer, a criação da secretaria de esporte e lazer e propostas para atividades físicas para idosos e crianças, isso lá em 2000. E nestes 04 anos foram criados muitos projetos que resistem até hoje, bem como foi constituído a Secretaria de Esporte, que enquanto departamento tinha um orçamento de 0,4% quando virou secretaria conquistamos 1,4% do orçamento municipal. Foi criado também um fundo para incentivo ao esporte, onde 1% do IPTU¹¹⁴ que era arrecado era destinado aos projetos da comunidade que eram aprovados por uma comissão para receber os recursos. Nesses quatro anos que a gente ficou na gestão, em Caxias, a gente tinha muitas formações e convidava o pessoal de

¹¹⁴ Imposto Predial e Territorial Urbano.

⁵ Rejane Penna Rodrigues.

Porto Alegre que já estava na gestão há mais tempo: a Rejane¹¹⁵, a Eneida¹¹⁶, o Gilmar¹¹⁷, a Léo¹¹⁸, eles vinham nos capacitar em programas sociais e compartilhar o que estava acontecendo na gestão deles, sugerindo ideias de como fazer, a gente não sabia... Porque a gente saía da faculdade, naquela época, às vezes, sem saber o que é política pública de esporte e lazer, nem como se faz um projeto. Então, tivemos que, em quatro anos, se puxar muito e eles vinham ajudar.

O Nelson Marcellino¹¹⁹ e a Leila¹²⁰ vieram também dar formação sobre o desenvolvimento de políticas públicas sociais de esporte e lazer, sobre como trabalhar nas comunidades, porque é muito mais difícil fazer política sistemática do que organizar um campeonato de futebol. Quando se organiza um campeonato, abre inscrições para as equipes, contrata a arbitragem, fica lá olhando o jogo acontecer, faz a premiação e deu. Então tem muitas prefeituras que ainda estão nessa lógica do campeonato, gasta todo o dinheiro em evento, e a nossa lógica era outra a da inclusão social e democratização do acesso as atividades de lazer para todas as idades então, este lastro do esporte num viés mais participativo eu vivencie na secretaria. Então, foi uma experiência fantástica, que contemplou um pouco do sonho que eu tinha de ver a inclusão social através do esporte. Lá também foi implantado o Orçamento Participativo, com plenária temática sobre esporte e lazer, onde discutíamos sobre quais seriam as prioridades de investimento dos recursos da secretaria. Participavam em média, umas duzentas pessoas de associações e ligas esportivas da cidade. Tínhamos também os Fóruns onde apresentávamos os resultados do trabalho, de tudo aquilo as pessoas sugeriram no início da gestão, mostrávamos como estava a situação atual: “Vocês queriam criação do

⁶ Eneida Feix.

⁷ Gilmar Tondin.

⁸ Maria Leonor Brenner Ceia Ramos.

⁹ Nelson Carvalho Marcellino.

¹⁰ Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto.

fundo? Então, aqui está”. Explicávamos como ele tinha sido criado e como estava funcionando! Queriam proposta para idosos, então a gente montou algo tipo, o programa Vida Saudável hoje, mas se chamava Grupos de Convivência e criamos o NAC que era Núcleo de Atendimento na Comunidade, então, a gente tinha atividade sistemática para os idosos, para jovens e crianças, tipo o PELC¹²¹. A Claudia¹²², que foi a Secretária, depois de uns anos que saímos da gestão municipal foi convidada para ser coordenadora do PELC no Ministério do Esporte. Então, as propostas dos programas implantados em Caxias do Sul junto com os de Porto Alegre foram balizadores de quando implantaram o PELC, devido a essas experiências de administrações populares. E eu, voltei para a escola, quando encerrou a gestão. Depois de uns 05 anos, abriu o processo seletivo do PELC e fui aprovada como formadora. Tenho certeza que o que me ajudou a passar foi a experiência pessoal nos esportes, a experiência na gestão pública e os estudos realizados na área, além da minha paixão pelo que faço.

P.J. – Tu lembra por volta de quando isso aconteceu?

S.E. – Eu comecei em 2008.

P.J. – No PELC?

S.E. – É. Na verdade em 2006, eu já acompanhava as ações do Ministério do Esporte participando como delegada das Conferências Nacionais do Esporte em Brasília. Neste período eu tinha duas nomeações de 20h e trabalhava manhã e tarde na rede de ensino municipal da prefeitura de Caxias, mas me exonerei de um concurso,

¹²¹ Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

¹²² Cláudia Regina Bonalume.

para investir em outras frentes e poder ficar mais com a minha filha, que daí ela estava na adolescência e eu queria ficar mais por casa, o que me deu abertura de entrar no processo seletivo do PELC, porque uma vez por mês, por 3 dias a gente vai para alguma cidade, que tem convênio com o PELC para realizar os módulos das formações. Eu também abri na época, uma empresa de consultoria, onde presto o serviço de elaboração de projetos para entidades de todas as regiões do Brasil para captar recursos do Imposto de Renda, através da Lei Federal de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte que começou em 2007. Então, também por estar nesse *métier* do esporte é que eu fui me desenvolvendo, ampliando o leque de possibilidades de trabalho também. E hoje está muito melhor do que ficar dois turnos na escola, eu ampliei muito minha visão pelo trabalho de gestão exercido na Secretaria porque parecia que a escola me “emburrecia” ao ficar todo o tempo ali naquelas aulas. Eu falei “Não, a minha alma estava ficando triste. Meu corpo estava ficando doente. Precisava de outros desafios.” Então eu me exonerei em um turno e me arrisquei nessa outra área.

P.J. – Tu comentou sobre processo seletivo para ser formadora. Como foi essa preparação para ser formadora do PELC?

S.E. – A preparação para entrar no processo seletivo ou a preparação depois que eu viro formadora?

P.J. – Depois que vira formadora.

S.E. – Então, a formação específica é através dos encontros de formação de formadores, que geralmente acontecem uma vez por semestre em Brasília ou Belo Horizonte. Eu acho que a bagagem dessa história que vivemos na prática da gestão, contribuiu muito, mas não só. Eu fiz três especializações na área e consegui fazer o mestrado só

agora. Porém, fica fácil compartilhar os conteúdos nas formações porque tu sabe o caminho que faz a política acontecer na prática, dá muitas dicas de como fazer e tal... e as teorias vieram embasar essa prática. Depois que eu entrei no PELC, cada formação que desenvolvo, a gente cresce junto porque os problemas são constantes: tu chega lá e tu tem que ajudar a montar grade de horários dos agentes e das suas oficinas, todos esses conteúdos sobre esporte, sobre lazer, inclusão social então, como eu já tinha uma bagagem, o processo fica mais tranquilo, porque além de ter vivido na prática durante a gestão na secretaria, eu também tenho bastante experiência de docência na área, são 27 anos de sala de aula. A primeira formação do PELC, tu vai junto com um colega, aí tu vê como que é e depois você tem que realizar a próxima formação sozinha, mas foi tudo tranquilo. Esses encontros de formadores são muito ricos, pois nos capacitamos mais e trocamos muitas experiências entre todos. Outra coisa que acontece é que às vezes somos escalados para fazer uma formação com mais de um formador, pois quando o convênio tem mais de 6 núcleos, é necessário ir 02 formadores. Então, cada um também tem um jeitinho de fazer a formação, não existe uma linha, cada um tem um jeito e assim aprendemos um com o outro, para melhorar sempre. E nós do Sul, o Gilmar, a Eneida, a Léo, não sei se vocês conheceram, conversaram com esse pessoal?

P.J. – Entrevistamos também.

S.E. – Um tempo atrás, nós éramos em oito formadores do sul, então, sempre fomos muito unidos e trabalhávamos de forma coletiva, então a gente acabava sendo até uma referência para o grande grupo. O coletivo do Sul como a gente chama é formado pelo pessoal que viveu na prática a política pública, porque o Gilmar, a Eneida, a Léo, e os demais todos eles vêm da gestão de uma Secretaria de Esportes, não

só da academia, da universidade, então, a gente tinha bastante facilidade no compartilhar a forma *de fazer*. E o que a formação do PELC precisa é orientar como se faz lá na ponta! Então, o primeiro processo de formação foram os encontros do coletivo do Sul, que é esse povo que me ajudou muito e as formações do Programa aqui em BH, que a cada semestre a gente se encontra e é muito rico.

P.J. –E vocês fazem formações com o PELC Todas as Idades? tem o Vida Saudável e depois surgiu o Povos Tradicionais. Tu trabalha nas três frentes?

S.E. – Faço as formações do PELC e do Vida Saudável, mas ainda não me convocaram para os indígenas e quilombolas¹²³.

P.J. – E qual a diferença de fazer a formação para um e fazer a formação para o outro?

S.E. – Então, os conteúdos são parecidos, mas o foco no programa Vida Saudável é atividades para um público acima de sessenta anos, então, desenvolvemos a questão da promoção da saúde, do envelhecimento, coisa que a gente fala também no PELC, mas não aprofunda tanto como no Vida Saudável, pois o PELC, envolve da faixa etária das crianças até idosos. No PELC trabalhamos as características das faixas etárias, os conceitos de esporte, lazer, inclusão social, usando estratégias como aulas práticas, vídeos, músicas, dinâmicas, apresentações orais, mostrando a realidade do público-alvo do programa. O módulo introdutório são três dias, seis turnos onde tu tens que fazer tudo isso, além da preparação da grade dos horários das aulas. É quase uma faculdade inteira, em três dias, porque a pessoa que não é da área ou não entende muito que participa da

¹²³ Referência ao com PELC Povos e Comunidades Tradicionais.

formação, ela tem que sair entendendo de um pouco de cada, nessas poucas horas, o que é um desafio bem grande para nós formadores. A diferença também é que basicamente a gente pode no Vida Saudável aprofundar mais sobre o envelhecimento, sobre a promoção da saúde, sobre as atividades que podem ser feitas para as pessoas idosas. Por exemplo, eu percebo que quando dou formação no Rio de Janeiro ou Ceará, eles não conhecem o Câmbio¹²⁴, que lá no Sul é bem famoso. Então o Câmbio, o Basquete Reloginho, a gente foi implantando nas oficinas práticas das formações porque muita gente não conhece. Na ginástica, na atividade física, na caminhada, na dança, no artesanato, então, eu acho até que a gente consegue aprofundar os conteúdos mais na formação do Vida Saudável do que na do PELC, porque o PELC é maior, atende da criança até o idoso. No Vida Saudável é só o público idoso, então vejo que os conteúdos eu consigo aprofundar mais. A diferença também que eu vejo é no módulo de avaliação 1 e 2 quando visitamos as oficinas e ouvimos os relatos dos impactos na vida dos participantes: o idoso é bem participativo do processo, quando a gente vai para o módulo de avaliação, eles vem para as reuniões e então é emocionante os relatos, às vezes eu choro com o relato dos impactos na vida deles, porque eles te contam o *amor* que ele tem por aquele professor, o *amor* que ele tem por aquelas aulas, as mudanças significativas que o programa trouxe para a vida deles, e ainda dizem: “Tu não vai fechar o programa, né?” Então tu tem que explicar que ele tem início, meio e fim; que vai acabar, que eles precisam se articular e o bom é que o idoso se articula; eles vão nas reuniões, eles batem panela, eles vão lá no prefeito dizer para não acabar. Nem sempre funciona, mas eles defendem o Programa. O PELC Todas as Idades têm muita criança, também tem os idosos e é a mesma lógica: quem parece que defende mais ou tem poder de falar são os idosos, os adultos. E tem as

¹²⁴ Jogo de voleibol adaptado.

crianças, mas elas têm vergonha de falar. Outra coisa, no PELC, a maioria dos agentes são acadêmicos, eles sentem um pouco de insegurança de trabalhar com os idosos, e demonstram ânimo para realizar oficinas para as crianças e adolescentes, então o nosso papel é também dar subsídios para empoderá-los a realizar as oficinas para adultos e idosos. A diferença na formação que tu perguntou? É basicamente isso, na formação do Vida Saudável tu consegue aprofundar mais o conteúdo porque é um público específico, acima de sessenta anos e os relatórios dos impactos parecem ser muito mais significativos na hora do relato.

P.J. – E como formadora tu percebe alguma diferença no perfil desses agentes que trabalham em um e outro programa do PELC?

S.E. – Sim, geralmente quem vai para o Vida Saudável é um pouco mais maduro, me parece, porque ele já sabe que é com idoso e nem todo acadêmico novinho gosta. Muitos têm medo, sabem pouco do que fazer com os idosos, porque isso é real. Eu fui agora em uma cidade, para fazer o encerramento de um convênio que é o módulo de avaliação 2 e eles fizeram um evento, quando eu cheguei estava tudo montado, tipo um circuito funcional, com colchonete, bola de pilates, anilhas, jump. E então, eles começaram a aula preparada por um professor formado em educação física...comecei a ver aquelas senhoras de oitenta anos deitadas fazendo os abdominais, pulando no jump e tal. Eu gelei! Esse professor tinha entrado para trabalhar só no final do convênio, não fez todos os módulos da formação, mas era formado na universidade. Então, se ele tivesse feito lá no comecinho, no Introdutório I talvez ele faria diferente, ou não. É como a gente fala: às vezes tu orienta, mas lá na prática é outra coisa, então, eu acho... Como era mesmo a tua pergunta?

P.J. – A diferença do perfil dos agentes.

S.E. – Geralmente deveria ser alguém já formado na Educação Física e mesmo assim não garante a segurança, como contei, porque na faculdade, acho que nem vocês agora têm uma disciplina só de atividade física para idoso. Não sei se tem, tem?

P.J. – Em Santa Maria eu tive.

S.E. – Tem ali na UFRGS¹²⁵?

L.B. – A gente ali na UFRGS não!

S.E. – Então, é normal o agente se sentir inseguro, pois a maioria não tem uma disciplina sobre atividade física para a pessoa idosa na faculdade e nós formadores, em dois ou três dias temos que dar uma base do que o agente tem que fazer nas oficinas com os idosos. Então, por isso, que o Programa tem como princípio a formação em serviço onde o grupo de agentes tem no seu horário de trabalho, 04 horas semanais para estudo e planejamento. A coordenação pedagógica do convênio tem que organizar nas reuniões de formação durante a execução, convidando alguém especialista em gerontologia, em atividade física para idosos e tal, porque não damos conta de aprofundar, nos módulos tantos conteúdos.

L.B. – No caso, vocês formadores passam uma base, mas quem realmente coloca em prática são os agentes.

S.E. – Passamos uma base nessas 24 horas que ficamos na cidade, entende? Tu dá umas três horas mais ou menos de como é, cada

¹²⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

conteúdo da programação, mas imagina que tem vários interesses do Lazer. Tu fala dos físicos, dos esportivos, tu fala do artesanato. Tu tem que falar meio que um ‘geralção’ e por isso tem as formações em serviço, para eles estarem estudando semanalmente e trazendo gente para ajudá-los...

P.J. – Tu falou um pouquinho sobre as formações, fala um pouco sobre as visitas, como elas acontecem?

S.E. – As visitas pedagógicas? Elas acontecem um dia antes da formação do “AV I”¹²⁶ e, como eu geralmente vou fazer a formação, eu gosto de visitar os núcleos, desde o Módulo Introdutório I. Se der, no Introdutório II, eu gosto de ver como eles estão andando e ouvir as pessoas. Para mim, as visitas, se é de um núcleo só, é tranquilo, porque é um dia. Agora onde tem uma cidade que tem seis núcleos para tu visitar, tu tem que dividir um dia em seis visitas. Então tem vezes que a gente vai, mas não consegue visitar todos os núcleos. Eu gosto muito de falar com as pessoas que estão sendo atendidas, porque esse *feedback* está mostrando se o agente está trabalhando, se está acontecendo a oficina na hora, tu consegue já pegar se é “migué” dos caras ou se realmente a coisa está funcionando. Geralmente os participantes falam sempre bem, então, nas visitas pedagógicas acontece isso: tu vai ver se tem as placas, se tem algum cronograma colocado nos locais, qual o impacto que está gerando, tu vai ver documentos do convênio na cidade.

P.J. – Tu falaste dos locais que tu atua, conte algo sobre isso.

S.E. – Então, eu sou formadora ligada a região Sul, só que no Sul ultimamente tem menos convênios. Atualmente somos em três

¹²⁶ Módulo de Avaliação I.

formadores. Como eu morei um tempo em Salvador, porque eu fiz um mestrado lá na UFBA¹²⁷, eles me mandavam para o nordeste também, já que eu estava lá, entendeu? Acabei indo para o interior do Ceará, também para Fortaleza e fui para o Rio de Janeiro. Fui para Tanguá, Três Rios, São Gonçalo. Fui para Mogi das Cruzes em São Paulo... Antes eu ficava só no Sul, ali Porto Alegre, Garibaldi, Rio Grande e ultimamente, eles têm nos solicitado mais para o nordeste, porque o nordeste vocês viram também, é um dos locais que tem mais convênio, tem mais demanda de formação.

P.J. – E das formações que tu realizou até agora, tu comentou também um pouquinho dos usuários avaliando bem o Programa. O que tu destacaria nessas formações que tu realizou até hoje? Teve experiência que não foi tão boa também?

S.E. – Então, quando eu comecei, fui junto com outra formadora do sul, a Eneida para a formação no convênio em Ivoti, perto de Porto Alegre. Nesta cidade teve duas execuções de convênio do PELC e nós, formadoras estávamos instigando eles para ter autonomia e seguir sozinhos sem o dinheiro do Ministério, porque a gente já sabia também que não ia mais ter recursos para um terceiro convênio. E foi muito lindo, todo o movimento que aconteceu na cidade, houve uma transformação com esse Programa, é muito legal de ouvir os depoimentos. A prefeita saía na rua e o pessoal dizia: “Tu não vai acabar com esse Programa”, ela contava para a gente. Então eles criaram uma lei própria e houve a constituição de um programa da cidade que funciona até hoje com recursos da própria prefeitura. Para mim é muito rico ver como realmente é possível uma cidade municipalizar, como a gente tinha lá em Caxias. Então, foi muito lindo ver a cidade de Ivoti conseguindo fazer isso, a lei de criação de um

¹²⁷ Universidade Federal da Bahia.

programa próprio, chamado PLUG - Programa Lazer Unindo Gerações. Daí essa lei do PLUG constituiu um concurso para a criação de cargos para agente social de esporte e lazer, sendo uma das poucas cidades brasileiras que tem concurso de agente social, então nunca mais o programa vai sair da cidade. Quando os vereadores constituíram a lei, foi votada, aprovada e tem recurso *próprio* para o Programa. Essa situação é um êxito para nós porque uma das diretrizes do PELC é a municipalização. A gente ensina muito como fazer para municipalizar e eu, como tive essa experiência lá em Caxias do Sul, dou vários passinhos de como fazer e quando funciona, tu fica bem feliz, né? Em Balsa Nova no Paraná é uma cidade que foi muito *top*, na execução do programa Vida Saudável. O pessoal era muito comprometido e tudo funcionava. Mulheres fantásticas na coordenação e muito organizadas, além dos agentes eficientes. Eles ultrapassaram a meta dos duzentos idosos, então, eu fico muito feliz também com o trabalho que esse pessoal conseguiu fazer e de alguma forma, é o retorno daquilo que tu trabalha. Tu vê que acontece quando as pessoas querem. O conselho gestor que é difícil de ver funcionar, lá funciona. O senhorzinho que é o presidente, ele vai de bicicleta nas ruas chamando o povo para virem para as oficinas. Ele e algumas senhoras também participavam ativamente nas reuniões do conselho gestor para falar e encontrar estratégias para que as oficinas não acabassem, e até a entidade de controle social participava de todas as formações. Esses dois convênios me chamaram bastante atenção. Os relatos dos impactos são positivos, acho que é porque a gente faz toda uma dinâmica de empoderamento e autoconfiança do agente, que às vezes ele chega com medo, porque ele nunca trabalhou e então reforçamos na formação, a importância que o agente tem neste programa e o respeito que o agente tem que ter por cada participante, que ele também é importante. Um dos conteúdos do Introdutório I é o planejamento participativo e então debatemos na teoria e vivenciamos na prática

também como se organiza um evento de forma participativa. Então criamos e preparamos um micro evento que acontece no último turno da formação. Isso acaba fazendo a criação de um vínculo entre todos rapidamente, constituído em comissões por afinidades: infraestrutura, alimentação, divulgação, decoração e animação. Por exemplo: Ensinamos como que é a constituição de um evento na teoria, como faz uma reunião na comunidade, como articular e comprometer todos para participar e como avaliar para um próximo evento, pois eles terão que fazer um evento por mês, de forma participativa, pois essa é uma das diretrizes dos dois programas. Porque falar de planejamento participativo é fácil, mas se tu não ensina na prática *de verdade*, o acadêmico ou o líder comunitário não sabe fazer, nem nós às vezes sabemos, pois na educação em geral, não vivenciamos o processo participativo. A proposta do evento é uma festa dentro da nossa formação. Então, simulo uma reunião na comunidade com escolha de um redator para anotar as ideias e começamos a perguntar: “Vamos fazer a festa com algum tema? Festa do quê? Vai ser de máscara? Fantasia? Arraial? O que a gente vai inventar? O que tu gostaria que tivesse? Então a gente vai construindo a temática da festa de forma participativa e depois constitui as comissões de trabalho por afinidades. Os que gostam de decoração ficam juntos, os de animação constituem outro grupo, os de alimentação, infraestrutura e divulgação constituem outros grupos. Também é eleito um coordenador geral e cada comissão deverá ter um coordenador. Durante os três dias eles se articulam e organizam a festa no último turno da formação. Eu vejo que é um negócio legal, que rapidamente “quebra o gelo” entre os participantes e os vínculos acontecem entre os agentes, fator importante para a motivação do trabalho. Então é a parte que eu acho mais legal e que eu vejo que eles sempre elogiam essa atividade, que é a mistura da teoria com a prática, como que faz na prática... Eu gosto muito do Introdutório I, porque ali eu consigo

dar essa base toda. O meu mestrado foi uma reflexão sobre a formação sob o olhar dos formadores e no meu ponto de vista o primeiro módulo teria que ter quatro dias, porque é muito conteúdo para pouco tempo; pois os agentes sempre escrevem na avaliação da formação: “Seria bom que tivesse mais um dia”, porque se tu faz também a teoria e a prática não se torna cansativo para as pessoas que estão ouvindo, porque tu faz todo o tempo eles falarem, se articularem. Às vezes, criamos uma gincana durante a formação, aprofundando o assunto de forma lúdica, porque é chato para caramba tu ficar sentada todo o tempo só ouvindo. Talvez o lastro da Educação Física da escola me ajudou a fazer uma formação mais leve, mas isso não significa que não aprofundo, entende? Evito textos de leitura muito grandes, ninguém gosta de ficar lendo 10 páginas na formação, então deixo os textos grandes para a coordenação pedagógica fazer a discussão na formação em serviço semanal que o convênio tem que fazer com os agentes. Eu particularmente sou apaixonada pelo PELC e pelo Vida Saudável. Para mim é uma realização profissional trabalhar como formadora de um programa de inclusão social. Então eu gosto de proporcionar ações na formação para que as pessoas se apaixonem também e assim, elas buscam mais conhecimento de como fazer e pelo que tenho visto, tudo flui melhor quando tem o despertar deste amor. Eu continuo apaixonada pela Educação Física, mesmo depois de 30 anos de formada, pois ela nutre a minha alma. Chego a me emocionar, pois aquele sonho que tu tem quando tu jogava na rua, vira atleta, depois professor e ver que tem mais gente que pode jogar na rua também e que mais gente pode ter acesso a isso, que não é só ter dinheiro para ter acesso. Então, agora tem programas sociais assim e que as prefeituras pequenas de todo país não gastam muito dinheiro com isso, pois vem recursos do Governo Federal... Saber o impacto que gera de remédio a menos, de fisioterapia a menos, seria bom também que as prefeituras continuassem a investir nesses programas que é

baratíssimo, diante do impacto que são gerados. Eu falei para o prefeito outro dia de uma cidade: “Você só precisa gastar sete mil por mês em um programa de lazer e saúde para quatrocentos pessoas, você só precisa pagar os professores agora, pois o material está todo aí.” Então, como é que os prefeitos não se dão conta de um negócio desses? Eu fico com vontade mesmo de trabalhar, porque eu vejo o impacto social na autoestima, na saúde, na convivência e no bem viver das pessoas beneficiadas pelos programas. Então, dá vontade de estar sempre atuando nas cidades, porque levar uma coisa que é uma semente de luz para muita gente, como eu ouço das mulheres idosas, principalmente, dizendo sobre as doenças, sobre a tristeza e solidão que elas viviam e às vezes só a participação nesses grupos de ginástica ou artesanato já acalentam a vida delas, trazendo de volta a vontade de viver.

P.J. – Tu comentou dos impactos. Na tua opinião, como essas formações têm impactado nos núcleos?

S.E. – O impacto das formações nos agentes, eu acho que não é suficiente. Por isso, eles recebem 04 horas para estudarem juntos semanalmente. Com o tempo da formação presencial, a gente observa que já acontecem coisas boas e mais com o apoio da EaD¹²⁸ e com a reunião de estudo semanal fica tudo muito melhor. O impacto da formação que gera no agente quando eles escrevem no instrumento de avaliação, é quase sempre muito positivo, entendeu? Eles escrevem que aproveitaram os conteúdos, que as explicações são claras e que a parte prática ajuda no entendimento dos conteúdos, então, me parece que as formações geram impacto positivo.

¹²⁸ Educação à Distância.

P.J. – Uma das diretrizes do PELC é o direito ao esporte e lazer. Tu acha que ele vem cumprindo com essa proposta ao longo do tempo?

S.E. – Acho que sim. Acho que esse é o principal motivador do nosso trabalho, é colocar essa democratização do acesso para qualquer pessoa, ainda mais o PELC que atende da criança à pessoa idosa, pois não existe nenhum programa que tenha essa abrangência, a nível nacional. Algumas sementinhas a gente está jogando nesse universo... Tu vê que são 5667 cidades no Brasil e tem somente 120 convênios. Claro que a gente já fez formações para muitos outros convênios nestes 14 anos do PELC, então, essa sementinha, já floresceu em algumas cidades, como em Ivoti, que caminha com recursos próprios. Para mim, o PELC, além do direito ao acesso do esporte e lazer, ele tem um viés da conexão entre as pessoas, pois a gente se afastou como seres humanos da convivência, de estarmos juntos e então, o programa através das oficinas, une as pessoas e tem “curado” muitas almas. Parece incrível: esses “milagres” que tem gerado nessas mulheres e nos homens, mas muito mais nas mulheres, é lindo de ver. Como te falo: eu que milito nessa área do movimento estudantil desde a adolescência, defendendo a importância do esporte na vida das pessoas e sobre o movimento de reivindicação dos direitos com acesso a todos, não te deixando dominar pelo sistema, então, é muito encantador fazer parte desse processo todo. Então assim, o direito é isso, eu acho que sai da lógica do esporte salvacionista, desse negócio que esporte tira a criança da rua. E eu falo: “O programa chegou para colocar as crianças na rua, para o agente justamente brincar com elas. Não é para tirar da rua, é para mandar para a rua” [risos]. O programa desenvolve atividades na rua, na praça, na quadra, no salão. Muitas pessoas ainda não sabem que na Constituição Federal, no artigo 6º e 217º dizem que temos direito ao acesso ao esporte e lazer e que é dever dos Governos proporcionar atividades para a população, então o

programa atende essa demanda, não é um presente que levamos, é um direito atendido.

P.J. – Tu falou desse dia a mais na formação. Na tua opinião, o que poderia ser feito para qualificar ainda mais o Programa?

S.E. – O programa ou a formação?

P.J. – Pode ser os dois.

S.E. – Então, sobre a formação já comentei. Sobre o que qualificar no programa é um assunto bem complexo, pois nós formadores não sabemos todas as dificuldades de operacionalização do programa no âmbito interno do Ministério. Temos pontuado a necessidade constante de encontros entre os formadores, o pessoal da EaD, vocês do Centro de Memória e os técnicos do Ministério para a discussão de alguns gargalos operacionais e pedagógicos dos programas, para os quais estamos sempre tentando encontrar soluções. Por exemplo, uma das dificuldades encontradas e que tem relação com a gestão dos programas é que a maioria dos agentes contratados pelas prefeituras é formada por acadêmicos ou profissionais de Educação Física, não favorecendo a oferta variada de oficinas em outras manifestações do lazer. Então, quando vamos desenvolver a formação, percebemos que, às vezes, não há os profissionais qualificados para desenvolver as atividades de teatro, dança, artesanato, música, entre outros do campo artístico-cultural. Para evitar isso, deveria ter bem claro, no manual de orientações aos convênios, a exigência de que no processo seletivo dos agentes, houvesse a vaga para o pessoal qualificado para as diversas oficinas de: atividades físicas, esportes, artesanato, música, dança e lutas, por exemplo.

L.B. – Eu acho então que as minhas perguntas vão agregar nessa questão dela. Mais para conhecimento mesmo, quanto tempo dura a formação dos agentes?

S.E. – São quatro módulos: No quarto mês de estruturação do convênio tem o Módulo Introdutório I, vinte e quatro horas em três dias; depois do segundo mês de execução tem o Módulo Introdutório II, de vinte e quatro horas também. Depois temos o Módulo de Avaliação I no décimo mês de execução que é de dezesseis horas, dois dias, sendo que no dia anterior a este módulo fizemos a Visita Pedagógica nos núcleos e no último mês de execução, realizamos o módulo de Avaliação II, sendo dezesseis horas também. Então durante o convênio, os formadores se deslocam quatro vezes para a cidade, acompanhando a execução do início ao fim. A prefeitura envia o ofício solicitando a formação para o Ministério e eles encaminham o pedido para a UFMG e daí convocam os formadores.

L.B. – Certo, no caso é pouco menos de um ano a formação?

S.E. – A formação é durante a execução do convênio, que geralmente era de 24 meses. No último edital o convênio tem duração de 18 meses.

L.B. – Sim, mas, por exemplo, quando tu junta todos os agentes, da dança, da educação física, do violão, todos nesse mesmo dia. Tu viaja para fazer essa formação?

S.E. – Isso, todos juntos no mesmo período. O convênio do PELC que só tem um núcleo terá na formação os seis agentes e mais os coordenadores de núcleo, pedagógico e geral. Quando são seis núcleos, deveriam participar trinta e seis agentes, seis coordenadores de

núcleo, mais uma coordenadora pedagógica e geral. Então, o número de núcleos depende do tamanho da cidade, pois cidades pequenas têm um núcleo só e cidades maiores de cem mil habitantes podem pedir até seis núcleos.

P.J. – Silvana, tem alguma coisa que a gente não perguntou que tu gostaria de compartilhar?

S.E. – Não, porém reforço a importância dos Encontros de Formadores serem realizados com mais frequência, para que possamos ter tempo de discutir temáticas relevantes da área e compartilhar novas de estratégias metodológicas para abordar os diversos temas desenvolvidos nas formações. Eu acho que falta um pouco mais de tempo de diálogo somente entre os formadores, porque nós somos todos de regiões diferentes, para ajudar nessas coisas mais do dia a dia da formação, de como que tem sido feito a distribuição dos conteúdos na programação, de compartilhar material pedagógico e tal. Outra coisa que tem acontecido é que o pessoal das prefeituras tem muita dúvida sobre os aspectos burocráticos e administrativos do convênio e então eles querem uma resposta da gente, porém são assuntos relacionados a parte técnica e operacional do Programa e isso nós formadores não temos como responder, pois, somos da área pedagógica. Seria bom que nestes casos, algum técnico do Ministério acompanhasse a nossa formação. Enfim, quero dizer que para a minha vida pessoal e profissional o PELC é um diferencial de transformação também, por aquilo que a gente vê que transforma na cidade. O PELC ele é um programa de transformação social e para mim é *muito* legal estar trabalhando em um negócio desses. O que eu vejo também é que alguns gestores têm medo do Programa, por quê? Porque é muita gente reunida toda a semana e muita gente reunida toda a semana, acontece muita conversa, cria vínculo, empodera e se defendem, então, muita

gente reunida e articulada é melhor *não ter*. Eles preferem gastar o dinheiro público com a realização de uns campeonatinhos de futebol que saem de vez em quando, para um público adulto masculino porque senão esse povo começa a perturbar o prefeito. Como agora: eu saí de uma cidade e o prefeito veio na formação, onde no dia tinha uma apresentação com muitas participantes e uma delas disse: “Você não vai acabar com o Programa, não é?” E o prefeito falou: “Eu não tenho nem dinheiro, mas vou ter que fazer, né?” Olha que impacto que gera: o prefeito dizendo no palco para todo mundo que não vai acabar, então ele não vai se queimar com duzentas mulheres. O PELC nesta cidade encerrou a execução, mas ele disse que vai continuar, vai ter outra coisa, talvez ele vá contratar dois ou três professores, vai dar um jeitinho, mas vai seguir, devido a pressão. Então é legal de ver que o PELC realmente é um fator que envolve a questão da defesa do direito social, e que também trabalha com a emancipação do ser humano, com a transformação. Por isso que a gente defende o PELC. Seria bom se vocês pudessem nos acompanhar nas formações.

P.J. – Sim, isso é uma demanda que podemos propor para o Ministério porque Projeto Memórias é bem recente.

S.E. – Sim, é muito importante vocês venham junto nas formações para ouvir e registrar o que acontece na execução destes programas no Brasil. O PELC é um programa que tem um formato pioneiro, porque até então não tinha na história do Brasil um [riso] programa que envolvesse tanta gente, com tantas oficinas e desse jeitinho que tem acontecido. Enfim eu teria muitas coisas para lembrar e dizer, mas como eu nem estava muito preparada para essa entrevista eu acho que eu poderia ter sido melhor. Eu poderia ter trazido outras informações, mas... Eu ganhei muito material de presente nas formações. Eu ganhei uma boneca agora, em Balsa Nova que eu até

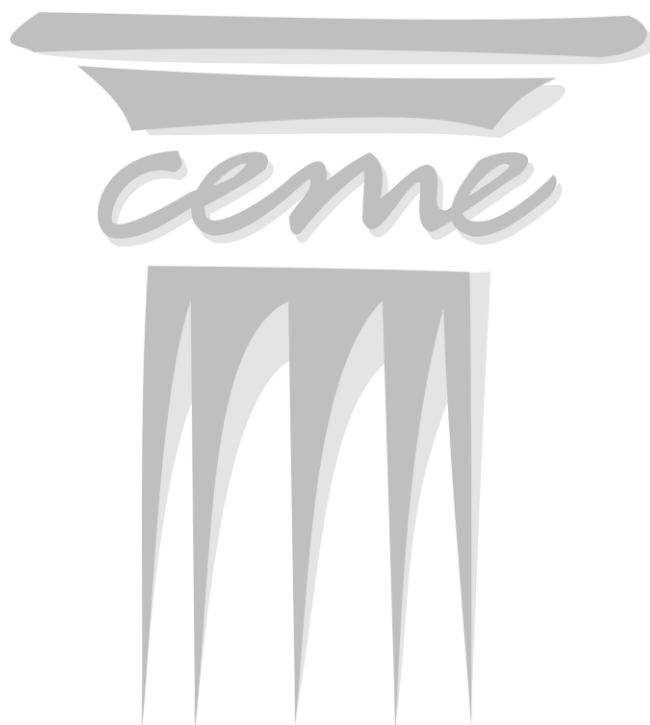
doei para a minha escola, coisas de artesanato que elas produzem, um livro de receita, umas bandeirinhas de São João com o símbolo do Vida Saudável... enfim, ficou bem legal... Fizeram também um desfile cívico, fizeram carnaval e todas as fantasias de carnaval. Nos relatórios eu sempre mando fotos, então, se vocês tivessem acesso aos relatórios sempre tem registros lá e agora eu vou começar a guardar as coisas que me dão também. Por fim, eu acho que umas das coisas que o Programa tem que melhorar é na divulgação da sua identidade visual, da logomarca. O Ministério decidiu não enviar mais as camisetas do programa. Para a questão do vínculo entre as participantes e do pertencimento de um grupo, a camiseta faz muita diferença. Além disso, é também importante na divulgação do programa, porque quando as pessoas saem na rua, chama a atenção da população que vê aqueles grupos passando. É meio fundamental que o Programa ofereça as camisetas ou algum recurso para as prefeituras comprar, porque parece que falta uma identidade. Uma senhora do programa Vida Saudável colocou a camiseta em um cabide na sala da casa dela e dizia pra toda a família que era tipo um troféu para ela, que aquilo lá mudou a vida dela. Outra coisa que eu acho que tem que melhorar é a bolsa dos agentes, pois acontece muita rotatividade de agentes porque a bolsa é de mais ou menos R\$ 800,00 para 20h atraindo mais estagiários do que profissionais, que às vezes, em algumas cidades grandes eles não querem trabalhar por esse valor. Os coordenadores trabalham 40h e recebem R\$ 2.400,00. Então, às vezes essa disparidade gera um desconforto! Enfim, Pamela, sobre o Programa é isso, é tentar melhorar a bolsa dos agentes e ter a camiseta.

P.J. – Você teria mais alguma coisa para comentar que a gente ainda não perguntou

S.E. – Não, acho que já está bem.

P.J. – Então, muito obrigada. O Centro de Memória do Esporte também está sempre à disposição.

[FINAL DA ENTREVISTA]



CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
Rua Felizardo, 750
Fone: (51) 3308 5879
E-mail: ceme@ufrgs.br
Visite nosso site: www.ufrgs.br/ceme
